



COMÉRCIO EXTERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO



2025

Pelotas, RS, Brasil

wp.ufpel.edu.br/comex

Reitora

Profa. Dra. Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Ensino

Prof. Dr. Antonio Mauricio Medeiros Alves

Diretora do CCSO

Profa. Dra. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia

Diretor Adjunto do CCSO

Prof. Dr. Maurel Rosa de Oliveira

Coordenador

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto

Coordenador Adjunto

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira

Colegiado do Curso

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Coordenador)

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira (Coordenador Adjunto)

Profa. Dra. Isabel Teresinha Dutra Soares

Profa. Dra. Larissa Ferreira Tavares

Ac. Filipe de Oliveira Marrero

Núcleo Docente Estruturante

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente)

Profa. Dra. Isabel Teresinha Dutra Soares

Profa. Dra. Larissa Ferreira Tavares

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira

Profa. Dra. Patrícia Schneider Severo

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel	1
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL	1
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas	2
1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR.....	8
1.2.1. Dados de Identificação do Curso.....	8
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Comércio Exterior.....	9
1.2.3. Legislação considerada no PPC	13
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	18
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC.....	18
FIGURA 1: III CAFÉ COM A COORDENAÇÃO	19
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	22
FIGURA 2: SÍTIO ELETRÔNICO DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR.....	28
FIGURA 3: IDENTIDADE VISUAL DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR	30
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	32
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO	33
TABELA 1: CURSOS DE COMÉRCIO EXTERIOR GRATUITOS EM ATIVIDADE	34
2.5. OBJETIVOS DO CURSO	36
2.6. PERFIL DO EGRESSO	37
2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	38
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	40
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR	40
3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR	46
TABELA 2: SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	46
3.3. MATRIZ CURRICULAR	47
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR.....	47
3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO	50
3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	51
QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	51

3.6. ESTÁGIOS	52
FIGURA 4: PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO NO SÍTIO ELETRÔNICO DO CURSO	57
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	59
3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	59
QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	61
3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	63
FIGURA 5: IDENTIDADE VISUAL DO COMEXLab	67
FIGURA 6: AÇÃO DO PROJETO CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS NO IFSUL – CAMPUS VISCONDE DA GRAÇA (CAVG).....	68
FIGURA 7: AÇÃO DO PROJETO COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E PÚBLICA NA MOSTRA DE CURSOS UFPEL	70
FIGURA 8: PERFIL DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR NA REDE SOCIAL <i>INSTAGRAM</i>	71
TABELA 3: SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	72
3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO	73
QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR ..	73
3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	75
QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	75
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	109
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS	109
TABELA 4: RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019)	110
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	117
4.3. APOIO AO DISCENTE	120
FIGURA 9: CAFÉ COM A DIREÇÃO	127
FIGURA 10: CONEXÃO CCSO	128
FIGURA 11: ACOLHIDA CCSO.....	129
FIGURA 12: CAFÉ COM A COORDENAÇÃO	130
5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	131
5.1. COLEGIADO DO CURSO	131
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	134
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO.....	136
FIGURA 13: DIVULGAÇÃO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DISCENTE.....	137
6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	138
7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	140
QUADRO 8: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS DO COMEXLab EM 2024.....	141

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO	142
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	143
9.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ADOTADOS PARA O USO DAS TICs NO CURSO E ACESSIBILIDADE	148
FIGURA 14: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ORIENTADOS AO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO.....	150
9.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, CORPO DOCENTE, MEDIADORES PEDAGÓGICOS E TUTORES .	154
10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E DEMAIS PLATAFORMAS.	157
FIGURA 15: ETAPAS DA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS EAD	159
FIGURA 16: FLUXO DO DOCENTE PARA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS OFERTADAS A DISTÂNCIA	160
II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	162
TABELA 5: DOCENTES DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR	162
III - INFRAESTRUTURA	164
1. A CONFIGURAÇÃO MULTICAMPI DA UFPEL	164
FIGURA 17: MAPA DO CAMPUS ANGLO.....	164
FIGURA 18: FACHADA DO CAMPUS ANGLO	165
FIGURA 19: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	166
2. BIBLIOTECA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	167
FIGURA 20: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO.....	168
FIGURA 21: ACERVO FÍSICO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO.....	168
FIGURA 22: COMPUTADORES PARA PESQUISA DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO.....	169
FIGURA 23: GABINETES DE ESTUDO EM GRUPO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO.....	169
FIGURA 24: ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO	170
FIGURA 25: SALA ADAPTADA PARA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO.....	171
3. O CCSO E A INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA DO CURSO	172
FIGURA 26: SALA DE USO COMPARTILHADO DOS PROFESSORES.....	173
FIGURA 27: SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO	174
FIGURA 28: AUDITÓRIO NO 4º ANDAR DO CAMPUS ANGLO	174
FIGURA 29: LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CCSO	175
FIGURA 30: SALA DE AULA 427	176
4. O COMEXLAB – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM COMÉRCIO EXTERIOR	177
FIGURA 31: COMEXLab	177
5. ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED	178

FIGURA 32: ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED	178
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	181
Apêndice 1 – Relatório referendado de bibliografias	189
Apêndice 2 – Regimento Interno do Curso de Comércio Exterior	208
Apêndice 3 – Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Comércio Exterior .	214
Apêndice 4 – Regimento Interno do COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior	219
Apêndice 5 – Plano de Ação da Coordenação do Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal de Pelotas (2024-2026).....	223
Apêndice 6 – Formulário de Avaliação Discente.....	227
Apêndice 7 – Formulário de Acompanhamento de Egressos	245

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas –UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242.080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3284.4000	
	Sítio eletrônico: www.ufpel.edu.br E-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EaD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EaD - Conceito Institucional EaD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2023
IGC Contínuo:	3,8210	2023
Reitora: Ursula Rosa da Silva	Gestão 2025-2028	

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas¹

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada, em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica.

Em 1967, o decreto n. 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passaram de cursos a faculdades. Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade. Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

Outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel. De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família,

¹ O texto a seguir foi integralmente extraído do sítio eletrônico da UFPel e adaptado para adequação ao presente Projeto Pedagógico do Curso. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico>. Acesso em 03 de outubro de 2025.

principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel.

A área agrária, portanto, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, deu grande contribuição para a formação da Universidade. Mas também foram relevantes a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Como contrapartida, essa estrutura, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, é decisiva para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia, no Capão do Leão. Na sequência, ocuparam o cargo os professores Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997), Ingelore Scheunemann de Souza (1997-out/2004), André Luiz Haack (dez/2004 a janeiro/2005 – pro tempore), Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-2009 e 2009-2013), Mauro Augusto Burkert Del Pino (2013-2017), Pedro Rodrigues Curi Hallal (2017-2021), Isabela Fernandes Andrade (2021-2024) e Úrsula Rosa da Silva (2025-2028).

Como vice-reitores, figuram os nomes dos professores Renato Rodrigues Peixoto, Alexandre Valério da Cunha, Guido Kaster, Clinéa Campos Langlois, Léo Zilberknop, Paulo Eduardo Brenner Soares, Luiz Henrique Schuch, Daniel de Souza Soares Rassier, José Carlos da Silveira Osório, Jorge Luiz Nedel, André Luiz Haack, Telmo Pagana Xavier, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Carlos Rogério Mauch, Denise Gigante, Luís Isaías Centeno do Amaral, Úrsula Rosa da Silva e Eraldo dos Santos Pinheiro.

Estruturação e Desenvolvimento

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012), em seu livro “UFPel: 30 Anos”, após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da

Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento. Os relatos são subsidiados pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado “Um breve histórico” (págs. 29 a 48).

De acordo com as informações contidas no artigo, foram então criados o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e Geociências, o Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto n. 65.881/69, que estabeleceu a estrutura da nova Universidade.

As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos, algumas a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; outras, pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades.

Assim, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo surgiu em 1988, desvinculando-se do Instituto de Letras e Artes, que, por sua vez, havia sido criado em 1970, como Instituto de Artes, abrangendo a antiga Escola de Belas Artes, D. Carmen Trápaga Simões.

A Reforma do Ensino, criando a necessidade de que se formassem profissionais nessa nova área, estimulou a criação da Escola Superior de Educação Física, que data de 1971. As disciplinas da área de pedagogia, que se encontravam ligadas à Faculdade de Ciências Domésticas, deram origem a uma unidade específica, a Faculdade de Educação, constituída em 1976.

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (hoje Faculdade de Enfermagem) originou-se do Curso de Enfermagem, transformando-se em unidade independente em 1988. O Curso de Nutrição foi criado em 1974, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, depois, à Faculdade de Medicina, transformando-se em Faculdade de Nutrição em 1988.

A Engenharia Agrícola iniciou seu curso em 1973, o primeiro do gênero no país; foi transformada em Faculdade no ano de 1988. O Curso de Meteorologia iniciou suas atividades em 1979, para atender à demanda de profissionais para a região sul do Brasil, transformando-se em faculdade em 1989.

Como órgãos suplementares, faziam parte da UFPel, segundo o Estatuto da Fundação, a Estação Experimental de Piratini, a Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul), a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu, e a Casa para Estudantes. Como órgãos complementares, constavam o Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG) e o Colégio de Economia Doméstica Rural.

O processo de unificação dos cursos, unidades e órgãos dos mais variados, que formavam o espólio recebido pela nova universidade, não foi tarefa fácil de ser executada. Isso porque a própria forma de sua criação e o momento político em que ela ocorreu não permitiram que o seu desenvolvimento seguisse um plano diretor. Sendo assim, não havia como unificar setores, anteriormente isolados, com regimes e experiências diferentes, num todo harmônico e coerente, dentro de uma proposta universitária pensada e gestada pelas comunidades interna e externa.

Nascida no contexto da Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros, os quais nortearam a sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

A exemplo do que ainda acontece nos dias atuais, uma das principais questões que monopolizava as atenções nas primeiras décadas de existência da Universidade era a inadequação da estrutura física, dividida em vários locais, dos quais o principal ficava no município do Capão do Leão (emancipado de Pelotas em 1982), compreendendo a Reitoria e demais órgãos administrativos – transferidos do histórico prédio utilizado inicialmente, na praça Sete de Julho –, algumas faculdades e cursos básicos. Além desses, existiam várias outras unidades espalhadas pela zona urbana, além do CAVG, localizado quase em polo oposto da cidade. No entanto, as dificuldades de ordem internas e financeiras se fizeram sentir, impedindo mudanças definitivas na localização espacial da UFPel, situação que perpassou todas as gestões administrativas. Por fim, a instituição resignou-se a ter vários campi, distribuídos entre a zona urbana e rural.

O processo de expansão

Depois de décadas caracterizadas por um crescimento permanente, porém cadenciado, a Universidade experimentou, nos últimos anos, uma expansão sem precedentes, deflagrada a partir de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. O número de cursos saltou de 58 para 96, enquanto o número de estudantes cresceu de cerca de oito mil para mais de 16 mil.

O fim do concurso Vestibular e a consequente adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação, deu à comunidade discente da UFPel uma nova configuração: a multiplicidade de sotaques, origens e características culturais, uma vez que os

novos estudantes são oriundos de quase todos os estados da Federação e, ao ingressarem na Universidade, trazem consigo as influências regionais.

Para fazer frente à nova configuração acadêmica da instituição, tornou-se necessário expandir a área física. Áreas antes ocupadas por iniciativas do segmento empresarial, que no passado ditaram o desenvolvimento econômico do município, mas que sucumbiram diante de sucessivas crises, foram adquiridas e começam a ganhar vida, agora destinadas à Academia.

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência.

Atualmente a Universidade conta com seis campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. A UFPel tem 22 unidades acadêmicas e conta com 96 cursos de Graduação presenciais, sendo 66 bacharelados, 22 licenciaturas, oito cursos superiores de tecnologia e três cursos de graduação a distância, em 117 polos. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Na área da pesquisa, estão em andamento 2.698 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, além de milhares de projetos de extensão voltados para a inserção da universidade na comunidade local. Em números de recursos humanos a UFPel conta, atualmente, com:

- Estudantes de Graduação | 16.461
- Estudantes EaD | 1.763
- Estudantes de Doutorado | 1.034
- Estudantes de Mestrado | 1.174
- Estudantes de Especialização | 285
- Estudantes de Mestrado Profissional | 110
- Docentes | 1.356
- Servidores Técnicos Administrativos | 1.332
- Professores Substitutos | 99

Em termos de estrutura física, contamos atualmente com área construída de aproximadamente 211.106,22 m². A UFPel conta com prédios distribuídos em diversos locais, principalmente no município de Pelotas e município do Capão do Leão. Os alunos da Universidade Federal de Pelotas contam atualmente com aproximadamente 398 salas de aula, que representam uma área de 19.540,93 m²; 9 bibliotecas que somam 3.928,96 m²; 700 laboratórios, ambientes e cenários de prática didática que totalizam 20.892,24 m²; 15 auditórios ou 1.960,98 m²; três restaurantes escola ocupando 1.605,34 m² e uma casa do estudante com 1.943,63 m².

Como área administrativa, são utilizadas 1.331 instalações que ocupam somadas 32.089,36 m². As unidades acadêmicas estão distribuídas no município de Pelotas: Centro de Artes (CA), Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). As unidades acadêmicas que estão situadas no município do Capão do Leão são: Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet) e Instituto de Biologia (IB).

No município do Capão do Leão também está localizado o Centro Agropecuário da Palma com 1.256 ha de área, responsável pelo apoio às atividades de produção, de ensino, de pesquisa e de extensão da área de ciências agrárias, com 72 prédios, que totalizam 8.912 m² de área construída. O Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec) e Instituto de Física e Matemática (IFM) possuem cursos em ambos os municípios (Pelotas e Capão do Leão). O Centro de Integração do Mercosul (CIM) possui cursos em Pelotas, Pinheiro Machado e Eldorado do Sul.

Além dos campi, a Universidade também tem sob seu controle as seguintes áreas: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, com 29 ha e 8.762,25 m² de área construída (seis prédios), instalada no município do Capão do Leão, Barragem de Irrigação do Arroio Chasqueiro, com 1.915 ha e 835,84 m² de área construída (cinco prédios), situada no município de Arroio Grande, com os postos meteorológicos de Santa Vitória do Palmar e de Santa Isabel, respectivamente com 96,42 m² e 59,48 m² de área construída.

1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR

1.2.1.Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: COMÉRCIO EXTERIOR	
Código: 1609507	
Unidade: CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS - UFPel	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 01 – Quarto andar – campus Porto CEP 96010-610 – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil	Fone: + 55 53 3284-3857
	Sítio Eletrônico: wp.ufpel.edu.br/comex E-mail: colegiadosccso@gmail.com Instagram: @comexufpel
Diretora da Unidade: Isabel Cristina Rosa Barros Rasia	Gestão: 2025-2029
Coordenador do Colegiado: Daniel Lena Marchiori Neto	Gestão: 2024-2026
Número de Vagas do Curso: 40	Modalidade: Presencial
Regime Acadêmico: semestral	Carga Horária Total: 1.680 horas
Turno de Funcionamento: noturno	Tempo de Integralização: Mínimo: 4 semestres Máximo: 7 semestres
Titulação Conferida: Tecnólogo em Comércio Exterior	
Ato de autorização do Curso: Resolução CONSUN n. 75 de 06 de julho de 2022.	
Reconhecimento do Curso: Protocolo 202417392, Código da Avaliação 224912	
Resultado do ENADE: --	
Conceito de Curso (CC): 5	
Formas de ingresso: SISU, PAVE e demais formas constantes no Título II da Resolução COCEPE n. 29/2018.	

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Comércio Exterior

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi instituída em 1969, a partir da integração de diferentes unidades de ensino superior já consolidadas na região. Sua formação inicial contou com a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a Faculdade de Veterinária, a Faculdade de Ciências Domésticas, a Faculdade de Direito – fundada em 1912 e até então vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) –, a Faculdade de Odontologia – criada em 1911, também pertencente à UFRGS –, além do Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. Entre essas unidades, a Faculdade de Ciências Domésticas (FCD) desempenhou um papel singular, uma vez que tinha como foco o estudo da família, especialmente das camadas de baixa renda, formando bacharéis e licenciados para atuação no ensino de 1º e 2º graus. Com o tempo, a FCD deu origem a outras estruturas acadêmicas, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo (FAT), responsável pela oferta de cursos voltados para a área da gestão.

O processo de transformação da FAT em Centro teve início em 2019, sendo desenvolvido de forma participativa, com ampla mobilização da comunidade acadêmica por meio de reuniões, debates, assembleias e audiências públicas, além da colaboração de outros Centros da universidade, que compartilharam experiências institucionais. Esse movimento culminou em votação no Conselho Departamental da Unidade e, posteriormente, na aprovação da mudança pelo Conselho Universitário (CONSUN), em 26 de novembro de 2020, com a publicação oficial da Resolução n. 39/2020 pela Secretaria dos Conselhos Superiores, em dezembro do mesmo ano. A reestruturação implicou a extinção da antiga divisão departamental – composta pelo Departamento de Administração e pelo Departamento de Turismo – e a constituição de um novo modelo organizacional. No formato atualizado, o Centro de Ciências Sociais Organizacionais (CCSO) passou a ser estruturado por um Conselho, uma Direção e Direção Adjunta, duas Câmaras (de Ensino e Extensão e de Pesquisa e Inovação), duas Secretarias (Acadêmica e Administrativa), bem como pelos Colegiados de Graduação e Pós-Graduação.

Naquele momento, o CCSO manteve a mesma estrutura de cursos, abrangendo tanto a graduação quanto a pós-graduação, todos voltados para o campo da gestão no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Em nível de graduação, ofertava quatro cursos: o Bacharelado em Administração (nos turnos vespertino e noturno), o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (noturno), o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (vespertino) e o

Bacharelado em Turismo (noturno). No campo da pós-graduação, disponibilizava duas especializações² – a Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e o MBA em Gestão Estratégica de Negócios – além do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

Com a política institucional de expansão do ensino superior adotada pela UFPel em 2022, abriu-se a possibilidade de as unidades acadêmicas proporem novos cursos, sobretudo noturnos, superiores de tecnologia e presenciais, de forma a ampliar o acesso e atender às demandas sociais e de mercado. Nesse contexto, um grupo de professores do CCSO elaborou e submeteu ao Conselho da Unidade uma proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (COMEX), fundamentada na constatação de que parte significativa de seu corpo docente detinha formação e experiência acadêmica e profissional na área, o que conferia solidez e pertinência à proposta.

Analizando o Projeto Pedagógico Institucional da UFPel da época, datado de 2013, um dos princípios gerais estabelecidos era o compromisso da universidade pública com os interesses coletivos. Isto se traduz na concepção de que a universidade pública é um patrimônio da comunidade na qual está inserida e tem, como obrigação, zelar pela qualidade de vida do povo brasileiro em geral e do povo da região em especial, concentrando seus esforços no sentido do coletivo. Desta forma, a equipe vislumbrou uma grande potencialidade do curso para o desenvolvimento local e regional, atendendo aos princípios do PPI da UFPel.

Pelotas é um município da região sul do Rio Grande do Sul, sendo a quarta cidade mais populosa do Estado com cerca de 343 mil habitantes (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de Pelotas vem avançando na última década, ainda que de forma lenta. De acordo com os dados do IBGE, compilados pelo SEBRAE (2019), este índice em 2008 era de 0,64, tendo avançado, em 2018, para 0,72. Isto coloca a cidade em um patamar médio de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido é importante destacar a participação da UFPel em parceria com a Associação dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul (AZONASUL). A universidade, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, mantém o Programa de Desenvolvimento Social nos Municípios da AZONASUL.

A região costeira da Metade Sul do RS é vocacionada para a geração de negócios internacionais, seja pela proximidade da fronteira com o Uruguai e Argentina, seja pela

² O MBA em Gestão Estratégica de Negócios foi reformulado e substituído pelo curso de Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios, ao mesmo tempo em que foi criada uma nova especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, vinculada ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

existência de dois importantes portos. O de Rio Grande é um dos principais portos brasileiros e talvez o mais importante para o Mercosul, tendo movimentado 45,18 milhões de toneladas no ano de 2020, com crescimento de 21,55% das exportações em 2021. O Porto de Pelotas vem passando por um processo de modernização e ganhando amplitude regional; no ano de 2021, movimentou 1,3 milhão de toneladas, o que representou um aumento de 33,89% em comparação ao ano de 2020 (Governo do Estado do RS, 2020).

Neste contexto, o Curso de Comércio Exterior da UFPel poderá oportunizar o exercício de uma profissão estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil. A formação de tecnólogos qualificados, com o nível de excelência do ensino público, é necessária para potencializar avanços no comércio internacional. Sendo o primeiro curso superior de tecnologia oferecido por uma universidade federal, a UFPel atende uma demanda nacional para a área, com potencial de atração de estudantes de todo o país.

O projeto do Curso de Comércio Exterior foi aprovado por unanimidade pelo Conselho do Centro. A Gestão da UFPel parabenizou o CCSO pela proposta de criação do Curso, destacando, no Despacho 1682281 do Processo SEI 23110.011575/2022-20, que “impactará fortemente o mercado de trabalho na Região de Pelotas e que o grande trabalho realizado pela Unidade na elaboração da proposta se converterá na qualidade do Curso oferecido a nossos estudantes”. Deste modo, a Direção do CCSO instituiu a Comissão de Criação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior através da Portaria Interna CCSO n. 11, de 05 de maio de 2022, composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Alisson Eduardo Maehler, Dary Pretto Neto, Isabel Cristina Rosa Barros Rasia e Isabel Teresinha Dutra Soares. A Comissão teve prazo de 1 (um) mês para elaborar o Projeto Pedagógico do novo Curso e submetê-lo ao Conselho do Centro.

O documento foi aprovado por unanimidade no Conselho do CCSO, seguindo para análise das instâncias superiores. O Curso e seu PPC foram aprovados pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) em reunião realizada no dia 30 de junho de 2022. Por fim, o Conselho Universitário (CONSUN), em reunião realizada no dia 06 de julho de 2022, como desdobramento da reunião realizada no dia 05 de julho, aprovou a proposta de criação do Curso de Comércio Exterior, “considerando a relevância acadêmica, pedagógica e social da proposta”, aprovou a criação do curso e, considerando ainda o parecer da Comissão de Graduação, aprovou também o Projeto Pedagógico do Curso, com destinação de 02 vagas docentes para o Curso. A Magnífica Reitora Isabela Fernandes Andrade assinou a

Resolução n. 75, de 06 de julho de 2022, que formalmente criou o Curso de Comércio Exterior no Centro de Ciências Sócio-Organizacionais da UFPel.

O Curso de Comércio Exterior iniciou suas atividades em 12 de junho de 2023, marcando o início do primeiro semestre letivo. Nesse contexto, foi realizada a Semana de Acolhida do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), com o objetivo de integrar os novos alunos e apresentar a estrutura acadêmica. O evento teve início no Auditório da Reitoria, com discursos da Reitora da UFPel, Isabela Andrade, e da Diretora do CCSO, Isabel Rasia, que destacaram a importância do novo curso para o desenvolvimento regional e nacional.

Após a cerimônia de abertura, os estudantes dirigiram-se à sala 415, no campus Anglo, onde o coordenador do curso, professor Daniel Marchiori, realizou a acolhida inicial, apresentando um panorama abrangente acerca da estrutura acadêmica e institucional do curso de Comércio Exterior da Universidade Federal de Pelotas. Nessa exposição, foram abordados o histórico de criação da graduação, as diretrizes norteadoras do projeto pedagógico, a organização curricular e os procedimentos administrativos relativos à secretaria acadêmica e à coordenação. Tal momento desempenhou papel fundamental para a inserção dos discentes no universo acadêmico, permitindo-lhes compreender de forma integrada a lógica de funcionamento do curso e as expectativas vinculadas à sua formação profissional.

Durante o primeiro ano de atividades, a Coordenação, o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) atuaram em caráter pro tempore, enquanto se consolidava a composição do corpo docente. Por meio de dois editais de redistribuição, foram integrados os professores doutores Luciano Vaz Ferreira e Larissa Ferreira Tavares, ambos provenientes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Posteriormente, mediante concurso público, foi incorporada ao quadro docente a professora doutora Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino, na área de Economia Internacional. A chegada desses professores, com experiência acadêmica consolidada, constituiu marco decisivo para a solidificação da equipe e para a ampliação da capacidade institucional de atendimento às demandas do curso, reforçando sua qualidade formativa.

Nesse contexto, os professores Daniel Lena Marchiori Neto e Luciano Vaz Ferreira foram eleitos, respectivamente, coordenador e coordenador adjunto, assumindo a tarefa de organizar e consolidar as atividades acadêmicas e administrativas, além de fortalecer o projeto político-pedagógico e promover a integração entre discentes, docentes e a comunidade acadêmica mais ampla. A gestão delineou estratégias voltadas à qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o compromisso de formar tecnólogos especializados

e aptos a atuar no mercado globalizado, mas também atentos à produção científica e às especificidades da inserção regional em cadeias internacionais de comércio.

No percurso de consolidação institucional, entre os dias 7 e 9 de julho de 2025, o curso foi submetido à etapa final do processo de reconhecimento oficial junto ao Ministério da Educação (MEC), condição necessária para a validação de todos os cursos de graduação no Brasil. Esse procedimento envolveu tanto análise documental quanto visita remota de avaliadores designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coordenação, em conjunto com professores, técnicos-administrativos e estudantes, engajou-se de forma intensa na preparação para a avaliação, que incluiu reuniões com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), discentes, a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe), o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (Nupadi) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A comissão avaliadora, composta pelos professores Reinaldo de Araújo Lopes, do Instituto Federal do Piauí, e Paulo Roberto Silva, da Faculdade Única de Ipatinga e Timóteo, analisou aspectos estruturais, pedagógicos e administrativos, cujos resultados seriam posteriormente validados pelo MEC.

A avaliação *in loco*, expressão latina que designa a verificação realizada *no local*, aferiu a qualidade do curso em três dimensões centrais: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial, e infraestrutura. O curso de Comércio Exterior da UFPel **obteve a nota máxima (conceito 5)**, com os seguintes índices: 4,67 em organização didático-pedagógica, 4,87 em corpo docente e tutorial, e 4,14 em infraestrutura. Esse resultado atesta a excelência acadêmica da graduação e consagra o esforço institucional empreendido para estruturar uma formação que articula rigor científico, inserção regional e projeção internacional, conferindo ao curso não apenas legitimidade no sistema de ensino superior brasileiro, mas também reconhecimento de sua relevância estratégica para a formação de profissionais aptos a responder aos desafios do comércio exterior contemporâneo.

1.2.3. Legislação considerada no PPC

Considerando o que está descrito e referenciado ao longo deste PPC, o Curso de Comércio Exterior da UFPel foi concebido de acordo com os seguintes dispositivos legais ou normas internas da instituição:

- BRASIL. Constituição Federal de 1988.

- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2025.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências.
- BRASIL. Despacho do MEC, de 24 de Dezembro de 2020. Homologa o Parecer CNE/CES n. 498/2020, da Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que trata da proposta de prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, consoante Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo n. 23000.000601/2020-60.
- BRASIL. Documento INEP, de 2015. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.
- BRASIL. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.

- BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- BRASIL. Portaria MEC 378, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação.
- BRASIL. Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025. Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025.
- BRASIL. Portaria MEC 506, de 10 de julho de 2025. Regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de

aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD.

- BRASIL. Portaria MEC 514, de 04 de junho de 2024. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 4ª ed.
- BRASIL. Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a distância. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- BRASIL. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- UFPEL. Documento PRE/CEC, de março de 2019. Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPel.
- UFPEL. Documento PREC, de 02 de maio de 2019. Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPEL. Estatuto da Universidade Federal de Pelotas. 1969.
- UFPEL. Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas. 1977.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel.

- UFPEL. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018. Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 30, de 3 de fevereiro de 2022 (Dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e dá outras providências).
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 62, de 30 de novembro de 2023. Dispõe sobre o regulamento da oferta de componentes curriculares com carga horária parcial ou integral na modalidade de Educação a Distâncias (EaD) em cursos presenciais de graduação na UFPEL.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 87, de 14 de novembro de 2024. Dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por discentes regularmente matriculados nos cursos da UFPEL.
- UFPEL. Resolução COCEPE n. 94, de 26 de junho de 2025. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPEL. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas.
- UFPEL. Resolução CONSUN n. 102, de 09 de maio de 2023. Aprova o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (2023-2026)
- UFPEL. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. Resolve criar “ad referendum” o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo.

- UFPEL. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel).

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

Em janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que definiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Seguindo as orientações, a Direção do CCSO instituiu uma Comissão para a elaboração do PPC do Curso de Comércio Exterior, composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Alisson Eduardo Maehler, Dary Pretto Neto, Isabel Cristina Rosa Barros Rasia e Isabel Teresinha Dutra Soares.

A Comissão não mediu esforços para estruturar o PPC no exíguo prazo de um mês estabelecido pela Universidade para a tramitação interna. O documento foi estruturado de forma a se adequar às exigências legais e regulamentares, em consonância e convergência com os projetos pedagógicos dos demais cursos do Centro, o que pode se vislumbrado, por exemplo, no compartilhamento de diversos componentes obrigatórios e optativos.

Além disto, o trabalho da Comissão foi pautado num espírito republicano, a partir de reuniões e discussões com a equipe de trabalho, com os docentes que atuarão no Curso, bem como os Técnicos-Administrativos em Educação responsáveis pela Secretaria Acadêmica. Debateu-se a adequação deste projeto à legislação federal, às normas da UFPel e às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

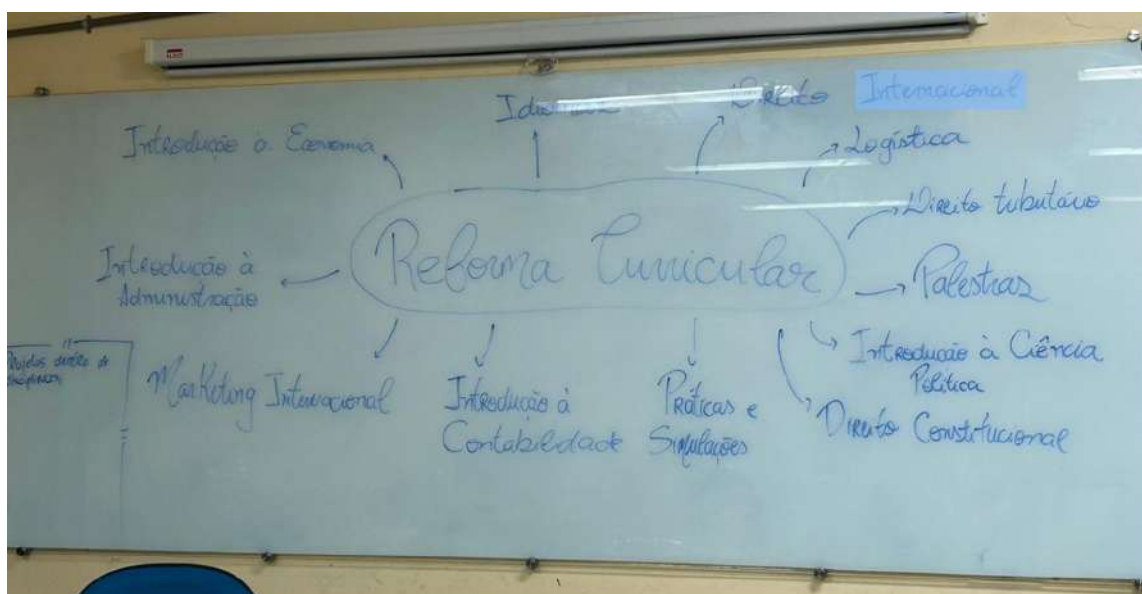
É importante destacar que o CCSO oferta, há muitos anos, componentes curriculares de Comércio Exterior para os cursos de Bacharelado em Administração e de Tecnologia em Processos Gerenciais. O Centro conta atualmente com cinco professores efetivos com habilitação em Comércio Exterior. O Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado no Conselho do Centro, seguindo para a análise e aprovação nas demais instâncias da UFPel, havendo a primeira turma iniciado as atividades no primeiro semestre letivo do ano de 2023.

Com a aproximação da conclusão da primeira turma e a chegada de novos professores ao quadro efetivo, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Comércio Exterior da

UFPel compreendeu a necessidade de atualizar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A equipe, composta por cinco docentes experientes, iniciou a análise comparativa de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de cursos superiores de tecnologia e bacharelados em Comércio Exterior de diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas. Além disso, foi realizada uma avaliação interna do quadro docente, considerando as especializações e áreas de atuação de cada professor, o que permitiu a criação de um fluxograma de disciplinas que refletisse melhor as afinidades e competências de cada docente.

Um aspecto fundamental do processo foi a consulta aos estudantes, garantindo que suas percepções e necessidades fossem incorporadas na revisão curricular. Durante a terceira edição do evento “Café com a Coordenação”, focado exclusivamente na reforma curricular, foi realizada uma dinâmica interativa utilizando o método do “quadro branco”. Nesta atividade, os alunos foram convidados a identificar conteúdos que sentiam falta no currículo atual e sugerir disciplinas que consideravam importantes.

FIGURA 1: III CAFÉ COM A COORDENAÇÃO



Fonte: Comércio Exterior, 2024.

Os alunos também destacaram a relevância de conhecimentos em idiomas, marketing digital, administração e logística, além de sugerirem a organização de palestras temáticas e a continuidade das visitas técnicas. Além disto, apontaram dificuldades em conciliar a participação em projetos de pesquisa e extensão com a carga horária do curso, especialmente devido ao turno noturno das aulas. Sugeriram, como solução, a integração das atividades de

extensão dentro dos componentes curriculares, para facilitar a participação e promover uma maior articulação entre ensino e prática.

Durante as reuniões subsequentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), foram identificadas seis razões fundamentais que justificaram a necessidade de revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Cada uma dessas razões, longe de se limitar a ajustes pontuais, aponta para transformações estruturais no desenho curricular, na concepção formativa do curso e em sua articulação com a realidade profissional, acadêmica e internacional.

A primeira razão diz respeito à **ampliação do quadro docente**. A redistribuição de dois professores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), somada à nomeação de uma nova docente especializada em economia internacional, significou um incremento substancial na equipe responsável pelo curso. Esse aumento de capital humano trouxe consigo novas possibilidades de aprofundamento científico e pedagógico, mas também a necessidade premente de readequar a organização das disciplinas. Tal reestruturação busca, simultaneamente, otimizar a carga horária distribuída entre os docentes e alinhar as áreas de formação desses profissionais às demandas específicas do curso, garantindo maior coerência e aproveitamento pedagógico.

Em segundo lugar, a análise crítica do PPC vigente revelou **carências relevantes em termos de conteúdo curricular**. Áreas centrais para a formação em comércio exterior, como Economia e Ciência Política, encontravam-se insuficientemente contempladas, gerando lacunas no processo formativo. A inclusão dessas disciplinas no novo PPC não apenas corrige tais déficits, como também introduz uma perspectiva mais abrangente, ao incorporar conteúdos transversais, como Direitos Humanos. Esse tipo de conteúdo amplia a formação cidadã e crítica do estudante, elemento indispensável na contemporaneidade, e, adicionalmente, fortalece a preparação dos alunos para concursos públicos, especialmente nas carreiras fiscais, que historicamente se configuram como uma das preferências do corpo discente.

A terceira razão está relacionada à **eliminação de redundâncias no currículo**. O diagnóstico realizado pelo NDE demonstrou a ocorrência de repetições de conteúdos em diferentes componentes, o que limitava o aprofundamento temático e comprometia a progressividade da aprendizagem. A revisão proposta, nesse sentido, tem como objetivo racionalizar o tempo dedicado a cada disciplina, removendo sobreposições desnecessárias e permitindo uma trajetória de desenvolvimento do conhecimento mais fluida, lógica e integradora.

Outro ponto de destaque refere-se à **atualização de componentes** considerados estruturantes para a formação do egresso, em especial as disciplinas de “Exportação” e “Importação”. Nelas, propõe-se uma reformulação de ementas orientada para a prática, por meio da aplicação de simulações baseadas em casos reais. Para potencializar esse aprendizado experiencial, o NDE discutiu a introdução de ferramentas tecnológicas, tais como simuladores de tratamento administrativo e tributário, que aproximam o estudante da realidade operacional do comércio exterior. Nesse contexto, o uso de simuladores Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior), disponíveis pela Receita Federal, permitirá que os discentes não apenas dominem o conhecimento teórico, mas também vivenciem de forma simulada os processos burocráticos e técnicos inerentes à sua futura prática profissional, desenvolvendo competências diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho.

É nesse ponto que se insere, de forma ainda mais evidente, a quarta dimensão que atravessa a revisão curricular: a internacionalização. A inserção do Brasil nos fluxos de comércio global exige profissionais com competências voltadas não apenas ao domínio técnico da legislação e dos trâmites internos, mas também à compreensão de dinâmicas multilaterais, blocos regionais e organismos internacionais. Nesse sentido, a atualização das disciplinas estruturantes dialoga diretamente com a necessidade de formar egressos aptos a compreender e atuar em um mercado de trabalho que é, por definição, transnacional. Ao ampliar o escopo de estudo para incluir negociações internacionais, regimes de governança global e cenários comparados de políticas comerciais, o curso passa a oferecer uma formação mais alinhada às exigências de um mundo em constante transformação, reforçando sua pertinência acadêmica e social.

A quinta razão diz respeito à **integralização da extensão universitária** nos componentes curriculares. Considerando que o curso é de curta duração, apenas dois anos, e que sua oferta em período noturno limita a disponibilidade dos alunos para a participação em projetos extracurriculares, a solução encontrada foi a de integrar as atividades de extensão a componentes obrigatórios. Dessa forma, os estudantes podem realizar ações extensionistas no âmbito da própria estrutura curricular, sem comprometer o equilíbrio entre sua vida profissional e acadêmica. Esse modelo já se mostrou bem-sucedido em outros cursos do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), especialmente Gestão Pública, e representa uma alternativa concreta para garantir o caráter formativo da extensão, em consonância com a concepção de universidade aberta ao diálogo com a sociedade.

Por fim, identificou-se a necessidade de **expansão das atividades complementares**. O PPC original exigia apenas 60 horas, facilmente cumpridas por meio de créditos excedentes de disciplinas optativas. Essa exigência mínima, entretanto, não estimulava o envolvimento efetivo dos discentes em experiências formativas diversas, como atividades de iniciação científica, projetos de ensino e pesquisa, extensão ou mesmo representação estudantil. A proposta de revisão amplia a carga para 150 horas, com a intenção de incentivar os estudantes a se engajarem de maneira mais ampla e ativa em múltiplos projetos e iniciativas acadêmicas. Essa mudança contribui para a formação integral, favorecendo o desenvolvimento de competências críticas, éticas e de gestão, além de estimular uma inserção mais qualificada na vida universitária.

Além dessas seis razões que fundamentaram a revisão do PPC, o NDE também destacou práticas já em curso que merecem ser preservadas e fortalecidas. Entre elas, ressaltam-se a organização de ciclos de palestras e *workshops*, bem como as parcerias com empresas e instituições que possibilitam a realização de visitas técnicas. Tais iniciativas funcionam como ponte entre o ambiente acadêmico e o mundo do trabalho, aproximando os estudantes da realidade profissional e garantindo uma experiência de aprendizagem mais prática, contextualizada e alinhada às demandas concretas do mercado e, agora de maneira mais evidente, também às exigências da esfera internacional.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Este Projeto Pedagógico de Curso foi concebido em plena consonância com as diretrizes institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), aprovado em 2023. Essa consonância não se limita à adequação formal entre documentos institucionais, mas expressa um alinhamento epistemológico e ético que assegura que a proposta formativa aqui delineada se articule organicamente aos fundamentos que orientam a missão, a visão e os princípios da Universidade, promovendo coerência entre as finalidades institucionais e as práticas pedagógicas do curso (UFPeI, 2023b).

A missão da UFPeI é “proporcionar formação pessoal e profissional, sócio-referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cultura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma

sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental” (UFPel, 2023b, p. 7). Essa formulação traduz o entendimento de que a Universidade deve constituir-se como agente de emancipação social, comprometida com a produção e a circulação de saberes que respondam, de modo crítico e transformador, aos desafios de seu tempo.

Em consonância com essa missão, este PPC adota uma concepção de formação que integra dimensões técnicas, científicas, éticas e políticas, entendendo o processo educativo como espaço de construção do pensamento crítico e de afirmação da cidadania. O curso busca, portanto, promover a construção e a difusão do conhecimento em diálogo constante com os contextos regionais e globais, reafirmando o compromisso da Universidade com a democratização do saber, a valorização da diversidade e a sustentabilidade ambiental e social. Assim, a formação proposta transcende a mera profissionalização, constituindo-se como prática social orientada à transformação da realidade.

A visão institucional da UFPel estabelece que “a UFPel, como universidade pública, autônoma e gratuita, será reconhecida pela qualidade da formação acadêmica e da produção do conhecimento, comprometida com a diversidade, a inclusão, a justiça social, a inovação e a responsabilidade ambiental, sendo relevante regional, nacional e internacionalmente” (UFPel, 2023b, p. 7-8). Tal visão projeta a Universidade como espaço de excelência acadêmica e de relevância social, no qual a produção do conhecimento se vincula à construção de soluções inovadoras e inclusivas para problemas coletivos.

O PPC aqui apresentado materializa essa visão ao propor um processo formativo orientado pela busca da excelência e pela relevância social, estimulando a produção de conhecimento crítico e inovador e a formação de profissionais comprometidos com a justiça social, a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Reconhece-se, nesse horizonte, que a legitimidade da universidade pública deriva não apenas da qualidade técnica de sua formação, mas, sobretudo, de sua capacidade de intervir criticamente na realidade, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para a superação das desigualdades estruturais.

Os princípios da UFPel reafirmam “a) O compromisso da universidade pública com a democracia, a autonomia universitária, as demandas sociais e o desenvolvimento sustentável; b) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, garantindo uma formação integrada de qualidade; c) O entendimento do processo didático-pedagógico como interativo, colaborativo e multidimensional, desenvolvendo o senso crítico reflexivo e criativo no percurso formativo” (UFPel, 2023b, p. 8).

Esses princípios constituem o alicerce pedagógico deste PPC, que compreende o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis do fazer universitário. A partir dessa integração, o curso fomenta um ambiente de aprendizagem crítico e colaborativo, no qual o estudante é protagonista de seu percurso formativo, articulando saberes científicos, práticos e sociais. A valorização da democracia e da autonomia universitária manifesta-se na gestão participativa e no incentivo à pluralidade de ideias, enquanto o compromisso com o desenvolvimento sustentável orienta as práticas acadêmicas para a responsabilidade socioambiental e para a ética do cuidado com o outro e com o mundo.

Dessa forma, este PPC não apenas referencia, mas concretiza a missão, a visão e os princípios da UFPel em sua estrutura e dinâmica formativa. Ele se afirma como instrumento de efetivação do projeto educacional da Universidade, traduzindo, no âmbito do curso, a função social da instituição pública como espaço de produção e difusão de conhecimento comprometido com a transformação social, com a equidade e com a construção de um futuro mais justo, democrático e sustentável (UFPel, 2023b).

No que tange ao processo de ensino, o PPC busca promover uma articulação contínua entre teoria e prática, priorizando uma formação reflexiva, crítica e comprometida com ações transformadoras que transcendam o caráter meramente instrumental da educação. No âmbito curricular, a organização dos componentes obrigatórios prevê, em sua maioria, cinco créditos, distribuídos em quatro créditos teóricos presenciais e um crédito ofertado na modalidade a distância (EaD). Exceções a essa configuração são os componentes “Fundamentos de Administração (EaD)” e “Cidadania e Direitos Humanos” (EaD), ofertados integralmente a distância (cinco créditos EaD), bem como “Oficina de Extensão I” e “Oficina de Extensão II”, constituídas por seis créditos práticos de extensão. De modo paralelo, os componentes optativos também totalizam, em sua maioria, cinco créditos, ofertados preferencialmente em formato híbrido (quatro créditos teóricos presenciais e um crédito EaD), ainda que alguns sejam oferecidos integralmente na modalidade a distância. Entre as optativas, destacam-se também os componentes “Língua Brasileira de Sinais I – Libras I” e “Língua Brasileira de Sinais II – Libras II”, compostos por quatro créditos teóricos presenciais. Essa arquitetura curricular, ao diversificar metodologias pedagógicas, fomenta o uso crítico e inovador de mídias e tecnologias educacionais, mantendo plena consonância com o PPI, que estabelece como diretriz o fortalecimento das políticas de Educação a Distância (UFPel, 2023b).

No que tange à promoção da diversidade e da inclusão, este PPC reflete o compromisso institucional da UFPel com políticas afirmativas e de acessibilidade. Entre as práticas já

consolidadas, destacam-se a oferta de reserva de vagas para pessoas com deficiência em todos os processos seletivos regulares, bem como a abertura de processos seletivos específicos voltados a estudantes quilombolas e indígenas, entre outras modalidades previstas no Título II da Resolução COCEPE n. 29/2018. Complementarmente, o Curso conta com o suporte permanente da Coordenação de Acessibilidade (COACE), destinada a atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, de forma a assegurar condições equitativas de permanência e sucesso acadêmico.

A dimensão da pesquisa constitui outro eixo fundamental da formação. Os discentes são continuamente estimulados à iniciação científica, tanto por meio da inserção em componentes curriculares que fomentam a prática investigativa quanto pela participação em projetos coordenados pelos docentes do Curso, abrangendo múltiplas áreas do Comércio Exterior. A existência de programas de pós-graduação lato e stricto sensu no Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO) da UFPel favorece a integração vertical entre diferentes níveis de formação, possibilitando que a graduação dialogue de forma ativa com cursos de especialização e de mestrado. Esse ambiente acadêmico é potencializado pela atuação da Câmara de Pesquisa e Inovação (CPI/CCSO), responsável por promover sinergias interdisciplinares e apoiar a produção científica. Ressalte-se que o corpo docente do Curso possui ampla experiência em pesquisa e orientação acadêmica, fato que se traduz na elevada participação discente em projetos financiados por agências de fomento como CNPq, FAPERGS e a própria UFPel, com a conquista recorrente de bolsas de iniciação científica.

No âmbito da extensão universitária, este PPC reafirma o princípio de que o conhecimento deve ser produzido em diálogo com a sociedade, em um movimento bidirecional de aprendizagem e transformação. Assim, os projetos de extensão desenvolvidos no Curso são coordenados por docentes, mas têm como protagonistas os estudantes, compreendidos como sujeitos ativos e corresponsáveis pelas ações. A extensão promove a integração com alunos de outros cursos do CCSO, fomenta a inovação tecnológica e contribui diretamente para o desenvolvimento regional e nacional. O apoio institucional da Câmara de Ensino e Extensão (CEE/CCSO) fortalece essas iniciativas, garantindo a sustentabilidade das ações. Nesse cenário, merece destaque o Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior (COMEXLab), que atualmente abriga seis projetos extensionistas ativos, muitos deles com oportunidades de bolsas de iniciação à extensão.

No que concerne à perspectiva institucional, o PPI da UFPel (2023) estabelece que a formação de graduação deve ser generalista, interdisciplinar e sustentada por sólida base de

conhecimentos específicos, sempre orientada por princípios éticos, inclusivos e democráticos. Tais fundamentos encontram expressão no compromisso com a preservação da vida digna, com o cuidado ambiental e com o conhecimento da realidade social circundante. Inspirado por esses valores, o Curso de Comércio Exterior dispõe de seis projetos de ensino ativos, entre os quais se inclui um voltado especificamente para a permanência e a qualidade acadêmica. Os discentes têm a oportunidade de atuar como bolsistas de iniciação ao ensino ou de monitoria, fortalecendo, assim, sua formação pedagógica e acadêmica.

Como se pode perceber, as práticas delineadas no presente projeto pedagógico configuram-se em uma articulação profunda e orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, o que representa não apenas a observância de um princípio constitucional fundamental, previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, mas também a concretização de uma diretriz estruturante do PPI, que busca assegurar uma “formação integrada de qualidade” (UFPEl, 2023b, p. 8). Essa indissociabilidade, mais do que uma exigência legal, constitui um horizonte epistemológico e ético de ação acadêmica, na medida em que reafirma o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento crítico, emancipador e socialmente comprometido.

A Coordenação do Curso, orientada por seu plano de ação (Apêndice 5), norteia suas atividades por três princípios centrais: a ampla divulgação de suas decisões e ações, a utilização de meios digitais como instrumentos privilegiados de comunicação com discentes e docentes e a busca permanente por clareza e agilidade nos processos administrativos. Esses princípios revelam uma concepção de gestão acadêmica que ultrapassa a mera burocracia, constituindo-se como prática formativa em si mesma, uma vez que a comunicação transparente, democrática e acessível é também uma dimensão pedagógica que ensina valores de cidadania, participação e responsabilidade coletiva.

Nesse sentido, a comunicação organizacional e pública ocupa posição central na materialização deste projeto pedagógico, na medida em que impacta tanto a estrutura institucional quanto a interação da comunidade acadêmica com a sociedade em geral. Conforme argumenta Henriques (2019), a comunicação nas universidades públicas deve ser compreendida em três dimensões: como organização, como comunidade e como projeto (de nação e de sociedade). Essa perspectiva amplia o entendimento da comunicação, retirando-a da condição instrumental e alçando-a à condição de eixo estruturante da universidade como instituição republicana.

Na dimensão da *universidade como organização*, impõe-se a necessidade de estratégias que ampliem o diálogo entre o Curso e seus múltiplos públicos, garantindo a transparência e a visibilidade das ações institucionais. Nesse aspecto, a produção e a difusão de conteúdos que deem visibilidade a eventos, resultados acadêmicos e projetos desenvolvidos pelo Curso constituem instrumentos pedagógicos e políticos de fortalecimento da legitimidade institucional. O sítio eletrônico do Curso, por exemplo, cumpre esse papel ao disponibilizar informações sistematizadas, organizadas e acessíveis, constituindo-se como espaço de memória, de registro e de identidade institucional.

A segunda dimensão, referente à *universidade como comunidade*, exige ações que estimulem não apenas a circulação da informação, mas também o engajamento e o sentimento de pertencimento dos estudantes, técnicos e docentes. A comunicação, nesse âmbito, não deve ser reduzida a processos unidirecionais de transmissão, mas sim compreendida como prática dialógica, pautada em princípios de horizontalidade, participação e construção coletiva de saberes. Fóruns de debate, *workshops*, eventos acadêmicos e iniciativas colaborativas desempenham função estratégica nesse contexto, favorecendo a coesão do grupo e a consolidação de um *ethos* universitário comprometido com a democracia interna.

Já a terceira dimensão, a *comunicação como projeto*, transcende os limites da universidade ao estabelecer pontes com a sociedade e ao inserir a produção científica e acadêmica no debate público mais amplo. A divulgação de produções técnico-científicas, relatórios de pesquisa e análises de conjuntura não apenas reforça o valor da universidade como patrimônio social e cultural, mas também afirma sua contribuição para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Ao fazê-lo, o Curso de Comércio Exterior reafirma sua função republicana de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como seu compromisso com a internacionalização crítica, compreendida não como mera inserção em *rankings* globais, mas como participação ativa em redes de cooperação científica e acadêmica que valorizam a diversidade epistemológica e cultural.

A materialização desses princípios encontra expressão concreta no *website* do Curso, concebido em consonância com os princípios republicanos de publicidade, impessoalidade e transparência. Estruturado em seis abas principais, não se limita a ser um repositório estático de informações, mas funciona como um espaço dinâmico de interação e de construção de memória institucional.

A primeira aba reúne informações gerais sobre o Curso, incluindo o histórico, o projeto pedagógico e as portarias que regulamentam a composição da Coordenação, tanto da

administração atual quanto das anteriores. Além disso, disponibiliza links de fácil acesso para a consulta das composições do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), bem como as atas das reuniões, que são publicadas de forma regular e pontual. Ainda nessa seção, há um direcionamento para o Portal Institucional da UFPel, onde é possível consultar a lista completa dos alunos vinculados ao curso, incluindo os egressos.

Na aba dedicada ao currículo, por exemplo, disponibiliza-se um fluxograma detalhado do curso e um documento oficial, assinado digitalmente pela coordenação, com a descrição de todas as disciplinas, recurso fundamental para estudantes em mobilidade acadêmica e em processos de aproveitamento de estudos. A aba “Professores” cumpre função igualmente estratégica ao reunir informações sobre o corpo docente, suas titulações, contatos e currículos, promovendo a transparência e fortalecendo a interação entre discentes e docentes nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

FIGURA 2: SÍTIO ELETRÔNICO DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

A seção “Projetos”, por sua vez, assegura a visibilidade das iniciativas em andamento e a memória das já concluídas, configurando-se como espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido no âmbito do Curso. Já a aba “Sou Aluno” reúne informações centrais para a vida acadêmica, organizando, de forma acessível, desde os procedimentos administrativos cotidianos até orientações para formatura, estágios e bolsas, representando um instrumento efetivo de democratização da informação. Por fim, a aba “Contato” garante canais diretos de comunicação entre a Coordenação e a comunidade, consolidando uma gestão próxima e responsiva.

Importa destacar que a manutenção e atualização constante desse *website* não se limitam a uma função administrativa. Trata-se de um projeto de extensão em si mesmo, envolvendo bolsistas e voluntários, o que reforça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao transformar a comunicação institucional em um espaço de formação cidadã, crítica e técnica. Esse esforço é também expressão de uma concepção ampliada de extensão universitária, inspirada em Paulo Freire, que entende o diálogo com a sociedade como prática de construção mútua de saberes (Freire, 2021).

Assim, ao integrar de maneira orgânica a comunicação institucional ao projeto pedagógico, o Curso de Comércio Exterior da UFPel consolida uma prática de gestão comprometida com a transparência, a participação ativa e a responsabilidade social. Mais do que um recurso técnico, a comunicação torna-se um eixo pedagógico e político, fortalecendo laços no interior da comunidade acadêmica e projetando para fora da universidade uma imagem de instituição pública, crítica e transformadora, capaz de dialogar com os desafios contemporâneos e de contribuir para a construção de um projeto nacional de educação superior que seja inclusivo, democrático e internacionalmente relevante.

O Curso mantém presença institucional no *Instagram*, por meio do perfil *@comexufpel*, que se consolidou como ferramenta estratégica de comunicação e de visibilidade acadêmica. Mais do que replicar comunicados da coordenação, o perfil divulga notícias, editais, bolsas e eventos, funcionando como canal dinâmico de interação com a comunidade interna e externa. Ao mesmo tempo, torna-se espaço de extensão e divulgação científica, especialmente por meio de projetos como *Conectando Fronteiras* e *Sintonia Global*, que traduzem e popularizam o conhecimento produzido no curso.

Nesse sentido, a utilização do *Instagram* não apenas amplia o alcance das ações institucionais, mas também fortalece a relação entre universidade e sociedade, permitindo que discentes desenvolvam competências de comunicação científica e engajamento social.

Ademais, o perfil cumpre papel estratégico de visibilidade, ao divulgar resultados acadêmicos e extensionistas e, ao mesmo tempo, atrair potenciais estudantes, apresentando a identidade e os frutos do trabalho coletivo do curso.

Outra ação estratégica de grande relevância para a consolidação da imagem institucional do Curso de Comércio Exterior, bem como para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identidade coletiva entre seus integrantes, foi a criação de sua identidade visual. Desenvolvida em parceria com a Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED), a proposta foi concebida pelo bolsista Wendel Farias, sob a orientação do professor Tobias Tessmann Mülling, dos cursos de Design Digital e Design Gráfico da UFPel. A iniciativa, aprovada pelo Colegiado do Curso em 4 de junho de 2025, constituiu-se em um marco simbólico e comunicacional que articula estética, significado e projeto pedagógico.

FIGURA 3: IDENTIDADE VISUAL DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR



Fonte: Comércio Exterior, 2024.

Mais do que uma simples marca, a identidade visual representa um gesto de afirmação institucional e de consolidação de uma cultura de pertencimento. O projeto gráfico materializa, por meio de signos visuais, a missão do curso de formar profissionais críticos, éticos e tecnicamente qualificados para atuar em um cenário econômico em constante transformação. A logo concebida expressa, de maneira sintética e simbólica, os princípios que orientam o Curso e sua vinculação ao território e ao mundo.

O círculo central da composição remete ao globo terrestre, evocando a natureza planetária das relações econômicas e comerciais, e reafirmando o caráter internacional do campo do Comércio Exterior. Linhas curvas que atravessam o globo sugerem movimento, conexão e interdependência, representando o dinamismo das trocas transnacionais e a fluidez

dos fluxos econômicos, culturais e tecnológicos que configuram a contemporaneidade. O contorno do Estado do Rio Grande do Sul, inserido de forma harmônica no conjunto visual, simboliza a articulação entre o local e o global, remetendo ao papel de Pelotas como território de origem e de projeção para o mundo.

As linhas que se expandem a partir do mapa aludem às rotas comerciais e logísticas, mas também às trajetórias formativas e profissionais dos egressos, indicando a vocação do curso para conectar saberes, pessoas e fronteiras. Dessa forma, a identidade visual assume uma função que ultrapassa o plano estético: ela se torna um dispositivo pedagógico e simbólico, capaz de comunicar valores, inspirar pertencimento e projetar, no espaço público, a imagem de um curso comprometido com a excelência acadêmica e com a inserção global crítica e sustentável.

Por fim, outro aspecto que não pode ser ignorado diz respeito ao de transformação significativa que passa o ensino superior, impulsionado por mudanças no perfil dos estudantes e nas exigências do mundo do trabalho. Em resposta a essas mudanças, o PPC busca se adaptar para continuar atendendo às necessidades contemporâneas, sem perder de vista a qualidade e a essência do ensino presencial. Nesse contexto, o Ensino a Distância (EaD) surge como uma ferramenta essencial para ampliar o acesso à educação e flexibilizar o processo de aprendizagem, permitindo ao curso manter-se relevante e competitivo.

A ampliação da carga horária EaD de 11% para 21,42% no PPC reflete uma estratégia para integrar tecnologias digitais ao ensino, mantendo a estrutura presencial do curso. Essa decisão visa a atender a um perfil de estudante que, cada vez mais, busca conciliar educação com outras responsabilidades, como trabalho e família, e que valoriza a flexibilidade proporcionada pelo EaD. Além disso, essa mudança é uma resposta às demandas do mundo do trabalho, que exige profissionais cada vez mais adaptáveis, autônomos e capazes de gerenciar seu tempo de maneira eficaz.

A maioria dos componentes são formato híbrido, combinando créditos EaD com créditos presenciais. Essa abordagem garante que os alunos não percam o contato direto com a vivência acadêmica e profissional proporcionada pela universidade. O equilíbrio entre as modalidades EaD e presencial assegura que a qualidade do ensino não seja comprometida, permitindo que os estudantes desenvolvam tanto habilidades técnicas quanto competências socioemocionais, essenciais para o mundo do trabalho.

Há também a presença de componentes integralmente ofertados em EaD. Por outro lado, os planos de ensino deverão prever atividades síncronas ao longo do semestre. Essa exigência não é meramente técnica, mas pedagógica e social. As atividades síncronas, realizadas em

tempo real, são fundamentais para manter o contato regular entre estudantes e docentes. Esse contato é crucial para a construção de um sentimento de pertencimento ao curso, uma vez que promove a interação, o diálogo e o compartilhamento de experiências, aspectos que são muitas vezes subestimados no ensino a distância.

Além disso, as atividades síncronas desempenham um papel central na manutenção de uma rotina de estudos, algo que pode se perder na modalidade EaD, onde a flexibilidade pode levar à procrastinação ou à sensação de isolamento. A presença do docente em tempo real oferece uma estrutura que motiva os estudantes a manterem o ritmo, além de permitir esclarecimentos imediatos de dúvidas e a promoção de debates que enriquecem o processo de aprendizagem.

Por fim, a ampliação da carga horária EaD no PPC, com a inclusão de atividades síncronas, representa um avanço significativo na adaptação do ensino às novas realidades. Essa abordagem híbrida e flexível preserva a essência do ensino presencial, ao mesmo tempo em que amplia o acesso e a flexibilidade, preparando os estudantes para os desafios do mundo do trabalho contemporâneo. Ao adotar essa estratégia, o curso demonstra um compromisso com a inovação pedagógica, sem abrir mão dos valores que historicamente sustentam a educação de qualidade.

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

Nos últimos anos, a internacionalização das empresas brasileiras tornou-se uma tendência incontornável, refletindo a busca por novos mercados e oportunidades globais. O estudo *Trajetórias FDC de Internacionalização das Empresas Brasileiras*, realizado pela Fundação Dom Cabral, evidencia um aumento gradual e consistente na inserção internacional das empresas brasileiras, com um crescimento anual de aproximadamente 1%. De acordo com Barakat (2018), em 2006, a pesquisa realizada com 24 empresas indicava um índice médio de internacionalização de 17,5%. Já em 2018, o estudo, ampliado para 69 empresas, registrou um índice médio de 24,3%, demonstrando um crescimento significativo de 38,8% ao longo de 12 anos. Este avanço ilustra não apenas a adaptação das empresas ao cenário global, mas também a busca por competitividade em mercados cada vez mais complexos e interconectados.

A expansão do comércio internacional impõe a necessidade de formação especializada para suprir a demanda por profissionais qualificados na área. Neste contexto, o Curso de

Comércio Exterior foi concebido com base na identificação de uma crescente demanda por capacitação específica na região do extremo-sul gaúcho, que se destaca por abrigar dois portos com intensa movimentação aduaneira e por ser um *hub* estratégico para operações de importação e exportação. Além disso, a presença de agências marítimas de navegação e de empresas atuantes no comércio exterior reforça a importância de um curso voltado para o desenvolvimento de competências técnicas e estratégicas.

O Curso de Comércio Exterior é projetado para responder às necessidades regionais de Pelotas e para formar profissionais capazes de atuar em funções estratégicas no Brasil e no exterior. A proposta pedagógica do curso é centrada na qualificação técnica e profissional, alinhada com um compromisso republicano e ético. Os componentes curriculares são cuidadosamente estruturados para oferecer uma abordagem interdisciplinar, que engloba as dimensões humanas, sociais, políticas, jurídicas e econômicas do comércio exterior.

Com essa estrutura, o curso visa a formar profissionais com uma sólida base humanística, técnica e científica, capazes de enfrentar os desafios do crescimento econômico e da ampliação de mercados de maneira ética e socialmente responsável. A formação oferecida prepara os alunos para contribuir na redução das desigualdades sociais, na proteção do meio ambiente e no fortalecimento da posição do Brasil no comércio global. A ênfase em uma educação que integra ética, responsabilidade social e sustentabilidade reforça o compromisso do curso em desenvolver líderes preparados para atuar em um mercado globalizado e em constante evolução.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Curso de Comércio Exterior da UFPel insere-se em um contexto regional e nacional marcado pela crescente necessidade de qualificação profissional em áreas vinculadas à gestão, à logística e à internacionalização de empresas. Desde sua criação, o curso tem cumprido um papel estratégico na oferta pública e gratuita de formação tecnológica voltada ao desenvolvimento regional, consolidando-se como referência acadêmica e institucional na Região Sul do Brasil.

A região de abrangência da UFPel apresenta características econômicas singulares, destacando-se pela presença de dois portos em pleno funcionamento – o Porto de Rio Grande e o Porto de Pelotas – que movimentam, juntos, dezenas de milhões de toneladas anuais, impulsionando cadeias produtivas diversificadas. Em 2020, o Porto de Rio Grande movimentou

45,18 milhões de toneladas, com crescimento de 21,55% nas exportações em 2021. O Porto de Pelotas, por sua vez, alcançou 1,3 milhão de toneladas movimentadas no mesmo ano, um aumento de 33,89% em relação a 2020 (Governo do Estado do RS, 2020).

Essa estrutura logística, somada à localização fronteiriça com o Uruguai e à proximidade com a Argentina, cria um ambiente propício à formação de profissionais aptos a atuar em processos de comércio exterior, integração regional e cooperação internacional. O curso da UFPel, portanto, responde diretamente a uma demanda territorial por competências técnicas e gerenciais associadas à inserção competitiva de empresas locais e regionais no mercado global.

De acordo com dados atualizados do Portal e-MEC (2025), o Brasil conta atualmente com 148 cursos superiores de tecnologia em Comércio Exterior em funcionamento. Desse total, 85 cursos são ofertados na modalidade a distância, reunindo 165.512 vagas autorizadas, e 63 cursos são presenciais, com 12.710 vagas. Observa-se que não há oferta gratuita na modalidade a distância. Entre os cursos presenciais, apenas 10 são gratuitos, vinculados a instituições estaduais e federais de ensino superior. Assim, a análise consolidada das duas modalidades indica que **a oferta pública de Comércio Exterior representa apenas 0,51% do total de vagas autorizadas no país em cursos superiores de tecnologia**, distribuídas exclusivamente entre os dez cursos referidos.

TABELA 1: CURSOS DE COMÉRCIO EXTERIOR GRATUITOS EM ATIVIDADE

Instituição	Sigla	UF	Grau	Modalidade
Faculdade de Tecnologia da Praia Grande	FATECPG	SP	Tecnológico	Presencial
Faculdade de Tecnologia da Zona Leste	FATEC-ZL	SP	Tecnológico	Presencial
Faculdade de Tecnologia de Barueri	Fatec- Barueri	SP	Tecnológico	Presencial
Faculdade de Tecnologia de Guarulhos	FATEC-GR	SP	Tecnológico	Presencial
Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba	FATEC-ID	SP	Tecnológico	Presencial
Faculdade de Tecnologia de Itapetininga	Fatec-Itapetininga	SP	Tecnológico	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	IFMT	MT	Tecnológico	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP	AP	Tecnológico	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	Tecnológico	Presencial
Universidade Federal de Pelotas	UFPel	RS	Tecnológico	Presencial
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	Bacharelado	Presencial

Fonte: e-MEC, 2025.

Como se observa na tabela apresentada, o Curso da UFPel é o único curso superior de tecnologia gratuito ofertado na Região Sul do Brasil, o que lhe confere relevância e abrangência regional expressivas. No município de Pelotas, por sua vez, a oferta ocorre exclusivamente na modalidade a distância, em instituições privadas (UCPEL e Anhanguera), reforçando o caráter inclusivo e diferenciado da oferta pública e presencial promovida pela UFPel. Cabe mencionar que a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) também oferta um curso de Comércio Exterior; entretanto, trata-se de um curso de Bacharelado (o único gratuito do país), com duração de quatro anos, localizado em Santa Vitória do Palmar, a aproximadamente 240 km de Pelotas. Assim, além de apresentar natureza e estrutura curricular distintas, o curso da FURG não se enquadra na mesma categoria de formação tecnológica e de curta duração ofertada pela UFPel, voltada à inserção mais ágil no mercado de trabalho.

O perfil formativo do curso, associado à sua oferta em turno noturno, amplia o acesso de trabalhadores egressos do ensino médio e de diplomados que buscam requalificação profissional, alinhando-se aos princípios de inclusão e democratização do ensino superior estabelecidos no PDI (UFPel, 2021). Ao longo de sua trajetória, vem se consolidando pelo engajamento em programas de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação cidadã, o desenvolvimento socioeconômico regional e a internacionalização da Universidade. As ações extensionistas e de iniciação científica fortalecem a articulação entre teoria e prática, ampliando o diálogo com o setor produtivo, entidades empresariais, órgãos públicos e instituições de ensino nacionais e estrangeiras.

Dessa forma, o Curso justifica-se pelos seguintes aspectos:

1. **Relevância regional e estratégica:** a região de Pelotas e Rio Grande possui infraestrutura logística, portuária e fronteiriça que demanda profissionais qualificados para atuar em comércio exterior, logística e negócios internacionais.
2. **Caráter público e inclusivo:** trata-se do único curso tecnológico em Comércio Exterior gratuito da Região Sul do país, ampliando o acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade.
3. **Demanda social e econômica:** o setor de comércio exterior brasileiro apresenta constante expansão, exigindo profissionais com formação técnica sólida e visão global, aptos a contribuir para a competitividade das empresas nacionais.

4. **Integração institucional:** o curso fortalece o papel da UFPel no contexto regional e nacional, contribuindo para o cumprimento de sua missão institucional e para as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional.
5. **Potencial de projeção nacional e internacional:** o curso tem capacidade de atrair estudantes de diferentes regiões do país, contribuindo para a diversidade acadêmica e para a visibilidade da UFPel como instituição comprometida com a internacionalização e a excelência acadêmica.

Assim, o Curso reafirma sua importância no contexto da educação tecnológica brasileira. Ele fortalece a missão institucional da Universidade de promover ensino público de qualidade, vinculado ao desenvolvimento regional sustentável, à formação cidadã e à inserção competitiva do país no cenário internacional.

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos aqui expressos foram elaborados em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e com base nos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com a Resolução CNE/CP N. 01, de 05/01/2021.

O Curso de Comércio Exterior possui como **objetivo geral** formar profissionais tecnólogos com sólida formação interdisciplinar, capazes de atuar na gestão de negócios internacionais, tanto no setor público quanto no setor privado, de forma ética e intercultural.

Considerando o objetivo geral acima exposto, são apresentados 4 (quatro) **objetivos específicos**, como forma de atingir tanto o objetivo geral quanto alcançar subprodutos deste:

1. Fornecer uma sólida formação teórica, técnica e humanística que propicie o entendimento das relações comerciais entre os países;
2. Analisar e interpretar o contexto social, econômico e político que influencia as relações comerciais internacionais, com capacidade de tomada de decisão;

3. Adquirir conhecimentos que permitam a compreensão das relações comerciais brasileiras para a melhor atuação nas práticas comerciais globais na economia mundial;
4. Contribuir para a formação/desenvolvimento de profissionais aptos a lidar com os desafios que o país enfrenta na busca de crescimento econômico e ampliação de mercados, aliados à redução das desigualdades sociais e à proteção do meio ambiente.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Comércio Exterior, seguindo o que estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2024), bem como determina a Resolução CNE/CP N. 1 de 05/01/2021, traça como perfil do egresso um profissional habilitado para atuar em mercados globais, por meio de estratégias e práticas gerenciais internacionais de forma responsável, intercultural e ética.

O tecnólogo em Comércio Exterior estará apto a desempenhar funções em diferentes setores da economia, do mercado, dos governos, tanto em organizações públicas quanto em empresas privadas, nacionais e internacionais, tais como:

- Empresas de importação/exportação;
- Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria;
- Empresas de logística internacional;
- Empresas de despacho aduaneiro;
- Instituições financeiras;
- Órgãos Públicos com funções ligadas ao comércio exterior e à fiscalização aduaneira;
- Institutos e Centros de Pesquisa;
- Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As seguintes **competências** serão desenvolvidas pelo discente, articuladas com as necessidades locais e regionais e condizentes com demandas apresentadas pelo mundo do trabalho:

- compreender o processo de globalização, desenvolvendo estratégias e planos de ação para a internacionalização das organizações;
- diagnosticar, formular problemas e propor soluções no campo das relações comerciais internacionais;
- gerenciar a cadeia de suprimentos, contratar o desembaraço, os seguros e as operações de comércio exterior: transações cambiais, despacho e legislação aduaneira, transações financeiras de exportação e importação;
- prospectar e pesquisar oportunidades no mercado exterior;
- coordenar fluxos logísticos de serviços e de embarque e desembarque de produtos;
- elaborar e supervisionar planos de ação;
- negociar e executar operações nos âmbitos legais, tributários e cambiais inerentes aos processos de importação e exportação;
- avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Em relação às **habilidades**, os tecnólogos em Comércio Exterior deverão:

- Desenvolver atividades de gestão relacionadas à importação e à exportação de bens e serviços, analisando o ambiente socioeconômico global e variáveis determinantes das transações nacionais e internacionais;
- Analisar as tendências de mercado, para o planejamento da comercialização dos produtos e serviços com diferentes países;
- Trabalhar respeitando a diversidade cultural, regimes jurídicos distintos, estruturas econômicas, experiências históricas e diversidade de linguagens necessárias nas negociações internacionais;

- Dominar processos de negociação com uma visão ampla e generalista, com raciocínio lógico, flexibilidade e criatividade;
- Entender e acompanhar a evolução das legislações relativas à habilitação de comércio exterior, bem como das atividades desenvolvidas pelas organizações importadoras e exportadoras;
- Desenvolver espírito de liderança, trabalho de equipe, de negociação e tomada de decisão.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

O projeto pedagógico do Curso de Comércio Exterior assenta-se no art. 207 da Constituição Federal de 1988, que tem no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão um dos pilares da educação superior. Direciona sua formação aos princípios da cidadania, do respeito à diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero, à promoção dos direitos humanos, à busca da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, almejando um equilíbrio entre as demandas propostas pelo mundo do trabalho e a sociedade.

Os componentes curriculares procuram desenvolver as habilidades e competências necessárias para o Tecnólogo em Comércio Exterior de forma crítica e interdisciplinar, buscando sempre unir teoria à prática. Os componentes formam eixos estruturantes da organização curricular, sendo planejados de acordo com os seus níveis de aprofundamento e complexidade.

Desta forma, a estrutura curricular deste PPC está em conformidade com o art. 122 do Regulamento de Graduação da UFPel (2018). O equilíbrio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão é proposto a partir do acesso dos discentes a componentes obrigatórios, optativos e a projetos unificados nos três eixos (ensino, pesquisa e extensão), visando à aplicação do conhecimento adquirido em demandas reais identificadas na sociedade. O currículo é organizado em 4 (quatro) semestres, com duas janelas destinadas à realização de componentes optativos³.

A carga horária mínima dos Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores (MEC, 2024), é de 1.600 horas. O art. 174, parágrafo primeiro, do Regimento da UFPel diz que “a duração de cada curso não poderá exceder de 5% (cinco por cento) do tempo útil previsto pelo Conselho Federal de Educação” (UFPel, 1977). O Curso de Comércio Exterior tem uma carga horária total de **1.680 horas**, o que atende às exigências normativas.

O currículo do Curso de Comércio Exterior está de acordo com a Resolução do COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018 (UFPel, 2018), segundo a qual as atividades

³ É importante apontar que o Fluxograma do Curso (seção 3.4 deste PPC) sugere, no terceiro e quarto semestres, a realização de dois componentes curriculares optativos, perfazendo o total de **10 créditos** ou **150 horas**.

curriculares compreendem três dimensões formativas: formação específica, formação complementar e formação em extensão.

A **Formação Específica** configura-se como um eixo central do Projeto Pedagógico, sendo estruturada a partir de atividades curriculares obrigatórias e optativas, em conformidade com a legislação educacional vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021). Tal organização curricular expressa não apenas o cumprimento de dispositivos normativos, mas sobretudo uma concepção pedagógica orientada pela indissociabilidade entre teoria e prática, pela flexibilidade acadêmica e pela integração entre formação humanística, técnica e cidadã. Em outras palavras, a formação específica busca materializar um processo formativo que, ao mesmo tempo em que atende às exigências regulatórias, promove a constituição de profissionais capazes de atuar criticamente em um cenário de interdependência global, marcado pela complexidade dos fluxos comerciais e pela necessidade de articulação entre dimensões econômicas, políticas, jurídicas, ambientais e sociais.

O desenho curricular do Curso de Comércio Exterior está organizado em dois grandes eixos – *formação básica* e *formação profissional* – aos quais se somam os componentes optativos, concebidos como espaços de diversificação, aprofundamento e personalização dos itinerários formativos. O eixo de *formação básica* cumpre a função de prover conhecimentos estruturantes que permitem ao estudante compreender a realidade nacional e internacional em sua totalidade, promovendo uma visão interdisciplinar e sistêmica. Abrange áreas como economia, ciência política, direito, relações internacionais, matemática financeira e metodologia científica, sendo operacionalizado por meio de componentes como *Fundamentos de Economia*, *Fundamentos de Ciência Política*, *Análise de Investimentos*, *Negociação Internacional*, *Economia Internacional*, *Cidadania e Direitos Humanos (EaD)*, *Fundamentos de Pesquisa e Finanças Internacionais*. Esses conteúdos, além de constituírem a base cognitiva necessária para o exercício da prática profissional, fomentam a capacidade de análise crítica, de compreensão de cenários complexos e de articulação de saberes teóricos na resolução de problemas concretos, atributos indispensáveis à formação de profissionais de Comércio Exterior.

Já o eixo de *formação profissional* concentra-se na consolidação de competências específicas vinculadas à prática do comércio internacional, articulando áreas como administração, contabilidade, logística, gestão financeira, prospecção de mercados e rotinas aduaneiras. Tal eixo se concretiza em componentes como *Fundamentos de Administração*

(EaD), *Introdução ao Comércio Exterior*, *Gestão Financeira*, *Exportação*, *Regulação do Comércio Internacional*, *Importação*, *Análise de Cenários Internacionais* e *Logística Internacional*. A estrutura curricular, nesse sentido, não se limita à transmissão de conteúdos normativos e técnicos, mas busca constantemente aproximar o estudante da realidade profissional, por meio de estudos de caso, simulações de operações aduaneiras e tributárias, uso de softwares aplicados à área, visitas técnicas e contato com profissionais que atuam no setor. Esse conjunto de práticas pedagógicas amplia a integração entre teoria e prática, favorecendo a aprendizagem significativa e a inserção dos estudantes em contextos reais de trabalho.

A dimensão da flexibilidade curricular constitui um dos traços mais inovadores e estratégicos do Projeto Pedagógico. A ausência de pré-requisitos entre os componentes, inspirada em experiências bem-sucedidas de cursos do Centro de Ciências Sociais e Organizacionais (CCSO), tem se mostrado fundamental para reduzir a evasão, facilitar a progressão acadêmica e conferir maior autonomia ao estudante na organização de seu percurso formativo. Além disso, os nove componentes optativos ofertados pelo Curso permitem a diversificação de estudos em áreas correlatas, ao mesmo tempo em que os alunos são incentivados a escolher disciplinas de outros cursos da UFPel ou de instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito da mobilidade acadêmica. Essa abertura amplia as possibilidades de interdisciplinaridade, assegura a adequação da formação às demandas pessoais e profissionais dos discentes e contribui para a internacionalização da graduação, possibilitando que os estudantes experimentem diferentes contextos culturais e acadêmicos.

A integração entre teoria e prática constitui um dos eixos estruturantes da proposta pedagógica do Curso de Comércio Exterior, sendo potencializada em componentes como *Exportação*, *Importação* e *Logística Internacional*. Estes, ao aliarem a dimensão conceitual à aplicação instrumental, oferecem aos estudantes a possibilidade de vivenciar experiências que se aproximam da realidade profissional, por meio da utilização de simuladores de tratamento tributário e administrativo nos processos de importação e exportação, bem como através de visitas técnicas e diálogos com profissionais do setor. Tais iniciativas não apenas proporcionam uma aprendizagem ativa, mas também favorecem a compreensão crítica das dinâmicas que regem o comércio internacional. Nesse mesmo sentido, a integração com a prática ao longo do curso pode ser ampliada por meio da realização de estágios não obrigatórios em empresas privadas, órgãos governamentais e instituições da sociedade civil, consolidando a aproximação entre formação acadêmica e demandas concretas do mercado de trabalho e da administração pública.

No que se refere à abordagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), cumpre destacar que, conforme o disposto no art. 3º, §2º, do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, as instituições de ensino superior devem garantir formas institucionalizadas de apoio ao uso e à difusão desta linguagem. Em consonância com tal diretriz, o PPC contempla os componentes “Língua Brasileira de Sinais I – Libras I” (código 20000084) e “Língua Brasileira de Sinais – Libras II” (código 20000121) como optativos, o que possibilita aos discentes o aprendizado e a imersão em uma modalidade comunicacional que amplia os horizontes da inclusão, permitindo maior interação com estudantes e membros da comunidade que dela se utilizam. Ademais, o Curso prevê a participação de intérpretes de Libras vinculados à Comunicação Social da Universidade em eventos acadêmicos e institucionais que envolvam ampla participação da comunidade universitária, sejam estes realizados presencialmente ou em formato remoto, garantindo acessibilidade e equidade de condições de participação.

A proposta pedagógica contempla, ainda, práticas voltadas à consolidação de uma Educação Inclusiva, entendida como um princípio transversal que atravessa tanto os processos formativos quanto a gestão acadêmica do Curso. Nesse aspecto, destaca-se o apoio da Coordenação de Acessibilidade (COACE), cuja missão institucional consiste em promover a acessibilidade plena e a inclusão de estudantes, docentes e técnicos da UFPel com deficiência ou com necessidades educacionais específicas. A experiência acumulada pelos docentes do Curso junto ao COACE tem permitido a adequação de atividades e avaliações, em consonância com as singularidades dos estudantes, contribuindo para a efetivação de práticas pedagógicas democráticas e equitativas. Além disso, a Educação Inclusiva é tratada de forma transversal em diversos componentes curriculares, estando presente de maneira sistemática em componentes como *Cidadania e Direitos Humanos (EaD)*, *Oficina de Extensão I* e *Oficina de Extensão II*, que possibilitam a articulação entre teoria crítica e práticas extensionistas voltadas à promoção da cidadania e da diversidade.

Outro eixo formativo fundamental diz respeito à abordagem das relações étnico-raciais, cuja relevância extrapola o contexto normativo e assume caráter pedagógico e social inadiável. O Curso de Comércio Exterior promove esta discussão de duas formas complementares: por meio da transversalidade, manifestada em estudos de caso, na escolha de temas para desenvolvimento de atividades discentes ou na proposição docente de conteúdos, e também por meio da sistematização curricular, assegurada em componentes obrigatórios como *Cidadania e Direitos Humanos (EaD)*, *Oficina de Extensão I* e *Oficina de Extensão II*, bem como no componente optativo *Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais*. Dessa maneira, garante-se

não apenas o cumprimento das diretrizes legais, mas também o fortalecimento de uma formação crítica e comprometida com a superação das desigualdades raciais e sociais.

A Educação em Direitos Humanos é igualmente considerada um princípio estruturante do Curso, permeando transversalmente os conteúdos e atividades acadêmicas, de modo interdisciplinar e articulado, e estando consolidada em projetos de ensino, pesquisa e extensão. O enfoque adotado procura conciliar a dimensão conceitual – que inclui reflexões teóricas acerca dos fundamentos, marcos normativos e históricos dos direitos humanos – com a dimensão prática, materializada em experiências extensionistas e de pesquisa aplicada. Nesse sentido, além da presença transversal nos diversos componentes curriculares, a Educação em Direitos Humanos figura de maneira central nos componentes obrigatórios *Cidadania e Direitos Humanos (EaD)*, *Oficina de Extensão I* e *Oficina de Extensão II*, bem como no componente optativo *Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais*, assegurando que os estudantes desenvolvam uma compreensão abrangente e aplicada do tema.

A sustentabilidade e a preocupação com as questões socioambientais também estão integradas à matriz curricular, reafirmando o compromisso do Curso com a Agenda 2030 da ONU e com a formação de profissionais aptos a atuar de maneira responsável em um cenário global. Esse conteúdo é trabalhado de forma sistemática no componente obrigatório *Oficina de Extensão II*, que proporciona aos estudantes a oportunidade de refletir e atuar criticamente sobre os desafios ambientais contemporâneos e sua interface com o comércio exterior.

Finalmente, o Curso prevê mecanismos institucionais de reconhecimento de trajetórias acadêmicas prévias, conforme regulamenta a Resolução COCEPE n. 29/2018, em suas Seções II e IV. Esta normativa permite o aproveitamento de componentes curriculares já cursados pelos estudantes em outras matrículas na UFPel ou em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, possibilitando a dispensa de componentes da matriz curricular vigente. Esse procedimento valoriza a mobilidade acadêmica, a internacionalização e a flexibilidade da formação, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso institucional com a qualidade e a integralidade do processo formativo.

A **Formação Complementar** envolve atividades curriculares que, em consonância com as orientações da Resolução CNE/CP n. 1/2021, devem contemplar atividades de ensino, pesquisa e extensão. No Curso de Comércio Exterior, tais ações serão apresentadas como Atividades Complementares (seção 3.8 do PPC). O aluno deverá realizar um total de **10 créditos** ou **150 horas**, que poderão ser validadas em atividades de *ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil*.

As atividades de *ensino* envolvem: (a) participação em programas, projetos e ações de ensino da UFPel; (b) premiação de valor acadêmico, profissional, científico ou cultural; (c) conclusão de cursos de língua estrangeira, comunicação, informática, redação ou de aperfeiçoamento em área de interesse para o comércio exterior; (d) participação como ouvinte em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Simpósios, *Workshops* ou assemelhados; (e) aprovação em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira; (f) créditos de componentes cursados na UFPel ou em outras IES que não forem utilizados para integralização curricular; (g) realização de estágio curricular não obrigatório; (h) atuação como Bolsista de Desenvolvimento Institucional.

As atividades de *pesquisa* envolvem: (a) participação em programas, projetos e ações de pesquisa da UFPel; (b) apresentação de trabalhos em eventos científicos na forma de comunicação oral ou pôster; (c) autoria ou coautoria de resumo simples ou expandido; (d) autoria ou coautoria de trabalho completo publicado em anais de evento, artigo científico publicado em periódico indexado com ISSN ou capítulo de livro com ISBN; (e) organização ou coorganização de obra técnica, científica, literária ou cultural com registro ISBN; (f) autoria ou coautoria de obra técnica, científica, literária ou cultural com registro ISBN; (g) publicação de artigo em jornal, revista, magazine ou veículo semelhante; (h) frequência em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós-Graduação da UFPel ou de outras IES.

As atividades de *extensão* envolvem participação em programas, projetos e ações de extensão da UFPel. As atividades de *representação discente* envolvem: (a) atuação como representante discente junto ao Colegiado do Curso de Comércio Exterior, ao Conselho do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais ou a outro órgão colegiado da UFPel; (b) atuação como integrante de Diretório ou Centro Acadêmico da UFPel; (c) atuação em comissão instituída por portaria.

De acordo com o art. 30, inciso VI, da Resolução CNE n. 01/2021, os PPCs devem conter critérios de “aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive para reconhecimento de saberes e competências”. A UFPel não possui uma regulamentação específica sobre o aproveitamento de *saberes e competências*. Buscando adequar o PPC às diretrizes dos cursos tecnológicos, o Colegiado poderá admitir o cômputo de até 75 horas em atividades não previstas no Quadro 5 deste PPC, desde que estejam articuladas com a área de comércio exterior e tenham sido realizadas a, no máximo, 3 (três) anos antes da data de ingresso do aluno no Curso.

A **Formação em Extensão** corresponde a atividades curriculares a serem computadas para a integralização curricular, de acordo com a Resolução COCEPE n. 30/2022. O Curso de Comércio Exterior atende à Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei Federal n. 13.005/2014, a qual define que um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação deve ser cumprido em programas, projetos e ações de extensão universitária. Seguindo a Resolução COCEPE n. 30/2022, o PPC utiliza a forma de integralização mediante **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, incluídas dentro da Formação Específica como componentes obrigatórios, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas** (10,71% da carga horária do Curso, que é de 1.680 horas).

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 2: SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica⁴		
Componentes obrigatórios	92	1380
Componentes optativos	10	150
Soma	102	1530
B) Formação complementar		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	10	150
C) Formação em Extensão⁵	12	180
TOTAL	112	1680

⁴ Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização de **24 créditos** ou **360 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **21,42%** da carga horária total do Curso.

⁵ O PPC utiliza a forma de integralização mediante **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, incluídas dentro da Formação Específica como componentes obrigatórios, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas**, o que corresponde a **10,71%** da carga horária do Curso.

3.3. MATRIZ CURRICULAR

Após um minucioso levantamento conduzido pelo NDE foram realizadas diversas etapas fundamentais para a revisão do PPC. Esse processo incluiu: (a) a criação de uma comissão de estudos destinada a revisar a legislação e as diretrizes atualizadas tanto do Ministério da Educação quanto da própria UFPel; (b) uma análise comparativa dos PPCs de cursos de superiores de tecnologia e de bacharelado em Comércio Exterior, abrangendo diferentes instituições, públicas e privadas; (c) uma avaliação interna do quadro docente, levando em consideração as especializações, áreas de atuação e contribuições de cada professor para o curso; (d) reuniões com os estudantes, buscando assegurar que suas percepções, demandas e sugestões fossem incorporadas ao processo de reformulação; e (e) sucessivas reuniões entre o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante, visando à construção de uma proposta curricular coesa e inovadora.

Como resultado desse processo amplamente participativo e divulgado, apresenta-se a nova estrutura curricular, conforme descrito no item 2.1 – Pressupostos e Estrutura do PPC, refletindo os objetivos de atualização, alinhamento às diretrizes educacionais e adequação às necessidades contemporâneas do mundo do trabalho.

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR									
Carga horária total do Curso: 1.680 horas									
Carga horária de Formação específica: 1.530 horas ⁶									
Carga horária de Formação complementar: 150 horas									
Carga horária de Extensão: 180 horas ⁷									
1º SEMESTRE									
Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EaD	EXT	CH	Pré-Requisito

⁶ Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização de **24 créditos** ou **360 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **21,42%** da carga horária total do Curso.

⁷ O PPC utiliza a forma de integralização mediante **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, incluídas dentro da Formação Específica como componentes obrigatórios, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas**, o que corresponde a **10,71%** da carga horária do Curso.

								(h)	
23000328	CCSO	Fundamentos de Administração (EaD)	5			5		75	
23000329	CCSO	Introdução ao Comércio Exterior	5	4		1		75	
23000330	CCSO	Fundamentos de Economia	5	4		1		75	
23000331	CCSO	Fundamentos de Ciência Política	5	4		1		75	
23000025	CCSO	Análise de Investimentos	5	4		1		75	
Total			25					375	

2º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EaD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000332	CCSO	Gestão Financeira	5	4		1		75	
23000333	CCSO	Negociação Internacional	5	4		1		75	
23000334	CCSO	Economia Internacional	5	4		1		75	
23000335	CCSO	Cidadania e Direitos Humanos (EaD)	5			5		75	
23000336	CCSO	Fundamentos de Pesquisa	5	4		1		75	
Total			25					375	

3º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EaD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000337	CCSO	Exportação	5	4		1		75	
23000338	CCSO	Regulação do Comércio Internacional	5	4		1		75	
23000339	CCSO	Finanças Internacionais	5	4		1		75	
23000340	CCSO	Oficina de Extensão I	6				6	90	
--	--	OPTATIVO	5					75	
Total			26					390	

4º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EaD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000341	CCSO	Importação	5	4		1		75	
23000342	CCSO	Análise de Cenários Internacionais	5	4		1		75	
23000343	CCSO	Logística Internacional	5	4		1		75	

23000344	CCSO	Oficina de Extensão II	6				6	90	
--	--	OPTATIVO	5					75	
Total			26					390	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES							150 horas – 10 créditos		
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--------------------------------	--	--

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

1º Semestre			2º Semestre			3º Semestre			4º Semestre		
5	23000328	75	5	23000332	75	5	23000337	75	5	23000341	75
Fundamentos de Administração (EaD)			Gestão Financeira			Exportação			Importação		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO		
5	23000329	75	5	23000333	75	5	23000338	75	5	23000342	75
Introdução ao Comércio Exterior			Negociação Internacional			Regulação do Comércio Internacional			Análise de Cenários Internacionais		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO		
5	23000330	75	5	23000334	75	5	23000339	75	5	23000343	75
Fundamentos de Economia			Economia Internacional			Finanças Internacionais			Logística Internacional		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO		
5	23000331	75	5	23000335	75	6	23000340	90	6	23000344	90
Fundamentos de Ciência Política			Cidadania e Direitos Humanos (EaD)			Oficina de Extensão I			Oficina de Extensão II		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO		
5	23000025	75	5	23000336	75						
Análise de Investimentos			Fundamentos de Pesquisa			OPTATIVO			OPTATIVO		
CCSO			CCSO								

Legenda			
A	B	C	A - Créditos
Componente			B - Código
Unidade			C - Horas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 1380 horas
DISCIPLINAS OPTATIVAS: 150 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 150 horas
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: 180 horas (10,71%)
CARGA HORÁRIA TOTAL: 1680 horas

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

O estudante deve completar componentes curriculares optativos que totalizem 10 créditos ou 150 horas. Esses componentes podem ser escolhidos livremente pelo aluno, conforme seus interesses pessoais e objetivos de formação acadêmica. A carga horária dos componentes optativos pode ser cumprida de acordo com as seguintes opções:

1. componentes do banco de optativas do Curso de Comércio Exterior;
2. componentes de qualquer outro curso de graduação da UFPel;
3. participação em programas de mobilidade acadêmica, cursando componentes em outra Instituição de Ensino Superior (IES), incluindo instituições estrangeiras.

Nos casos das opções (2) e (3), apenas serão contabilizados créditos de componentes cursados após a matrícula do estudante no curso de Comércio Exterior, ressalvadas as situações previstas nos artigos 100 a 105 do Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, que tratam do aproveitamento de estudos.

Embora o fluxograma sugerido apresente janelas indicativas para o cumprimento da carga horária optativa, o aluno possui liberdade para escolher os turnos e semestres em que irá cursá-los, conforme a disponibilidade das disciplinas e seus próprios interesses. Como o Curso de Comércio Exterior é oferecido no período noturno, os componentes optativos serão ministrados preferencialmente neste turno. Contudo, vale destacar que alguns componentes também podem ser cursados por meio das grades curriculares dos cursos de Bacharelado em Administração e Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CCSO, proporcionando, assim, opções de oferta no turno vespertino.

O banco de optativas oferecido pelo Curso de Comércio Exterior inclui os seguintes componentes:

QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EaD	Ext	CH (horas)	Pré-requisito
23000346	CCSO	Seminários Avançados em Comércio Exterior I (EaD)	5			5		75	

23000347	CCSO	Seminários Avançados em Comércio Exterior II (EaD)	5			5		75	
23000348	CCSO	Comércio Internacional e Eletrônico (EaD)	5			5		75	
23000349	CCSO	Empreendedorismo (EaD)	5			5		75	
23000350	CCSO	Internacionalização de Empresas	5	4		1		75	
23000351	CCSO	Mercado de Capitais	5	4		1		75	
23000352	CCSO	Marketing Internacional	5	4		1		75	
23000024	CCSO	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais	5	4		1		75	
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)	4	4				60	
20000121	CLC	Língua Brasileira de Sinais II (Libras II)	4	4				60	

3.6. ESTÁGIOS

O componente curricular *estágio* está regulamentado pela Lei n. 11.788/2008, estando igualmente de acordo com o Regulamento de Ensino de Graduação (Resolução COCEPE n. 29/2018) e demais regulamentações vigentes na UFPel – Resoluções COCEPE n. 03/2009 e 87/2024. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o estágio profissional supervisionado não constitui um componente curricular obrigatório para a elaboração do PPC (art. 30 inciso V). Assim, levando-se em conta a duração do Curso de Comércio Exterior, de 4 (quatro) semestres, entendeu-se mais oportuno **a não inclusão do estágio profissional obrigatório como componente curricular.**

Por outro lado, não se pode desconhecer a relevância que a atividade prática agrega na formação acadêmica dos estudantes dos cursos tecnológicos. O estágio é um elemento constitutivo que permite o estabelecimento dos primeiros vínculos do aluno com o mundo do trabalho, podendo ser compreendido como um espaço prioritário de ensino-aprendizagem, para além dos componentes curriculares específicos e também como um instrumento para melhorar o desempenho acadêmico.

Assim, o **estágio não-obrigatório é estimulado no Curso de Comércio Exterior, sendo desenvolvido como atividade opcional**, através um plano de trabalho que contemple atividades compatíveis com a formação profissional, de modo a garantir o

caráter educativo do acadêmico/estagiário. **Sua carga horária é computada em horas de formação complementar.**

De acordo com o art. 2º da Resolução COCEPE n. 87/2024, o estágio é definido como ato educativo supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o exercício profissional de discentes regularmente matriculados em instituições de educação superior (UFPel, 2024). No âmbito institucional, a **Seção de Estágios** (SEST), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), constitui-se no órgão responsável pela formalização de convênios para atividades de estágio e demais ações voltadas ao campo profissional. A resolução estabelece que a jornada diária de estágio não pode ultrapassar 6 (seis) horas e 30 (trinta) horas semanais, sendo sua definição fruto de acordo entre a Universidade Federal de Pelotas, a parte concedente e o discente ou seu representante legal, devendo constar expressamente no Termo de Compromisso de Estágio e estar em consonância com as atividades acadêmicas.

Ademais, durante os períodos de avaliação acadêmica, a jornada deverá ser reduzida à metade, a fim de garantir o bom desempenho do estudante. A normativa ainda prevê a possibilidade de realização de estágios concomitantes em diferentes partes concedentes, desde que respeitado o limite máximo de horas estabelecido. Quanto à duração, o estágio em uma mesma parte concedente não poderá exceder dois anos, salvo nos casos em que se tratar de pessoa com deficiência, assegurando maior flexibilidade e inclusão. A resolução também disciplina que o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação previamente acordada, sendo compulsória sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, nos casos de estágio não obrigatório. Ressalta-se que a eventual concessão de benefícios adicionais, como transporte, alimentação ou saúde, não configura vínculo empregatício. O estudante em estágio com duração igual ou superior a um ano terá direito a um período de recesso de 30 (trinta) dias, preferencialmente coincidente com suas férias acadêmicas, devendo tal recesso ser remunerado quando houver recebimento de bolsa; para estágios com duração inferior, o recesso será concedido de maneira proporcional. A resolução dispõe que as atividades de estágio não devem, em hipótese alguma, sobrepor-se às de sala de aula, devendo estar compatíveis com a grade curricular do discente, de forma a garantir o equilíbrio entre a formação acadêmica e a experiência prática.

O Artigo 13 estabelece o papel do **Colegiado de Curso** em relação à gestão dos estágios. Cabe a esse órgão fundamentar suas orientações com base na legislação federal, nas normas que regulamentam o ensino de graduação, nos dispositivos referentes aos estágios e no Projeto Pedagógico do Curso da UFPel. Compete-lhe, também, a celebração, por intermédio do **Coordenador de Curso**, dos termos de compromisso de estágio firmados com o discente – ou com seu representante ou assistente legal, nos casos de incapacidade absoluta ou relativa – e com a parte concedente, assegurando a adequação do estágio à proposta pedagógica, à modalidade e às condições de oferta do curso.

O Colegiado atua como primeira instância de decisão nos problemas administrativos e acadêmicos relacionados ao estágio, em articulação com o professor orientador, quando necessário. Entre suas atribuições, está também a guarda e organização dos documentos referentes a essa atividade, em formato físico ou digital, conforme a tabela de temporalidade e sempre disponíveis aos órgãos de controle internos e externos.

Além disso, o Colegiado deve elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação para os estágios, incorporando-os aos PPCs e garantindo sua consonância com as normas federais e institucionais. A atualização constante sobre as demandas e tendências do mundo do trabalho é igualmente uma de suas responsabilidades, assim como o fornecimento de informações à Reitoria ou à Pró-Reitoria de Ensino, sempre que solicitado. No caso de necessidade de rescisão de um Acordo de Cooperação com a parte concedente – seja por iniciativa desta ou por descumprimento da legislação – cabe ao Colegiado encaminhar o pedido à Seção de Estágios. Por fim, o parágrafo único do artigo prevê que, na ausência ou em caso de impedimento do Coordenador de Curso, a responsabilidade pela celebração dos termos de compromisso de estágio será assumida pela direção da Unidade Acadêmica.

No Curso de Comércio Exterior da UFPel, não há a constituição de uma comissão de estágio própria, de modo que as atribuições previstas para tal instância recaem diretamente sobre a **Coordenação do Curso**, em conformidade com a Resolução n. 87/2024 do COCEPE. Assim, cabe ao Coordenador desempenhar as funções relacionadas à gestão e acompanhamento dos estágios curriculares, que incluem embasar orientações à luz da legislação federal, das normativas institucionais e do PPC do curso, além de orientar os discentes quanto a fluxos, procedimentos e normas administrativas aplicáveis.

Compete ainda à Coordenação a indicação de professores orientadores para o acompanhamento das atividades dos estagiários, a prospecção e avaliação de partes concedentes, a divulgação de oportunidades de estágio, bem como a interlocução com instituições parceiras e a garantia de condições adequadas de acessibilidade e formação profissional. Ademais, incumbe à Coordenação comunicar e intermediar as relações entre discentes, docentes, concedentes e instâncias superiores da Universidade, assegurando o cumprimento das exigências legais e pedagógicas, de modo a garantir a efetividade e a qualidade do processo formativo proporcionado pelos estágios.

O papel do **Orientador de Estágios** é acompanhar, orientar e avaliar o desenvolvimento e os aprendizados efetivos do estagiário tendo como referência as atividades previstas no termo de compromisso de estágio, seus aditivos e no Plano de Atividades. Deve ainda analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino, recebidos do discente e da parte concedente, avaliando seu desempenho com base na documentação produzida. Importante destacar que ele deve exigir do discente a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico dos cursos, comunicando à Coordenação quaisquer desvios de atividades em relação às definidas no Plano de Atividades e reorientar o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas ou sobre a falta de entrega de documentação prevista ou o não atendimento às solicitações do orientador por parte do estagiário.

A **Parte Concedente** de estágio poderá ser pessoas jurídicas, órgãos da administração pública, bem como profissionais liberais de ensino superior. A ela compete firmar o Termo de Compromisso com a UFPel e com o discente, assegurando seu cumprimento, bem como disponibilizar instalações adequadas que possibilitem ao estudante o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural. Incumbe-lhe, ainda, indicar supervisor pertencente ao seu quadro de pessoal, com formação ou experiência compatível com a área de conhecimento vinculada ao curso, além de manter à disposição da fiscalização os documentos comprobatórios da relação de estágio e contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, conforme previsto em lei e no termo firmado. A Parte Concedente deve também comunicar à UFPel, sempre que solicitada, informações sobre o andamento do estágio, notificando prontamente quaisquer irregularidades que demandem intervenção institucional, bem

como a efetivação do discente em estágio não obrigatório. Ademais, é sua responsabilidade enviar relatórios periódicos de atividades, no mínimo a cada seis meses, com ciência obrigatória do estagiário, e, ao término do vínculo, entregar o termo de realização do estágio, contendo a síntese das atividades desempenhadas, dos períodos e da avaliação de desempenho. Para assegurar a continuidade do acompanhamento, deve ainda indicar um supervisor suplente em casos de afastamento ou férias, observando que a formação ou experiência profissional do supervisor esteja em consonância com a área de atuação do curso, o perfil do egresso e o Projeto Pedagógico do Curso.

Compete ao **Supervisor de Estágio** acompanhar de forma sistemática o trabalho do discente, contribuindo para sua formação técnica e profissional, bem como para seu desenvolvimento no mundo do trabalho. Cabe-lhe prestar apoio técnico nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio ou em seus aditivos, assegurando que as tarefas estejam sendo executadas conforme o planejado, além de comunicar ao orientador quaisquer alterações significativas no plano de atividades. O Supervisor deve, ainda, encaminhar ao orientador do discente relatórios de atividades e avaliações, seja em caráter regular, quando solicitado, ou sempre que houver a formalização de termos aditivos, garantindo a fidedignidade das informações. No momento do desligamento do estagiário, é sua atribuição entregar o termo de realização do estágio, contendo síntese das atividades desenvolvidas, os períodos de execução e a avaliação de desempenho. Ademais, o Supervisor deve manter constante comunicação com o orientador, notificando-o acerca de situações ou irregularidades que exijam intervenção institucional ou o encerramento antecipado do estágio, de modo a assegurar a conformidade legal e pedagógica do processo.

O **discente estagiário** deve conduzir suas atividades em conformidade com a legislação federal, as regulamentações referentes ao ensino de graduação, as normas de estágio e o PPC do Curso de Comércio Exterior, estando regularmente matriculado e frequentando as atividades acadêmicas. Cabe-lhe cumprir integralmente o Termo de Compromisso de Estágio e eventuais aditivos, comunicando prontamente ao orientador qualquer dificuldade que impeça sua execução. O estagiário deve responder às solicitações e questionamentos do orientador, cumprir todos os procedimentos e prazos estabelecidos, além de observar rigorosamente as normas internas da parte concedente. Deve, ainda, elaborar e entregar relatórios nos prazos, formatos e padrões determinados,

zelando pela qualidade das informações prestadas. Ressalta-se que a constatação de qualquer irregularidade, fraude ou falsificação implicará o cancelamento imediato do estágio, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, assegurando-se, assim, a seriedade e a integridade do processo formativo.

A Coordenação do Curso mantém, em sua página institucional (<https://wp.ufpel.edu.br/comex/procedimentos-para-estagio>), uma seção exclusiva destinada aos procedimentos relacionados ao estágio. Esse espaço reúne orientações detalhadas e disponibiliza um formulário específico para o encaminhamento da documentação necessária à solicitação, renovação ou conclusão do estágio. No preenchimento do formulário, o estudante deve informar seu nome completo, número de matrícula, e-mail institucional e apresentar uma justificativa que demonstre a pertinência e a conveniência da realização do estágio, bem como de sua renovação ou conclusão.

FIGURA 4: PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO NO SÍTIO ELETRÔNICO DO CURSO

The image shows a web form titled 'PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO' on the left and a vertical sidebar on the right. The sidebar has a header with a blue icon and the word 'extensão'. The main form area contains the following elements:

- Importante!!!!**
- Three bullet points:
 - Em hipótese alguma a Coordenação analisará pedidos enviados por outros meio que não este formulário ou que não estejam munidos de todos os documentos.
 - A Coordenação somente assinará termos de estágio/relatórios em meio eletrônico. Formulários em papel estão definitivamente abolidos.
 - DÚVIDAS MAIS FREQUENTES SOBRE ESTÁGIO**
- A line of text: 'Leu tudo e ainda ficou com dúvida? Contatar a coordenação através do e-mail danielmarchiorineto@gmail.com.'
- FORMULÁRIO DE ESTÁGIO**
- Fields for: 'Nome Completo', 'Número de Matrícula', and 'E-mail'.
- Three radio buttons: 'Solicitação de Estágio', 'Renovação de Estágio', and 'Conclusão de Estágio'.
- A large text area labeled 'Justificativa'.
- A file upload section: 'Escolher Arquivo' with the text 'nenhum arquivo selecionado'.
- A purple 'Enviar' button.

Fonte: Comércio Exterior, 2025.

Para a solicitação inicial, é obrigatório anexar o Termo de Compromisso de Estágio, acompanhado do Plano de Atividades, devidamente assinados pelo discente e pelo representante da empresa concedente. No caso da renovação, devem ser encaminhados o Termo de Estágio atualizado e o Relatório Parcial de Atividades, igualmente assinados. Já para a conclusão, o documento exigido é o Relatório Final de Estágio, também com as devidas assinaturas do estudante e do supervisor da empresa. Todos os documentos devem ser reunidos em um único arquivo no formato PDF, a fim de assegurar a organização e padronização do processo.

Após o recebimento da documentação completa, a Coordenação do Curso procederá à análise de sua adequação. Essa avaliação considera, entre outros aspectos: a compatibilidade entre o plano de atividades e a formação acadêmica em Comércio Exterior; a comprovação da contratação de seguro contra acidentes pessoais; o cumprimento da jornada máxima de seis horas diárias e trinta horas semanais, conforme a legislação vigente; e a inexistência de conflitos entre os horários do estágio e as atividades curriculares presenciais. Não havendo impedimentos, a Coordenação validará o processo por meio de assinatura eletrônica realizada no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou por outra plataforma digital disponibilizada pela empresa.

Cada processo de estágio é formalizado no SEI, sendo encaminhado à Seção de Estágios (SEST) para registro e acompanhamento. O Coordenador do Curso mantém o processo em **Acompanhamento Especial**, identificado pelo nome completo do estudante e organizado em grupos anuais de acompanhamento. Esse procedimento garante maior controle das atividades de estágio e assegura o arquivamento sistemático de todas as informações. Ressalta-se que **a Coordenação aceita somente documentos assinados eletronicamente com certificação digital, não sendo admitidos formulários impressos ou assinaturas manuais**, em consonância com as boas práticas de modernização administrativa.

Além disso, a seção destinada ao estágio conta com uma aba de Perguntas Frequentes, na qual estão reunidas as dúvidas mais recorrentes entre os estudantes. Esse recurso foi elaborado para ampliar a transparência das informações, otimizar o fluxo de tramitação e reduzir o tempo de resposta da Coordenação, promovendo maior agilidade e eficiência no atendimento das demandas estudantis.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não é um componente curricular obrigatório para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Comércio Exterior (art. 30, inciso V). Considerando essa diretriz, bem como o formato do curso, que possui uma duração de apenas quatro semestres, **optou-se por não incluir o TCC como um componente curricular.**

No entanto, é fundamental ressaltar que os componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso foram estruturados de modo a incentivar fortemente a iniciação científica, a participação em projetos de pesquisa, bem como a apresentação e publicação de trabalhos acadêmicos. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades de pesquisa e aprofundar conhecimentos em áreas de interesse, mesmo sem a exigência de um TCC.

Além disso, vale destacar que a maioria do corpo docente do curso está vinculada a programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que proporciona um ambiente acadêmico propício para a inserção dos alunos em atividades de pesquisa científica. Essa proximidade com programas de pós-graduação facilita o engajamento dos estudantes em projetos de investigação científica e pode servir como uma ponte para futuras carreiras acadêmicas ou profissionais que demandem competências avançadas em pesquisa.

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A Formação Complementar é um componente essencial do processo educacional, concebido para ampliar as habilidades e competências dos alunos, preparando-os para uma atuação profissional diversificada e integrada ao contexto contemporâneo. Esta formação exige a participação ativa dos estudantes em uma variedade de atividades acadêmicas, incluindo ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, os alunos são incentivados a se engajar em projetos formalmente cadastrados por professores da UFPel, além de se envolverem em representações discente em agremiações acadêmicas, comissões, e órgãos colegiados da universidade.

Essa modalidade de formação oferece uma flexibilidade curricular significativa, permitindo que os alunos personalizem sua trajetória acadêmica por meio da participação em ações extracurriculares, proporcionando uma vivência universitária mais ampla e dinâmica. Assim, a Formação Complementar não só complementa o aprendizado teórico, mas também enriquece a experiência prática, tornando o processo educativo mais completo e alinhado às demandas do mundo do trabalho.

No Curso de Comércio Exterior, o núcleo de Formação Complementar é composto por uma carga horária total de **150 horas**, que podem ser integralizadas através da participação em diversas atividades, conforme detalhado no Quadro 5 do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Para que essas horas sejam contabilizadas, os alunos devem apresentar evidências documentais, como atestados, certificados, declarações, ou atas, que comprovem sua participação nas atividades, utilizando o formulário eletrônico disponibilizado pela Coordenação do Curso. Importante ressaltar que participações em programas, projetos, ou ações em outras instituições de ensino, sejam elas nacionais ou estrangeiras, também poderão ser consideradas para o cômputo das horas complementares.

A avaliação das atividades de Formação Complementar é de responsabilidade do Coordenador do Curso, que, em conjunto com a Secretaria, assegura a ampla divulgação das regras estabelecidas no PPC. O Quadro 5 não apenas detalha as atividades elegíveis, mas também especifica os requisitos de comprovação e as cargas horárias máximas que podem ser atribuídas a cada tipo de atividade, sejam elas de Ensino, Pesquisa, Extensão ou Representação Discente. **Vale destacar que somente serão aceitas atividades que tenham sido realizadas após o ingresso do aluno no Curso de Comércio Exterior da UFPel.**

Conforme o art. 30, inciso VI, da Resolução CNE n. 01/2021, os Projetos Pedagógicos de Curso devem contemplar critérios para o “aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive para reconhecimento de saberes e competências”. Embora a UFPel ainda não possua regulamentação específica para o aproveitamento de saberes e competências, o Colegiado do curso busca alinhar o PPC às diretrizes dos cursos tecnológicos. Neste sentido, **o colegiado poderá admitir, em caráter excepcional, o cômputo de atividades não previstas no Quadro 5, desde que estejam diretamente relacionadas à área de comércio exterior e tenham sido**

realizadas no máximo três anos antes da data de ingresso do aluno no curso. No entanto, essas atividades adicionais não poderão exceder **75 horas** da carga horária total de Formação Complementar.

Diante disso, estabelecem-se os seguintes parâmetros para a contabilização das horas complementares:

QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Requisitos de comprovação	Horas
Eixo de Ensino		
Participação em programas, projetos e ações de ensino da UFPel	Certificado com descrição de horas	Descritas no certificado
Premiação de valor acadêmico, profissional, científico ou cultural	Certificado, atestado ou declaração da parte concedente	30 horas para cada prêmio
Conclusão de cursos de língua estrangeira, comunicação, informática, redação ou de aperfeiçoamento em área de interesse para o comércio exterior	Certificado, atestado ou declaração de conclusão do curso, com descrição de horas	Descritas no certificado, atestado ou declaração
Participação como ouvinte em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Simpósios, <i>Workshops</i> ou assemelhados	Certificado, atestado ou declaração, com descrição de horas	Descritas no certificado, atestado ou declaração
Aprovação em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira	Certificado, atestado ou declaração da parte concedente	30 horas por exame
Créditos de componentes cursados na UFPel ou em outras IES que não forem utilizados para integralização curricular	Histórico Escolar	Carga horária do componente
Realização de estágio curricular não obrigatório	Certificado, atestado ou declaração do orientador ou supervisor de estágio, ou contrato de estágio, com descrição de horas	Descritas no certificado, atestado, declaração ou contrato; contudo, será permitido computar, no máximo, 50 horas de atividade no total ⁸

⁸ Conforme o art. 36 da Resolução COCEPE n. 87, “O estágio não obrigatório poderá ser computado até o limite de 1/3 da carga horária de atividade complementar para contemplar o ensino, a pesquisa e a extensão” (UFPel, 2024).

Atuação como Bolsista de Desenvolvimento Institucional	Certificado, atestado ou declaração do responsável, ou contrato da bolsa, com descrição de horas	Descritas no certificado, atestado, declaração ou contrato
Eixo de Pesquisa		
Participação em programas, projetos e ações de pesquisa da UFPel	Certificado com descrição de horas	Descritas no certificado
Apresentação de trabalhos em eventos científicos na forma de comunicação oral ou pôster	Certificado, atestado ou declaração do organizador do evento	15 horas para cada trabalho
Autoria ou coautoría de resumo simples ou expandido	Cópia da publicação	15 horas para cada resumo
Autoria ou coautoría de trabalho completo publicado em anais de evento, artigo científico publicado em periódico indexado com ISSN ou capítulo de livro com ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada trabalho, artigo ou capítulo
Organização ou coorganização de obra técnica, científica, literária ou cultural com registro ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada obra
Autoria ou coautoría de obra técnica, científica, literária ou cultural com registro ISBN	Cópia da publicação	60 horas para cada obra
Publicação de artigo em jornal, revista, magazine ou veículo semelhante	Cópia da publicação	15 horas para cada artigo
Frequência em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós-Graduação da UFPel ou de outras IES	Declaração da Secretaria do Curso ou do Presidente da Banca	02 horas para cada banca
Eixo de Extensão		
Participação em programas, projetos e ações de extensão da UFPel	Certificado com descrição de horas	Descritas no certificado
Eixo de Representação Discente		
Atuação como representante discente junto ao Colegiado do Curso de Comércio Exterior, ao Conselho do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais ou a outro órgão colegiado da UFPel	Declaração da Secretaria do respectivo órgão	Descritas na declaração
Atuação como integrante de Diretório ou Centro Acadêmico da UFPel	Certificado, atestado ou declaração da presidência do respectivo Diretório ou Centro Acadêmico	Descritas no certificado, atestado ou declaração
Atuação em comissão instituída por portaria	Portaria de designação	Descritas na portaria

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

O Curso de Comércio Exterior está em conformidade com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), estabelecido pela Lei Federal n. 13.005/2014. Esta meta exige que, no mínimo, 10% dos créditos curriculares necessários para a conclusão do curso de graduação sejam obtidos por meio de programas, projetos e ações de extensão universitária. Em alinhamento com a Resolução COCEPE n. 30/2022, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) adota a integralização dessa exigência através de **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, incluídas dentro da Formação Específica como componentes obrigatórios. Essas disciplinas somam um total de **12 créditos**, correspondentes a **180 horas**, o que representa **10,71%** da carga horária total do curso, que é de 1.680 horas. As horas estão distribuídas da seguinte forma:

1. **Oficina de Extensão I** (código 23000340): a disciplina possui 6 créditos (ou 90 horas), sendo todos na modalidade Ext. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações voltadas à comunidade local desenvolvendo questões de direitos humanos, democracia e funcionamento das instituições políticas, com o objetivo de promover a democratização do conhecimento produzido na universidade, e fortalecer a conexão entre a universidade e a comunidade externa.
2. **Oficina de Extensão II** (código 23000344): a disciplina possui 6 créditos (ou 90 horas), sendo todos na modalidade Ext. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações voltadas à comunidade local desenvolvendo questões de políticas públicas, com o objetivo de promover a democratização do conhecimento produzido na universidade, e fortalecer a conexão entre a universidade e a comunidade externa.

No Curso de Comércio Exterior, a extensão desempenha um papel fundamental ao proporcionar práticas formativas que possibilitam a aplicação direta dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, colocando-os a serviço da comunidade e

promovendo a cidadania ativa com vistas à transformação social. A principal meta é integrar teoria e prática de forma orgânica, criando uma ponte efetiva entre o aprendizado acadêmico e as realidades enfrentadas fora do ambiente universitário. Dessa forma, os estudantes são incentivados a atuar como protagonistas em diversas iniciativas voltadas para a comunidade externa, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido pela universidade.

Entre essas iniciativas, destacam-se a organização de cursos, oficinas, seminários e palestras para a comunidade, além de atividades artísticas e culturais, bem como a produção e disseminação de conteúdo técnico-científico e informativo. As ações não se restringirão apenas às áreas tradicionais do comércio exterior, como o tratamento tributário e administrativo de importação e exportação. Pelo contrário, o curso adotará uma abordagem ampliada, que inclui atividades voltadas para a reflexão cidadã e para a promoção de valores essenciais à sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o curso se dedicará a promover discussões aprofundadas sobre direitos humanos, abordando suas diversas dimensões e impactos na sociedade contemporânea. A atenção será particularmente voltada para o fortalecimento das relações étnico-raciais, com a implementação de ações afirmativas que visem a corrigir desigualdades históricas e promover a equidade. Essas iniciativas terão como objetivo não apenas incentivar o diálogo e o respeito à diversidade, mas também estimular uma cultura de inclusão que valorize as diferenças e combata todas as formas de discriminação.

Além disso, a sustentabilidade será tratada como um eixo temático central e transversal, integrando-se a todas as atividades do curso. Serão desenvolvidas iniciativas que visam a aumentar a conscientização ambiental, destacando a importância da preservação dos recursos naturais e da redução dos impactos negativos ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, o curso incentivará o desenvolvimento de práticas empresariais e comerciais que estejam alinhadas com os princípios da responsabilidade socioambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável que seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Essa abordagem abrangente visa a formar profissionais que possuam não apenas uma sólida competência técnica, mas também uma consciência ética robusta, comprometidos com a justiça social e a equidade. Os egressos do curso serão preparados

para enfrentar os desafios de um mercado globalizado com um olhar crítico e uma atuação pautada em princípios éticos e na responsabilidade social, contribuindo para um desenvolvimento econômico que respeite as pessoas e o meio ambiente, e que seja capaz de promover mudanças positivas na sociedade.

A escolha deste modelo de integralização da extensão baseia-se em três fatores. Em primeiro lugar, a incorporação de atividades práticas de extensão no interior dos componentes curriculares encontra respaldo direto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente na Resolução CNE/CP n. 1/2021. O artigo 3º, inciso IX, explicita como princípio orientador a necessidade de assegurar a indissociabilidade entre teoria e prática profissional ao longo de todo o processo formativo. A articulação entre conteúdos teóricos e experiências extensionistas, nesse sentido, não se limita a um requisito normativo, mas configura-se como estratégia pedagógica fundamental para promover aprendizagens significativas e socialmente referenciadas. Ao colocar os estudantes em contato com situações concretas e com problemas oriundos da sociedade, abre-se espaço para o desenvolvimento de competências críticas, reflexivas e autônomas, que extrapolam a mera absorção de conteúdos. Esse processo dinamiza o ensino, fortalece o vínculo universidade-comunidade e potencializa a formação humanística e solidária, qualificando, assim, o perfil profissional e cidadão dos egressos.

Em segundo lugar, a organização temporal e estratégica das disciplinas extensionistas no terceiro e quarto semestres busca responder às especificidades estruturais do curso superior de tecnologia, marcado por sua curta duração. A concentração das atividades de extensão no segundo ano assegura que os estudantes, já munidos das bases conceituais adquiridas nos semestres iniciais, possam vivenciar experiências interdisciplinares e práticas em tempo oportuno. Tal escolha evita que a formação permaneça fragmentada, promovendo maior integração curricular e garantindo que os estudantes internalizem os saberes de modo crítico e aplicado. Ademais, ao possibilitar que atividades extensionistas não contempladas nas disciplinas curriculares de extensão sejam reconhecidas como Atividades Complementares, a proposta amplia as oportunidades de engajamento e flexibilidade, respeitando as diferentes trajetórias e condições dos estudantes, que devem cumprir 10 créditos (ou 150 horas) de Formação

Complementar. Essa arquitetura curricular fortalece a perspectiva de uma formação integral e contextualizada, em sintonia com os desafios contemporâneos.

Em terceiro lugar, cabe destacar que o Núcleo Docente Estruturante identificou limitações concretas no modelo vigente de integralização por meio de Atividades Curriculares de Extensão (ACE). Embora, em teoria, as ACE representem um caminho adequado para vincular ensino e sociedade, sua implementação tem se revelado pouco eficaz no contexto do curso superior de tecnologia. A curta duração da formação, somada ao perfil do corpo discente — composto majoritariamente por estudantes que conciliam estudos e trabalho, dispondo apenas do período noturno para atividades acadêmicas —, dificulta a participação efetiva nessas práticas. Além disso, a extensão, muitas vezes, é pouco compreendida pelos ingressantes, que demoram a reconhecer sua relevância e a se engajar em projetos docentes. O resultado é um quadro recorrente em que os estudantes, ao final do curso, já cumpriram os créditos curriculares formais, mas não conseguiram integralizar as ACE. Essa situação, além de gerar frustração e ansiedade, pode acarretar atrasos na conclusão da graduação e até mesmo elevar o risco de evasão.

Diante desse diagnóstico, torna-se imperiosa a revisão do modelo de integralização. A alternativa de incorporar a extensão na forma de **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)** surge como resposta mais inclusiva e realista, uma vez que garante a todos os estudantes, independentemente de suas condições pessoais, o acesso a experiências formativas integradas. Esse redesenho curricular não apenas assegura o cumprimento das exigências legais e pedagógicas, mas também reafirma a função social da universidade como espaço de transformação mútua entre academia e comunidade.

Todos os projetos e ações de extensão a serem realizados no âmbito do Curso estarão vinculadas ao Programa “COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior”, cadastrado com o Código 538 do sistema Cobalto. Este Programa é referenciado nas ementas das **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, integrando-se de maneira essencial ao currículo do curso.

O COMEXLab é um programa institucional concebido para criar um ambiente de aprendizado que combina teoria e prática no campo do comércio exterior. Os docentes envolvidos atuarão de forma integrada, fortalecendo a interdisciplinaridade e o trabalho colaborativo. O laboratório foi idealizado para proporcionar aos estudantes um espaço

onde possam desenvolver habilidades práticas e teóricas necessárias para atuar em diferentes segmentos do comércio internacional.

Através do COMEXLab, os alunos terão a oportunidade de participar em diversas atividades que incluem a pesquisa aplicada e a análise de casos reais, permitindo uma imersão completa nas práticas de importação, exportação e logística internacional. Além disso, o laboratório também se dedica à realização de estudos diagnósticos que visam à compreensão aprofundada das dinâmicas da internacionalização, oferecendo aos estudantes a possibilidade de explorar as complexidades das regulamentações e normas que regem o comércio internacional.

Este programa não só capacita os estudantes para enfrentar os desafios do mercado global, como também impulsiona o desenvolvimento de competências essenciais, como a reflexão crítica sobre questões sociais e o exercício da cidadania ativa. Ao se envolverem com cenários reais e participarem de projetos práticos, os alunos têm a oportunidade de se preparar de maneira completa para suas futuras carreiras no comércio exterior, tornando-se profissionais altamente qualificados, conscientes de seu papel na sociedade e prontos para atuar em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

FIGURA 5: IDENTIDADE VISUAL DO COMEXLab



Fonte: COMEXLab, 2024.

O COMEXLab conta com um sítio eletrônico⁹ e um Regimento Interno (Apêndice 4), aprovado pela Resolução CCSO n. 01, de 27 de novembro de 2023. Dispõe, ainda, de uma sala física localizada no Campus Anglo, 4º andar, sala 438. Atualmente, o laboratório conta com seis projetos de extensão: *Constituição nas Escolas* (Código 7431),

⁹ O sítio eletrônico é wp.ufpel.edu.br/comexlab.

Comunicação Organizacional e Pública para o Curso de Comércio Exterior (Código 7107), *Conectando Fronteiras: Popularizando o Comércio Exterior no Instagram* (Código 8499), *RESPONET - Responsabilidade na Internet* (Código 8550), *Sintonia Global: Podcast do Curso de Comércio Exterior da UFPel* (Código 8684) e *Conjuntura de Comércio Exterior* (Código 9501). Vale ressaltar que este conjunto de projetos é exemplificativo, uma vez que cada iniciativa possui duração de quatro anos, podendo ser renovada, e novos projetos podem vir ser incorporados ao longo do tempo.

O projeto “Constituição nas Escolas” é uma iniciativa voltada para promover a educação cívica e ampliar a compreensão sobre a Constituição Federal do Brasil nas instituições de ensino da rede pública de Pelotas (RS). Com o intuito de alcançar esse objetivo, o projeto adota uma abordagem diversificada, implementando estratégias como oficinas interativas, palestras temáticas, rodas de conversa e debates estruturados. Essas atividades são pensadas para estimular o pensamento crítico e proporcionar um ambiente de aprendizagem participativa.

FIGURA 6: AÇÃO DO PROJETO CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS NO IFSUL – CAMPUS VISCONDE DA GRAÇA (CAVG)



Fonte: Comércio Exterior, 2024.

O propósito central do projeto é capacitar os estudantes a compreenderem os princípios fundamentais, direitos e deveres estabelecidos pela Constituição, promovendo

uma cidadania ativa e consciente. Ao despertar o interesse dos alunos pelo funcionamento do Estado Democrático de Direito, o projeto também visa a fortalecer a noção de responsabilidade social e incentivar o engajamento em questões de relevância pública.

Além de disseminar informações jurídicas de maneira acessível, busca criar um espaço de reflexão e debate contínuo sobre temas atuais que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Dessa forma, a iniciativa pretende não apenas informar, mas também motivar os estudantes a desempenharem um papel propositivo e transformador na sociedade, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e o fortalecimento do tecido social do país. Ao longo de suas ações, o projeto também prioriza a formação de parcerias com professores e gestores escolares, visando à sustentabilidade e à expansão das atividades, com o potencial de inspirar outras iniciativas voltadas para a educação cidadã em diferentes contextos.

O projeto “Comunicação Organizacional e Pública para o Curso de Comércio Exterior” tem como principal objetivo estabelecer e fortalecer espaços de diálogo entre o Curso e seus diversos públicos de interesse, tanto internos quanto externos à universidade. A iniciativa busca aprimorar a comunicação institucional por meio da criação e manutenção de um *website*, além da gestão ativa de perfis em redes sociais. Essas plataformas não apenas servem para divulgar informações relevantes e atualizadas, mas também para promover a integração com a comunidade acadêmica, potenciais alunos, egressos e parceiros institucionais. Dois pontos deste projeto merecem destaque.

O primeiro deles é a valorização da memória institucional, com o objetivo de registrar e preservar a história do Curso, destacando suas conquistas, eventos relevantes e a trajetória de seus egressos. Essa ação não só enriquece o patrimônio histórico do Curso, mas também fortalece sua identidade e cria uma conexão emocional com os públicos envolvidos.

O segundo ponto de destaque é a organização de oficinas do Curso de Comércio Exterior em eventos institucionais, como jornadas acadêmicas e mostras de cursos. Essas atividades desempenham um papel crucial ao aumentar a visibilidade do Curso, além de expor as diversas oportunidades de carreira para futuros estudantes.

Além de fortalecer a imagem do Curso, essas oficinas criam um espaço de interação direta entre professores, alunos e a comunidade externa, favorecendo o diálogo e a troca de experiências. Esse contato é fundamental para que o Curso não apenas

reavalie continuamente seu papel e a relevância de sua formação, mas também para ampliar o conhecimento sobre a profissão, inserindo-a em um contexto social mais amplo.

As oficinas também possibilitam ao Curso explorar novas formas de atuação junto à comunidade local, incentivando a criação de projetos e ações que vão além do ambiente acadêmico, com impacto positivo no desenvolvimento social e econômico da região. Dessa forma, essas atividades ajudam a fortalecer o compromisso do Curso de Comércio Exterior com a formação cidadã e a responsabilidade social, alinhando suas práticas educativas às demandas contemporâneas da sociedade.

FIGURA 7: AÇÃO DO PROJETO COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E PÚBLICA NA MOSTRA DE CURSOS UFPEL

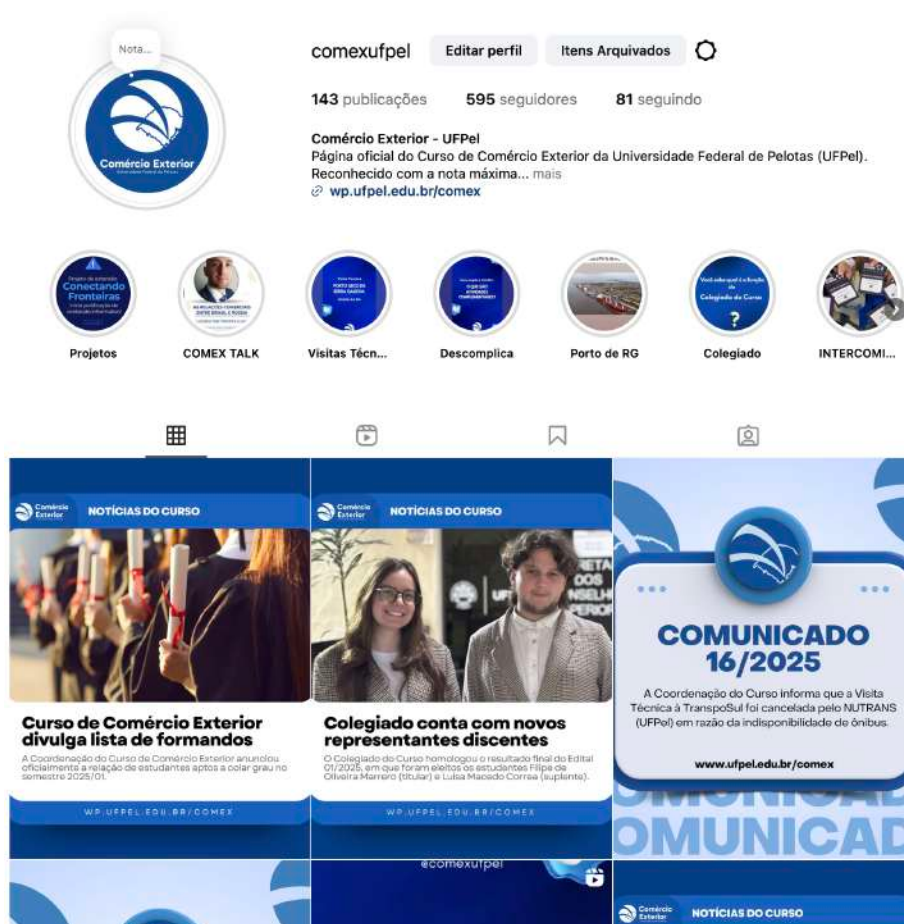


Fonte: Comércio Exterior, 2024.

O projeto “Conectando Fronteiras: popularizando o comércio exterior no Instagram” tem como objetivo a produção de conteúdos relacionados ao comércio exterior e áreas afins, visando a divulgar esses temas de maneira acessível na plataforma *Instagram*. O projeto se insere no âmbito da extensão universitária ao promover um diálogo contínuo entre a universidade e a sociedade. A interação com o público desempenha um papel central, permitindo que a universidade cumpra seu papel social ao compartilhar conhecimento de forma democrática e acessível. O projeto contribui para a popularização do conhecimento e fomenta o engajamento de públicos diversos, que vão desde estudantes do ensino médio até profissionais e curiosos sobre o tema.

Utilizar o *Instagram* permite que o projeto explore as potencialidades da comunicação digital, alcançando um público mais amplo e diverso. Ao promover a interação e o engajamento, o "Conectando Fronteiras" se configura como uma extensão que contribui não apenas para a formação de novos profissionais, mas também para a conscientização pública sobre as dinâmicas globais do comércio exterior.

FIGURA 8: PERFIL DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

O projeto “RESPONET - Responsabilidade na Internet” possui como objetivo geral a realização de ações de extensão voltadas à reflexão sobre o uso responsável na internet. A expansão do uso da internet pela população brasileira e a fragmentação da regulação nacional e internacional do ciberespaço têm levado a uma série de consequências sociais que merecem ser debatidas. Neste contexto, o projeto propõe a condução de uma série de ações que incluem a elaboração e a realização de oficinas com

membros da comunidade local e a construção de uma plataforma digital para divulgar ações de conscientização sobre o uso responsável da internet.

O projeto “Sintonia Global: Podcast do Curso de Comércio Exterior da UFPel” tem como objetivo apresentar à comunidade discussões atuais sobre questões globais, com um foco nas dinâmicas do comércio exterior, de forma clara e acessível. Em um cenário onde a internet se destaca como uma ferramenta poderosa de disseminação de informações, capaz de alcançar um público amplo de maneira ágil, o podcast surge como um meio inovador para promoção do conhecimento científico. Com a crescente popularidade dos podcasts, o *Sintonia Global* pretende explorar esse formato dinâmico e envolvente para aproximar temas relevantes da academia e do público em geral.

O projeto “Conjuntura de Comércio Exterior” tem por finalidade a divulgação de um boletim mensal pautado na análise da conjuntura econômica das políticas monetária, fiscal, cambial e comercial do Brasil e de seus impactos no comércio exterior e no desenvolvimento econômico do país. Além da publicação, o projeto prevê a organização de eventos voltados a diferentes públicos, com o objetivo de apresentar os resultados, colher *feedbacks* e identificar novas demandas. Configura-se, assim, como uma ação que ultrapassa os muros da universidade, promovendo a democratização do conhecimento em um processo horizontal de trocas. Nesse movimento, a comunidade não apenas se beneficia ao acessar informações qualificadas que subsidiam tomadas de decisão, mas também contribui com suas demandas, saberes e experiências, retroalimentando o projeto e ampliando sua relevância social.

TABELA 3: SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Possibilidades da Formação em Extensão¹⁰	Créditos	Horas
Disciplinas Obrigatórias (Ext)	12	180
Total ofertado pelo Curso	12	180

¹⁰ O PPC utiliza a forma de integralização mediante **disciplinas com carga horária prática de extensão (Ext)**, incluídas dentro da Formação Específica como componentes obrigatórios, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas**, o que corresponde a **10,71%** da carga horária do Curso.

3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO

Este Projeto Pedagógico entrará em vigor no semestre subsequente à sua aprovação pelo COCEPE. A transição curricular será realizada mediante migração automática de todos os estudantes do currículo anterior para o novo. Todas as disciplinas obrigatórias do currículo antigo possuem equivalentes definidos no novo PPC, conforme disposto no Quadro 6, assegurando a continuidade formativa e o aproveitamento integral das unidades já cursadas.

No que se refere à integralização dos créditos de componentes optativos, o novo currículo preserva a sistemática de formação livre, permitindo que o estudante curse componentes de quaisquer cursos da Instituição. Assim, todos os créditos optativos já cursados poderão ser integralmente aproveitados, em consonância com a lógica de flexibilidade acadêmica que orienta o Curso.

Essa abordagem busca garantir que todos os estudantes cumpram a carga horária mínima de 1.600 horas, conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2024), bem como o mínimo de 10% do total de créditos em atividades de extensão, em consonância com a Resolução CNE/CES e as diretrizes institucionais da UFPel.

Caberá ao Colegiado do Curso a condução integral do processo de migração curricular, incluindo a análise dos históricos acadêmicos, o acompanhamento pedagógico dos estudantes, a orientação durante todo o período de transição e a resolução de eventuais casos omissos. Pretende-se, com isso, assegurar uma transição tranquila, eficaz e transparente, preservando a qualidade da formação ofertada e garantindo o pleno atendimento aos requisitos legais e institucionais.

QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

COMPONENTES - CURRÍCULO 1		COMPONENTES – CURRÍCULO 2	
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE
23000027	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO	23000331	FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA

23000065	INTRODUÇÃO AO COMÉRCIO EXTERIOR	23000329	INTRODUÇÃO AO COMÉRCIO EXTERIOR
23000039	MODELOS DE GESTÃO	23000328	FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO (EaD)
23000064	RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS	23000330	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA
22000496	CONTABILIDADE GERENCIAL	23000332	GESTÃO FINANCEIRA
23000042	ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	23000335	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (EaD)
23000066	NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL	23000333	NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL
23000068	PESQUISA EM COMÉRCIO EXTERIOR	23000336	FUNDAMENTOS DE PESQUISA
23000067	TEORIA E PRÁTICA CAMBIAL	23000334	ECONOMIA INTERNACIONAL
23000071	GESTÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	23000339	FINANÇAS INTERNACIONAIS
23000069	LEGISLAÇÃO ADUANEIRA	23000338	REGULAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
23000070	PRÁTICA DE EXPORTAÇÃO	23000337	EXPORTAÇÃO
23000072	ANÁLISE DE CENÁRIOS INTERNACIONAIS	23000342	ANÁLISE DE CENÁRIOS INTERNACIONAIS
23000074	LOGÍSTICA INTERNACIONAL	23000343	LOGÍSTICA INTERNACIONAL
23000073	PRÁTICA DE IMPORTAÇÃO	23000341	IMPORTAÇÃO

3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir, são expostas as caracterizações dos componentes curriculares do curso de Comércio Exterior. De acordo com a ordem em que estão previstas na matriz curricular, primeiro serão apresentados os componentes obrigatórios e, após, os optativos.

QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º SEMESTRE				
COMPONENTE CURRICULAR Fundamentos de Administração (EaD)			CÓDIGO 23000328	
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos		
		T	P	EaD 5
OBJETIVO Desenvolver uma compreensão sólida dos fundamentos teóricos e históricos da Ciência da Administração, explorando as principais escolas de pensamento e sua evolução ao longo do tempo e capacitando os alunos a aplicar conceitos administrativos em situações reais, integrando teoria e prática para a solução de problemas organizacionais.				
EMENTA Conceitos básicos, ferramentas e funções da Administração. A teoria e a prática da Administração. O papel do Administrador. Abordagens e escolas da Administração. Perspectivas contemporâneas em Administração.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 5. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597027525. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. São Paulo: Atlas, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522475872.				

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 4. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555583885.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALLA, Márcio Moutinho; CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga (org.). **Administração estratégica**: da teoria à prática no Brasil. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597021325.

BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2006. 1 recurso online. (Debates em administração). ISBN 9788522108398.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 6. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559773305.

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de administração**: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597027549.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos**: conceitos, metodologia e práticas. 6. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597021301.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Introdução ao Comércio Exterior		23000329			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Encaminhar os estudantes para compreenderem os conceitos básicos inerentes às transações comerciais internacionais, promover a familiarização com a estrutura do comércio exterior brasileiro, suas diferentes áreas de atuação, os agentes envolvidos, os procedimentos para inserção e permanência no comércio internacional.					
EMENTA					
Conceitos fundamentais em Comércio Exterior. Aspectos gerais, estrutura e evolução do comércio exterior brasileiro. Operações de exportação e importação. Siscomex. Estudos de casos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

CORTIÑAS LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio exterior competitivo**. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008. 568 p. ISBN 9788571294844.

LIMA, Miguel. SILBER, Simão. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Org.). **Manual de comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online ISBN 9788547218485.

SILVA, Dayane A. de Souza *et al.* **Planejamento e viabilidade das operações de exportação e importação**. Porto Alegre SAGAH 2020 1 recurso online (Administração). ISBN 9786556900797.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar (Org.). **Comércio exterior: teoria e gestão**. 3. São Paulo Atlas 2013 1 recurso online ISBN 9788522484447.

LUDOVICO, Nelson. **Como preparar uma empresa para o comércio exterior**. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788547230340.

SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597017397.

SOUSA, José Meireles de. **Empreender em mercados internacionais: um guia para internacionalizar sua empresa**. São Paulo: Saraiva Uni, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788502228283.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 11. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522498680.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Fundamentos de Economia		23000330			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Apresentar conhecimentos introdutórios sobre a ciência econômica e a economia brasileira de modo a desenvolver as habilidades necessárias para o profissional de comércio exterior.					
EMENTA					
Evolução da Ciência Econômica. Noções de Microeconomia. Noções de Macroeconomia. Políticas Econômicas. Economia Brasileira.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KRUGMAN, Paul. **Introdução à economia**. 6. Rio de Janeiro GEN Atlas 2023 1 recurso online ISBN 9788595159679.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788547231798.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 4. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788522127924.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, Bernado; GONÇALVES, Carlos Eduardo. **Introdução à economia**. 2. São Paulo: GEN Atlas, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788595152205.

NARUHIKO, Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr., Sérgio. **Economia brasileira contemporânea**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. 1 recurso online. ISBN 9786559776450.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788597008081.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788502146075.

VICECONTI, Paulo. **Introdução à economia**. 12. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502210615.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Fundamentos de Ciência Política		23000331			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Proporcionar ao estudante uma compreensão introdutória e crítica da Ciência Política, abordando seus conceitos fundamentais, métodos de análise e principais instituições, de modo a capacitá-lo a interpretar a formação e o funcionamento do Estado moderno, as diferentes formas de governo e sistemas eleitorais, bem como os fundamentos da teoria democrática.					
EMENTA					
Estudo introdutório da Ciência Política: objeto, conceitos fundamentais e métodos de análise. O Estado moderno: origens, poder, legitimidade e elementos constitutivos. Estruturas institucionais: separação de poderes, formas de Estado, formas e sistemas					

de governo. Sufrágio, sistemas eleitorais e representação política. Fundamentos da teoria democrática e desafios contemporâneos da participação cidadã.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACKENZIE, Iain. **Política**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 1 recurso online (556 p. ISBN 9788536325811).

MOREIRA, Adriano. **Ciência política**. 6. São Paulo: Grupo Almedina, 2014. 1 recurso online. ISBN 9789724058146.

TANSEY, Stephen D; JACKSON, Nigel. **Política**. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online. (Homem, cultura e sociedade). ISBN 978-85-02-63836-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Elísio Augusto Velloso; MERLIN, Lise Tupiassu; CICHOVSKI, Patrícia Blagitz. **Constitucionalismo e direitos fundamentais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2014. 1 recurso online (0 p. ISBN 978-85-309-5754-4).

BITTAR, Eduardo C. B. **Democracia, justiça e direitos humanos**: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786553620179).

KEANE, John. **A mais breve história da democracia**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788550818603.

MELO, Débora S. S; SCALABRIN, Felipe. **Ciência política e teoria geral do estado**. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017. 1 recurso online (154 p. ISBN 9788595021891).

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. São Paulo: Autêntica, 2022. 1 recurso online. (Ensaio). ISBN 9786559281428.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Análise de Investimentos		23000025			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimentos relacionados à área financeira que possibilitem a tomada de decisão e a gestão das finanças organizacionais.					
EMENTA					

Conceito de valor do dinheiro no tempo. Conceito de fluxo de caixa. Calculadoras financeiras e tabelas financeiras. Juros simples e compostos. Taxa de juros (proporcionais, equivalentes, taxas nominal e efetiva, taxa over, taxa aparente e real) e inflação. Desconto. Séries uniformes de pagamentos. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. Análise de Investimentos (VPL, payback, custo-benefício, IL, TIR) e tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788522486571.

FILHO, Nelson Casarotto. **Análise de investimentos**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (352 p. ISBN 9788597023299.

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos**. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010. 286 p. ISBN 9788576057994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 8. São Paulo: Atlas, 2020. 1 recurso online. ISBN 9788597026184.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 15. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559773244.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Matemática financeira aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos**. São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788502207615.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 775 p. ISBN 9788576053323.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com utilização da HP-12C**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 208 p. ISBN 9788522455799.

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Gestão Financeira		23000332			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EaD	EXT
		4		1	
OBJETIVO					

Habilitar o aluno a construir um estudo dos princípios e das técnicas que fundamentam a gestão financeira, de modo a capacitá-lo para a tomada de decisão e para a realização de investimentos de curto e longo prazo. Busca-se, ainda, proporcionar conhecimentos teóricos e práticos que auxiliem na prática da gestão financeira, bem como o domínio das técnicas relativas às decisões financeiras em diferentes horizontes temporais, preparando o aluno para a solução de problemas nessa área de atuação.

EMENTA

Visão geral da Administração Financeira. Conceitos financeiros básicos. Administração do Capital de Giro: ativos circulantes, contas a receber, estoques e contas a pagar. Elaboração e acompanhamento do Planejamento Financeiro. Análise e projeção dos demonstrativos financeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. **Estruturas e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro**. 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2020, recurso online ISBN 9788597024852.

BARKER, Richard. **Introdução à contabilidade**. São Paulo Saraiva 2008 1 recurso online ISBN 9788502182042.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 4. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559772902.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 7. São Paulo: Atlas, 2013, recurso online. ISBN 9788522481057.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA-USP. **Contabilidade introdutória**. 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2019, recurso online ISBN 9788597021011.

HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José. **Auditoria de demonstrações contábeis testes, casos práticos e exercícios**. São Paulo Atlas 2004 1 recurso online ISBN 9788522472659.

MARTINS, Eliseu. **Análise avançada das demonstrações contábeis uma abordagem crítica**. 3. Rio de Janeiro: Atlas, 2020, recurso online ISBN 9788597025941.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à contabilidade com abordagem para não contadores**. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2016, recurso online ISBN 9788522123971.

COMPONENTE CURRICULAR

Negociação Internacional

CÓDIGO

Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais		23000333		
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos		
Horas: 75		T	P	EaD
Créditos: 5		4		1
OBJETIVO Proporcionar uma compreensão crítica das dinâmicas políticas, jurídicas e econômicas que influenciam as negociações internacionais, possibilitando a análise dos interesses e estratégias de diferentes atores, a interpretação de tratados e contratos internacionais e a aplicação de métodos de gestão de conflitos e resolução de controvérsias no cenário global.				
EMENTA Fundamentos do Sistema Internacional. Atores Internacionais: Estados. Organizações Internacionais e Empresas Transnacionais. Estratégias de Negociação Internacional. Tratados Internacionais. Contratos Internacionais. Gestão de Conflitos. Solução de Controvérsias Internacionais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público . 27. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553625239. LEWICKI, Roy J; SAUNDERS, David M; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação . 5. Porto Alegre: AMGH, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788580553864. RAMOS, Danielly. Introdução às relações internacionais . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555414561.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SOENDERGAARD, Niels. Organizações e instituições internacionais . São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555411270. GALVÃO, Thiago Gehre. Política internacional contemporânea . None: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411706. GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação conciliação e negociação. 6. São Paulo Saraiva Jur 2022 1 recurso online ISBN 9786553620568. RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado . 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (664 p. ISBN 9788553624478.				

SARFATI, Gilberto. **Manual de negociação**. São Paulo Saraiva 2010 1 recurso online ISBN 9788502119352.

COMPONENTE CURRICULAR Economia Internacional		CÓDIGO 23000334			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EaD 1	EXT
OBJETIVO Apresentar conhecimentos sobre as principais dinâmicas da economia internacional, com especial enfoque nas questões relacionadas ao comércio internacional.					
EMENTA Evolução da Economia Internacional. Teorias Clássicas e Modernas de Comércio Internacional. Mobilidade Internacional dos Fatores de Produção. Protecionismo e Liberalismo Comercial. Instrumentos de Política Comercial. Crises Econômicas Internacionais. O Brasil na Economia Internacional.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 16. São Paulo: Atlas, 2020. 1 recurso online. ISBN 9788597023640. MARIANO, Jefferson; CARMOS, Edgar. Economia internacional . 3. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547215149. SOENDERGAARD, Niels. Economia política global . None: Contexto, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555410907.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR APPLEYARD, Dennis R; FIELD JR, Alfred J; COBB, Steven L. Economia internacional . 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788563308641. CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional . 5. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788547213763. GONÇALVES, Reinaldo. Economia política internacional . fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. 2. Rio de Janeiro GEN Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788595156210. LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de comércio exterior e negócios internacionais . São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547218485.					

SILVA, José Ultemar da; SILVA, José Ultemar da (org.). **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo:, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786555582123.

COMPONENTE CURRICULAR Cidadania e Direitos Humanos (EaD)		CÓDIGO 23000335			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5				5	
OBJETIVO Compreender os fundamentos da cidadania e dos direitos humanos, suas dimensões teóricas e práticas, a incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro e o papel dos movimentos sociais e políticas públicas na promoção da efetividade dos direitos e do fortalecimento da cidadania.					
EMENTA Análise dos fundamentos históricos, filosóficos e jurídicos da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase em sua evolução e consolidação no Estado Democrático de Direito. Estudo das dimensões civil, política, social e difusa dos direitos, à luz dos debates contemporâneos sobre universalismo, relativismo cultural e multiculturalismo. Reflexão sobre o sistema internacional de proteção e a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro. Investigação do papel dos movimentos sociais e das políticas públicas na promoção da efetividade dos direitos e no fortalecimento da cidadania, com atenção especial à realidade brasileira.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 1 recurso online (290 p. ISBN 9788535293272. CHAUI, Marilena. Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas . 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2024. 1 recurso online. ISBN 9786559284566. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 12. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788553607884.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GARBIN, Isabela. Direitos humanos e relações internacionais . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786555411386.					

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. 10. São Paulo: Contexto, 1998. 1 recurso online. ISBN 9788572448475.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553626410.

POCOCK, John. **Cidadania, historiografia e res publica**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2013. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789724053332.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788524922435.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Fundamentos de Pesquisa		23000336			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Apresentar a reflexão científica e seu desenvolvimento ao tecnólogo em Comércio Exterior com vistas ao conhecimento teórico/prático e instrumental metodológico para a realização de pesquisas na sua área.					
EMENTA					
Conhecimento e método científico. Tipologia e estrutura dos trabalhos científicos voltados à pesquisa em Comércio Exterior. Planejamento, classificação e delineamento da pesquisa. Procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados. Apresentação e divulgação dos resultados de pesquisa.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia . 6. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788502636552.					
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 9. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597026580.					
MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais . 3. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 978-85-970-0359-8.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª. São Paulo: Atlas, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522478392.

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. São Paulo: Atlas, 2011. 1 recurso online. ISBN 9788522466153.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788565848138.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788597009088.

SANTOS, Pedro António dos. **Metodologia da pesquisa social**: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522494156.

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Exportação		23000337			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Orientar os estudantes sobre o processo de exportação. Desenvolver o conhecimento das técnicas, apresentando as rotinas operacionais na exportação: estrutura, modalidades, ferramentas, fluxos documentais. Discutir sobre a adequada aplicação dos tratamentos fiscais, administrativos, aduaneiros.					
EMENTA					

Exportação: conceitos, formas, operacionalização e aspectos administrativos. Siscomex. O papel das exportações no planejamento estratégico das empresas. Instrumentos de promoção das Exportações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINERVINI, Nicola. **O exportador**: construindo o seu projeto de internacionalização. 7. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788562937200.

PEREIRA, Sergio. **Munde-se**: reposicionando seu negócio através das vendas internacionais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555208276.

SOUSA, José Meireles de. **Empreender em mercados internacionais**: um guia para internacionalizar sua empresa. São Paulo: Saraiva Uni, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788502228283.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. **Negócios internacionais**: estratégias, gestão e novas realidades. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010. 522 p. ISBN 9788576053798.

CORTIÑAS LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio exterior competitivo**. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008. 568 p. ISBN 9788571294844.

SEGRE, German (org.). **Manual prático de comércio exterior**. 5. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788597017397.

SILVA, Dayane A. de Souza *et al.* **Planejamento e viabilidade das operações de exportação e importação**. Porto Alegre SAGAH 2020 1 recurso online (Administração). ISBN 9786556900797.

SILVA, José Ultemar da; SILVA, José Ultemar da (org.). **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo: 2020. 1 recurso online. ISBN 9786555582123.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Regulação do Comércio Internacional		23000338			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					

Desenvolver a compreensão sobre o sistema multilateral do comércio e a regulação brasileira do comércio exterior, integrando aspectos jurídicos, institucionais e operacionais do comércio internacional.

EMENTA

Sistema Multilateral do Comércio. Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Organização Mundial do Comércio. Sistema Decisório e Soluções de Controvérsias na OMC. Comércio Internacional de Serviços. Propriedade Intelectual no Comércio Internacional. Medidas Sanitárias, Fitossanitárias e Barreiras Técnicas. Regulação Internacional de Investimento Estrangeiro. Regulação Brasileira do Comércio Exterior. Controle Aduaneiro. Regimes Aduaneiros Especiais. Infrações e Penalidades Aduaneiras. Práticas Desleais de Comércio Internacional. Regulação de Logística Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (965 p. ISBN 9788553624379.

LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547218485.

SEGRE, German (org.). **Manual prático de comércio exterior**. 5. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788597017397.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVID, Pierre A. **Logística internacional: gestão de operações de comércio internacional**. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788522124244.

MOTTA, Andrea Limani Boisson. **Curso introdutório de direito internacional do comércio**. São Paulo Manole 2010 1 recurso online ISBN 9788520446454.

NYEGRAY, João Alfredo. **Negócios Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.

ROJAS, Pablo. **Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 1 recurso online. (Tekne). ISBN 9788582601945.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 11. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788522498680.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Finanças Internacionais	

Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais		23000339			
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Proporcionar ao aluno uma compreensão aprofundada dos fundamentos das finanças internacionais, com ênfase nos mecanismos de funcionamento do mercado de câmbio, políticas cambiais e instrumentos financeiros utilizados na gestão de riscos cambiais. A disciplina busca desenvolver habilidades práticas para analisar, planejar e executar operações de câmbio no contexto corporativo e institucional.					
EMENTA Mercado de câmbio: estrutura, funcionamento e formação das taxas de câmbio. Regimes cambiais e experiências internacionais. Fluxos internacionais de capitais e balanço de pagamentos. Instrumentos de financiamento e investimento em moeda estrangeira. Estratégias de hedge e gestão do risco cambial em empresas e instituições financeiras. Política cambial e regulamentação no Brasil. Crises financeiras e cambiais e seus impactos na economia global.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LIMA, Luiz Murilo Strube. Ifrs: entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade . São Paulo: Atlas, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788522481644. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 16. São Paulo: Atlas, 2020. 1 recurso online. ISBN 9788597023640. TERRA, Cristina. Finanças internacionais: macroeconomia aberta: teoria, aplicações e políticas . São Paulo: GEN Atlas, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788595152502.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DAMAS, Roberto Dumas. Crises econômicas internacionais . São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547212575. EITEMAN, David K; STONEHILL, Arthur I; MOFFETT, Michael H. Administração financeira internacional . 12. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701892. HANSANTI, Songporn. International Finance in Emerging Markets: Issues, Welfare Economics Analyses and Policy Implications . 1st ed. 2008. XII, 226 p (Contributions to Economics, 1431-1933). recurso online. ISBN 9783790820447. PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. Manual de contabilidade internacional: IFRS, US Gaap, BR Gaap: teoria e prática . São Paulo: Cengage Learning, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788522126545. VAZQUEZ, José Lopes. Comércio exterior brasileiro . 11. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788522498680.					

COMPONENTE CURRICULAR Oficina de Extensão I		CÓDIGO 23000340			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 90 Créditos: 6		Distribuição de créditos			
		T	P	EaD	EXT
					6
OBJETIVO A disciplina busca capacitar o aluno para atuar, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária no âmbito do Programa de Extensão "COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior" (código 538). O foco estará na concepção, organização e execução de ações voltadas à comunidade local desenvolvendo questões de direitos humanos, democracia e funcionamento das instituições políticas, com o objetivo de promover a democratização do conhecimento produzido na universidade, e fortalecer a conexão entre a universidade e a comunidade externa.					
EMENTA Educação em Direitos Humanos. Democracia e participação cidadã. Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais. Contexto histórico, social e cultural afro-brasileiro, africano e indígena. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao "COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior" (código 538) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 1 recurso online (290 p. ISBN 9788535293272. FREIRE, Paulo. Conscientização . São Paulo: Cortez, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555554069. MICHELON, Francisca Ferreira <i>et al.</i> Guia de integralização da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas . Pelotas: PREC/UFPel, 2019. 43p. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6829 . Acesso em: 1 jun. 2023.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEVEES, Daniel. **A herança africana no brasil**. 1. ed. São Paulo: Nemo, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788582861011.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos**: constituição, racismo e relações internacionais. 1. ed. Barueri: Manole, 2005. 1 recurso online (354 p. ISBN 9788520443170.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. **Dicionário de história da África: séculos VII a XVI**. São Paulo: Autêntica, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788551302200.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. São Paulo: Autêntica, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788582178157.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino (d)e história indígena**. São Paulo: Autêntica, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788582174265.

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Importação		CÓDIGO 23000341			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EaD 1	EXT
OBJETIVO Aprimorar a capacidade dos estudantes para diminuir riscos nas compras internacionais das empresas brasileiras, aprofundando conhecimentos relativos às técnicas e rotinas dos processos de importação.					
EMENTA Conceitos fundamentais de Importação. Siscomex. Comunicação com fornecedores internacionais. Análise dos documentos. Procedimentos administrativos, aduaneiros e fiscais. Aspectos tributários: valoração aduaneira, Imposto de Importação, IPI, taxa do Siscomex, PIS-Importação, Cofins-Importação, ICMS e outros encargos. Estudos de caso e simulações.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (965 p. ISBN 9788553624379.

NYEGRAY, João Alfredo. **Negócios Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.

SILVA, Dayane Alves de Souza *et al.* **Planejamento e viabilidade das operações de exportação e importação**. Porto Alegre SAGAH 2020 1 recurso online (Administração). ISBN 9786556900797.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUEDES, Ana Lucia. **Negócios internacionais**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522108282.

LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547218485.

LUDOVICO, Nelson. **Logística internacional: um enfoque em comércio exterior**. 4. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547228453.

SCHWAB, Patricia Ines; FONSECA, Joaquim José Rodrigues da; SILVA, Roberta Machado Dias da. **Logística aduaneira**. 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595025684.

SEGRE, German (Org). **Manual prático de comércio exterior**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597017397.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Análise de Cenários Internacionais		23000342			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Compreender e analisar as dinâmicas geopolíticas e econômicas que influenciam o comércio internacional contemporâneo, desenvolvendo habilidades para avaliação estratégica de cenários, mercados e políticas comerciais, com atenção especial à inserção do Brasil no contexto global.					
EMENTA					
Geopolítica e Comércio Internacional. Ambiente Global de Negócios. Política Comercial Brasileira. Inserção Estratégica do Brasil no Cenário Regional e Global.					

Modelos de Análise de Cenários Internacionais. Uso de Base de Dados de Comércio Internacional. Processos de Integração Regional. Estudo de Mercados Estrangeiros. Temas Contemporâneos de Comércio Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEIROS, Aline Lucia Nogueira *et al.* **Geografia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786556902456.

MINERVINI, Nicola. **O exportador**: construindo o seu projeto de internacionalização. 7. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788562937200.

SANTOS, Antonio Carlos A. dos; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro M. **Integração econômica regional regional**. São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788502204799.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da américa latina velhos e novos paradigmas**: de 1930 aos nossos dias. 3. São Paulo Saraiva 2009 1 recurso online (RIS). ISBN 9788502210301.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502132870.

PEREIRA, Sergio. **Munde-se**: reposicionando seu negócio através das vendas internacionais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555208276.

SOUSA, José Meireles de. **Empreender em mercados internacionais**: um guia para internacionalizar sua empresa. São Paulo: Saraiva Uni, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788502228283.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 11. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788522498680.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Logística Internacional		23000343			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EaD	EXT
		4		1	
OBJETIVO					

Oferecer aos estudantes capacitação para tomada de decisão nas diferentes áreas de conhecimento das operações de comércio internacional, abordando tópicos técnicos sobre logística internacional e cadeia global de suprimentos.

EMENTA

Noções gerais de logística internacional: infraestrutura logística internacional. Transporte internacional aquaviário, aéreo, terrestre e multimodal. Gestão de armazenagem e estoques nas transações logísticas com o exterior. Segurança na logística internacional. Sustentabilidade e tópicos emergentes em cadeias globais de suprimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVID, Pierre A. **Logística internacional: gestão de operações de comércio internacional**. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788522124244.

FRAPORTI, Simone; GIACOMELLI, Giancarlo; FONSECA, Joaquim José Rodrigues da. **Logística internacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595023598.

HOLANDA, Thiago Costa *et al.* **Sistemática das operações de logística internacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786556900896.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Bruno. **A logística no e-commerce brasileiro: do clique à entrega: análise e perspectivas do setor de transporte no comércio digital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 1 recurso online. ISBN 9788550821504.

CORREIA, Henrique Luiz. **Administração de cadeias de suprimentos e logística: integração na era da indústria 4.0**. 2. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 978859702302.

LUDOVICO, Nelson. **Logística internacional: um enfoque em comércio exterior**. 4. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547228453.

ROJAS, Pablo. **Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 1 recurso online. (Tekne). ISBN 9788582601945.

SCHWAB, Patricia Ines; FONSECA, Joaquim José Rodrigues da; SILVA, Roberta Machado Dias da. **Logística aduaneira**. 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595025684.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Oficina de Extensão II		23000344			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 90		T	P	EaD	EXT
Créditos: 6					6
OBJETIVO					
A disciplina busca capacitar o aluno para atuar, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária no âmbito do Programa de Extensão "COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior" (código 538). O foco estará na concepção, organização e execução de ações voltadas à comunidade local desenvolvendo questões de políticas públicas, com o objetivo de promover a democratização do conhecimento produzido na universidade, e fortalecer a conexão entre a universidade e a comunidade externa.					
EMENTA					
Políticas Públicas, Reconhecimento e Inclusão Social. Educação Inclusiva. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao "COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior" (código 538) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DIAS, Reinaldo. Políticas públicas princípios, propósitos e processos. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522484478.					
FREIRE, Paulo. Conscientização . São Paulo: Cortez, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555554069.					
MICHELON, Francisca Ferreira et al. Guia de integralização da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas . Pelotas: PREC/UFPel, 2019. 43p. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6829 . Acesso em: 1 jun. 2023.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AZEVEDO, Vanessa Lúcia Santos de *et al.* **Política social**. 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595026193.

CAMBI, Eduardo; PORTO, Letícia De Andrade; FACHIN, Melina Girardi. **Constituição e direitos humanos**: tutela dos grupos vulneráveis. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2022. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786556275840.

FILHO, Waldir Macieira da Costa; LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553612109.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. 10. São Paulo: Contexto, 1998. 1 recurso online. ISBN 9788572448475.

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo F; CARLOS, Viviane Moschini (org.). **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701977.

COMPONENTES OPTATIVOS

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Seminários Avançados em Comércio Exterior I (EaD)		23000346			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EaD	EXT
				5	
OBJETIVO Analisar criticamente as dinâmicas contemporâneas do comércio internacional, considerando as tendências de cooperação e conflito, os impactos das guerras comerciais, as interações entre comércio e segurança, o papel da indústria de defesa na competitividade global e a geopolítica das infraestruturas críticas.					
EMENTA Tendências de Cooperação e Conflito no Comércio Internacional Contemporâneo. Novas Dinâmicas das Guerras Comerciais. Relações entre Comércio e Segurança Internacional. Indústria de Defesa e Competitividade Global. Geopolítica das Infraestruturas Críticas.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Manual de geopolítica e geoestratégia**. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. 1 recurso online. (Arte da guerra). ISBN 9789724421001.

DAMAS, Roberto Dumas. **Crônicas econômicas em um novo tabuleiro geopolítico**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786586407457.

LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. **História das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555412147.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMAS, Roberto Dumas. **China x eua: como a economia global e a geopolítica se comportarão no pós-pandemia**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786586407198.

DORATIOTO, Francisco *et al.* **História das relações internacionais do Brasil**. 2. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. 1 recurso online. (Temas essenciais em RI ; 5). ISBN 9788571441293.

GAGLIANO, Giuseppe. **Guerra econômica e competição no mundo contemporâneo**. Pelotas: Ed. UFPel, 2018. 157 p. ISBN 978-85-517-0023-5. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4191>. Acesso em: 6 out. 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2. São Paulo: GEN Atlas, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788595156210.

MUSSE, Ricardo *et al.* (org.). **China contemporânea: seis interpretações**. São Paulo: Autêntica, 2021. 1 recurso online. (Ensaio). ISBN 9786559280490.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Seminários Avançados em Comércio Exterior II (EaD)		23000347			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5				5	
OBJETIVO					
Aprofundar a compreensão das interações entre Comércio Exterior, geopolítica dos recursos naturais e estratégias de desenvolvimento sustentável, analisando os					

impactos das mudanças climáticas, das políticas ambientais e da responsabilidade socioambiental corporativa sobre os fluxos comerciais e as cadeias globais de valor.

EMENTA

Geopolítica dos Recursos Naturais e Estratégicos. Desenvolvimento Sustentável. Recursos Renováveis e Não Renováveis no Comércio Internacional. Mudanças Climáticas e seus Efeitos sobre Fluxos Comerciais. Políticas Nacionais e Internacionais de Proteção Ambiental. Responsabilidade Socioambiental Corporativa e Cadeias Globais de Valor Sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUSER, Igor. **Energia e relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. (Relações internacionais ; 2). ISBN 9788502200500.

SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan. **Economia do meio ambiente e da energia**: fundamentos teóricos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788521635673.

YERGIN, Daniel. **O novo mapa**: energia, clima e o conflito entre nações. Porto Alegre: Bookman, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788582606018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYRES, Robert U; AYRES, Edward H. **Cruzando a fronteira da energia**: dos combustíveis fósseis para um futuro de energia limpa. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701809.

GOLDEMBERG, José. **Tudo o que você precisa saber sobre energia**. Porto Alegre: Bookman, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788582606254.

MAGALHÃES, Marcos Felipe. **Estratégias para o desenvolvimento sustentável**: ASG + P (ambiente, sociedade, governança, pessoas). 2. São Paulo: Atlas, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786559774159.

REIS, Lineu Belico dos; FADIGAS, Eliane A. F. Amaral; CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. 3. Barueri: Manole, 2019. 1 recurso online. (Ambiental). ISBN 9788520456828.

SMIL, Vaclav. **Energia e civilização**: uma história. Porto Alegre: Bookman, 2024. 1 recurso online. ISBN 9788582606407.

COMPONENTE CURRICULAR Comércio Internacional e Eletrônico (EaD)	CÓDIGO 23000348
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	
CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos

Horas: 75 Créditos: 5	T	P	EaD 5	EXT
OBJETIVO Apresentar e discutir os principais tópicos relativos aos temas, transmitindo a essência do conhecimento sobre o comércio internacional e o comércio eletrônico. Facilitar a compreensão dos requisitos aduaneiros, fiscais e logísticos que a pequena e média empresa deve lidar para negociar por meio do comércio eletrônico internacional.				
EMENTA Negócios internacionais na era digital; Definições e características de comércio exterior; Marketing e comércio eletrônico; Processos de desenvolvimento de lojas virtuais; Apoio da logística internacional ao comércio eletrônico; Segurança nas transações eletrônicas; Inclusão digital.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BATISTA, Bruno. A logística no e-commerce brasileiro: do clique à entrega: análise e perspectivas do setor de transporte no comércio digital. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 1 recurso online. ISBN 9788550821504. KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555202458. SEGRE, German. Manual prático de comércio exterior. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597017397.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. Comércio internacional e legislação aduaneira. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur., 2025. 1 recurso online (965 p. ISBN 9788553624379. CIGNACCO, Bruno Roque. Fundamentos de comércio internacional para pequenas e médias empresas. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502111813. HOLANDA, Thiago Costa et al. Sistemática das operações de logística internacional. Porto Alegre: SAGAH, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786556900896. LUDOVICO, Nelson. Como preparar uma empresa para o comércio exterior. 2. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788547230340. TURCHI, Sandra R. Estratégia de marketing digital e e-commerce. 2. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788597015409.				

COMPONENTE CURRICULAR Empreendedorismo (EaD)		CÓDIGO 23000349			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EaD	EXT
				5	
OBJETIVO A disciplina tem como objetivo desenvolver competências críticas e analíticas no campo da gestão empreendedora, proporcionando ao estudante instrumentos teóricos e práticos para compreender e avaliar modelos de negócios, bem como conceber e implementar novos empreendimentos. Busca-se estimular a capacidade de identificar oportunidades, formular estratégias de impacto social e econômico e conduzir iniciativas empreendedoras, alinhando visão global com responsabilidade ética.					
EMENTA Empreendedorismo e Inovação: história, definições gerais e possibilidades. Análise ambiental e identificação de oportunidades. Elaboração de plano de negócio. Práticas de gestão. Reflexões sobre empreendedorismo no Brasil.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. 3. Porto Alegre: Bookman, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788582605189. DORNELAS, José. Empreendedorismo. 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021. 1 recurso online (240 p. ISBN 9786587052083. HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Cândido. Empreendedorismo: plano de negócios em 40 lições. 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788571440494.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 5. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597028089. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 9. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786559774531. SILVA, Ricardo da Silva e <i>et al.</i> Empreendedorismo social. Porto Alegre: SAGAH, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788533500204. TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e inovação: direito no empreendedorismo 2a ed. 2. ed. Barueri: Manole, 2020. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788520461976. VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MASCARENHAS, André Ofenhejm (org.). Empreendedorismo. São Paulo, 2012. 1 recurso online. ISBN 9786555582093.					

COMPONENTE CURRICULAR Internacionalização de Empresas		CÓDIGO 23000350			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Desenvolver a capacidade analítica e estratégica do estudante para compreender os processos de expansão internacional de organizações, avaliando motivações, riscos, oportunidades e modelos de inserção em mercados globais, a partir de uma visão crítica que integra economia, cultura, política e inovação.					
EMENTA Exame dos fundamentos teóricos e práticos da internacionalização de empresas, incluindo teorias clássicas e contemporâneas do comércio e do investimento direto estrangeiro. Estratégias de entrada em mercados internacionais: exportação, franchising, joint ventures, fusões, aquisições e greenfield investments. Gestão intercultural, adaptação organizacional e inovação como vetores da competitividade global. Análise das instituições multilaterais, acordos comerciais e blocos econômicos. Estudos de casos sobre empresas multinacionais e emergentes, com ênfase em desafios contemporâneos como digitalização, cadeias globais de valor e sustentabilidade.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HITT, Michael A; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização: conceitos . 4. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788522127986. LUDOVICO, Nelson. Mercados e negócios internacionais . São Paulo: Saraiva, 2007. 1 recurso online. ISBN 9788502138841. MAÇÃES, Manuel Alberto Ramos. Estratégias e processos de internacionalização , v. 6. 1. ed. São Paulo: Actual, 2017. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789896942298.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CORRÊA, Henrique Luiz. Administração de cadeias de suprimentos e logística: integração na era da indústria 4.0 . 2. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597023022.					

KLEINDORFER, Paul R; WIND, Yoram [Jerry]; GUNTHER, Robert E. **O desafio das redes**: estratégia, lucro e risco em um mundo interligado. 1. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701212.

MELO, Pedro Lucas de Resende; ANDREASSI, Tales. **Franquias brasileiras**: estratégia, empreendedorismo, inovação e internacionalização. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522112685.

MINERVINI, Nicola. **O exportador**: construindo o seu projeto de internacionalização. 7. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788562937200.

NYEGRAY, João Alfredo. **Negócios Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Mercado de Capitais		23000351			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Capacitar o estudante a compreender, analisar e aplicar criticamente os instrumentos e mecanismos que estruturam o mercado de capitais, desenvolvendo competências para avaliar ativos financeiros, mensurar riscos, interpretar tendências e formular estratégias de investimento alinhadas à governança corporativa, ao ambiente regulatório e às transformações tecnológicas globais.					
EMENTA					
Estudo aprofundado sobre a formação e funções econômicas do mercado de capitais, com ênfase na liquidez, rentabilidade e alocação de recursos. Análise de instrumentos financeiros de renda fixa e renda variável (fundos de investimento, ações e derivativos). Avaliação do papel das bolsas de valores e dos sistemas de clearing. Discussão das práticas de governança corporativa, inovação financeira e práticas ambientalmente corretas e sustentáveis na dinâmica contemporânea dos mercados.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BORBA, Gustavo Tavares. Comissão de valores mobiliários . 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788530992064.					
LOBÃO, Júlio. A regulação dos mercados de capitais . 1. ed. São Paulo: Almedina, 2018. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789896942045.					

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597021752.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COVA, Carlos José Guimarães; COVA, Carlos José Guimarães (org.). **Finanças e mercados de capitais**: mercados fractais: a nova fronteira das finanças. São Paulo:, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786555582284.

MINGONE, Rafael. **Capitalização de pequenas e médias empresas**: como crescer com o mercado de capitais. São Paulo: Trevisan, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788599519912.

MOLERO, Leonel; MELLO, Eduardo. **Derivativos**: negociação e precificação. 2. São Paulo: Saint Paul, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786586407150.

NETO, Alexandre Assaf. **Investimentos no mercado financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597022575.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788522493067.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Marketing Internacional		23000352			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EaD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno a compreensão teórica e prática do Marketing em nível internacional, capacitando-o a adotar estratégias adequadas em diferentes contextos globais. Para tanto, busca-se analisar a evolução dos conceitos de marketing, compreender a dinâmica dos negócios internacionais, conhecer as estratégias globais empregadas por empresas multinacionais, examinar variáveis microeconômicas que influenciam o comportamento social e avaliar os padrões de consumo em distintas sociedades, com ênfase nas dimensões culturais locais.					
EMENTA					
Estudo da evolução dos conceitos de marketing, desde o marketing de massa até as abordagens de segmentação, personalização e customização, incluindo o desenvolvimento do posicionamento estratégico e dos 4 P's. Análise da distância					

psíquica no processo de internacionalização e sua influência sobre as decisões de mercado. Avaliação do ambiente externo sob a ótica microeconômica, contemplando dimensões econômicas, políticas, legais, culturais, sociais e tecnológicas. Discussão das estratégias globais de marketing e da logística internacional como suporte às operações de comércio exterior. Investigação das diferentes formas de ingresso em mercados internacionais e do comportamento de compra de consumidores em distintas sociedades e contextos culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CATEORA, Philip R; GILLY, Marcy C; GRAHAM, John L. **Marketing internacional**. 15. Porto Alegre: AMGH, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788580551464.

GREWAL, Dhruv. **Marketing**. 4. Porto Alegre: AMGH, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788580555516.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**. 2. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597020151.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHURCHILL JR, Gilbert A. **Marketing**: criando valor para clientes. 3. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502183605.

CZINKOTA, Michael R; RONKAINEN, Ilkka A. **Marketing internacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522108886.

DUSCHITZ, Caroline; FARIAS, Claudio; CARVALHO, Gustavo Meneghetti de. **Marketing aplicado**. Porto Alegre: Bookman, 2015. 1 recurso online. (Tekne). ISBN 9788582602782.

NOSÉ JUNIOR, Amadeu. **Marketing internacional**: uma estratégia empresarial. São Paulo: Cengage Learning, 2004. 1 recurso online. ISBN 9788522108268.

NYEGRAY, João Alfredo. **Negócios Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.

COMPONENTE CURRICULAR Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais		CÓDIGO 23000024			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EaD 1	EXT
OBJETIVO					

Propiciar condições para o aluno discutir sobre Direitos Humanos, a partir dos seus fundamentos sócio históricos. Analisar os Direitos humanos a partir da sua relação com as políticas públicas, memória e justiça social, particularmente no que tange a realidade brasileira. Apresentar os conceitos de raça e etnia, racismo, preconceito e discriminação numa abordagem pluriétnica e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades mais democráticas de tratar a diferença.

EMENTA

Conhecimento dos fundamentos sócio-históricos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Políticas Públicas. Acessibilidade e Inclusão. Direitos Humanos: Memória e Justiça Social. Direitos Humanos: Cenários e Perspectivas no Brasil. Os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação, a partir das abordagens sociais e das matrizes étnico-raciais constituídas no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e discriminação Positiva. Cultura afro-brasileira e africana. Projetos interdisciplinares de Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786553628496.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2004. 155 p. ISBN 8573263180.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788553607884.

MINHOTO, Antonio Celso Baeta. **Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil**. 1. ed. Birigui: Boreal, 2013. 268 p. ISBN 9788599286449.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. São Paulo: Autêntica, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788582178157.

NETO, Antônio José de Mattos; NETO, Homero Lamarão; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788502175792.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Rio de Janeiro: Pallas, 2007. 335 p. ISBN 9788534703628.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)	
Departamento ou equivalente	
	20000084

Centro de Letras e Comunicação					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EaD	EXT
OBJETIVO Objetivo Geral: • Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; • Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; • Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.					
EMENTA Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPOVILLA, Fernando César <i>et al.</i> (ed.). Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v. ISBN 9788531415401 - v.1 / 9788531415418 - v.2 / 9788531416453 - v.3. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. ISBN 9788536303086.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016. 268 p. ISBN 9788547302894. GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola, 2012. 186 p. (Série Estratégias de ensino; 35). ISBN 9788579340505. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. QUADROS, Ronice M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788536316581.					

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Língua Brasileira de Sinais II (Libras II)		20000121			
Departamento ou equivalente					
Centro de Letras e Comunicação					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 60		T	P	EaD	EXT
Créditos: 4		4			
OBJETIVO					
Objetivo Geral:					
• Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário; • Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; • Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.					
EMENTA					
Noções linguísticas e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades intermediarias expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Aprofundamento dos Estudos Surdos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CAPOVILLA, Fernando César <i>et al.</i> (ed.). Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos . São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v. ISBN 9788531415401 - v.1 / 9788531415418 - v.2 / 9788531416453 - v.3.					
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. ISBN 9788536303086.					
SOFIATO, Cássia Geciauskas <i>et al.</i> Língua brasileira de sinais - Libras: aspectos linguísticos e históricos . São Carlos: UFScar, 2012. 93 p. (Coleção UAB-UFSCar - Educação Musical). Disponível em: http://hdl.handle.net/123456789/2740 . Acesso em: 22 maio 2025.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores . Curitiba: Appris, 2016. 268 p. ISBN 9788547302894.					
GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras . São Paulo: Parábola, 2012. 186 p. (Série Estratégias de ensino; 35). ISBN 9788579340505.					

GÓES, Alexandre Morand *et al.* **Língua brasileira de sinais - Libras:** uma introdução. São Carlos: UFScar, 2011. 173 p. (Coleção UAB-UFSCar - Pedagogia). Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2734>. Acesso em: 22 maio 2025.

LODI, Ana Claudia Balieiro *et al.* (org.). **Letramento e minorias.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 160 p. ISBN 9788587063649.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 190 p. ISBN 9788587063175.

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

Para cumprir os objetivos do Curso em formar Tecnólogos em Comércio Exterior com competências e habilidades relacionadas com o campo de atuação, as metodologias de ensino e de avaliação buscam valorizar as constantes transformações da área. Por isso, além do cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, os alunos são incentivados a ampliar sua formação por meio das atividades complementares – que envolvem ensino, pesquisa, extensão e representação discente. A intenção é que os sujeitos desenvolvam sensibilidade para enfrentar os desafios que a sociedade impõe. Isto envolve pensar a importância estratégica do Comércio Exterior nas demandas de natureza socioeconômicas da sociedade brasileira, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, Resolução CNE/CP n. 1/2021, considera um dos princípios norteadores da educação tecnológica as “metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes”. Meyer e Jones (1993) definem as metodologias ativas como sendo um conjunto de procedimentos didáticos centrados no aluno (a), representados por métodos e técnicas com forte caráter participativo e colaborativo. Neste cenário, o docente age como um mediador, capaz de instigar e proporcionar experiências de aprendizagem significativas.

De acordo com Berbel (2011), o engajamento do discente propiciado pela aplicação de metodologias ativas é condição essencial para exercitar sua autonomia na tomada de decisões do processo que vivencia, preparando-o para a atividade profissional futura. Com o “aprender-fazendo” (*learning by doing*), a base das metodologias ativas, desenvolve-se valores, conhecimentos e habilidades a partir da prática e das experiências vivenciadas (BERBEL, 2011), possibilitando que o discente papel de protagonista. Collor (2019) descreve diversas metodologias ativas, detalhando diversas práticas, conforme se observa na tabela abaixo:

TABELA 4: RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019)

Metodologia Ativa	Papel Discente	Papel Docente
Aprendizagem baseada em projetos (ABP)	Constrói saberes de forma colaborativa, por meio da solução de desafios.	Inclui tecnologias como vídeos ou fóruns digitais, além de propor atividades que envolvam elementos concretos, tais como cartazes e maquetes.
Aprendizagem baseada em problemas	Foca na parte teórica da resolução de casos. O método promove a interdisciplinaridade, um dos focos centrais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	Propõe a construção de conhecimento através de debates e júris, discutindo em grupo um problema.
Gamificação	Interage com elementos de jogos e desafios, gerando maior engajamento, motivação e aprendizagem de modo criativo.	Utiliza elementos como jogos e desafios em situações de sala de aula.
Sala de aula invertida (<i>flipped classroom</i>)	Atua em dois momentos: 1. On-line: estuda sozinho, aproveitando materiais da internet. 2. Presencial: compartilha com o grupo sua compreensão do tema, trocando saberes com o professor e os colegas.	Propõe o ensino híbrido, com uso da internet, inicialmente, e mediação do conteúdo em sala de aula, posteriormente.
Aprendizagem entre pares	Responde questões em dupla e/ou grupos, para trocar informações e construir o conhecimento acerca de determinado tema entre pares.	Apresenta questões para que os alunos respondam em duplas, mapeia as respostas utilizando aplicativo, decide por três caminhos diferentes: a) Mais de 70% de acertos - reinicia o processo de exposição dialogada e apresenta uma nova questão sobre um novo tópico; b) Entre 30% e 70% de acertos - reagrupa os alunos em pequenos grupos para que tentem explicar uns aos outros; c) Menos de 30% de acertos - explica novamente o conceito oralmente.

Fonte: Adaptada de Collor (2019).

Além destas, serão consideradas ainda algumas metodologias citadas por Andrade e Amboni (2002), tais como: aula expositiva, trabalhos em grupo, discussão ou Phillips 66, seminário *brainstorming* (ou tempestade de ideias), dramatização, estudo de casos, estudo do meio, trabalho com textos, discussão dirigida, ensino em laboratório, dinâmicas

de grupo, oficinas pedagógicas, painel com interrogatório, GV-GO, grupo de cochicho, zum-zum face a face, entrevista, painel integrado, painel progressivo, simpósio, encadeamento de ideias, discussão circular, técnica de ruminação, fórum, júri pedagógico. Também serão considerados o método do debate simulado ou *role play debate* (MOGRA, 2012), bem como o cineclubismo (LIMEIRA, 2015).

Uma forma notável de implementação de metodologias ativas envolve o ensino híbrido, que combina a articulação entre atividades presenciais e a distância (COLLOR, 2019). De acordo com Valente (2014, p. 162), as tecnologias digitais podem ser importantes aliadas na implementação de atividades inovadoras, de modo a possibilitar o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem ativa, superando possíveis barreiras encontradas no tradicional ensino exclusivamente presencial. Nesse sentido, Maftum e Campos (2008, p. 133) entendem que o processo de aprendizagem na Educação a Distância (EaD) pode oferecer uma experiência mais completa, pois se baseia na flexibilidade e autonomia do aluno.

Considerando a adoção de modelos híbridos em diversas propostas de metodologias ativas apresentadas na Tabela 4, bem como o disposto na Portaria MEC n. 378/2025, que estabelece o limite de 30% da carga horária de cursos presenciais a ser cumprida na modalidade de educação a distância, o Curso de Comércio Exterior destinou parte de seus componentes obrigatórios e optativos à modalidade EaD¹¹. Nesse contexto, os componentes curriculares poderão articular encontros presenciais no campus com atividades virtuais, realizadas por meio das plataformas digitais disponibilizadas pela UFPel, favorecendo a flexibilidade pedagógica sem comprometer a integralidade da formação.

No ensino híbrido, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pode-se adotar tecnologias digitais que auxiliam a implementação de metodologias ativas, como plataforma de webconferência, espaço de hospedagem de arquivos digitais e ferramentas de interação. Por exemplo, o uso da sala de aula invertida pode utilizar recursos disponibilizados em banco de dados digitais; a aprendizagem baseada em problemas pode partir de um case disponibilizado em plataforma digital; a aprendizagem

¹¹ Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização de **24 créditos** ou **360 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **21,42%** da carga horária total do Curso.

baseada em projetos pode servir-se de um fórum virtual para organizar a elaboração do projeto; a gamificação pode utilizar aplicativos voltados à experimentação de jogos de aprendizagem.

Nos termos do Decreto n. 12.456/2025, a Educação a Distância (EaD) é definida como um processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa encontram-se em locais ou tempos distintos (art. 3º, inciso I). Considera-se atividade síncrona aquela realizada com recursos de áudio e vídeo, em que estudante e docente ou responsável pela atividade formativa estão em lugares distintos, porém com tempo coincidente (art. 3º, inciso II). Já a atividade síncrona mediada refere-se àquela realizada com grupos de até setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico, com controle de frequência dos participantes (art. 3º, inciso IV). Por sua vez, a atividade assíncrona é caracterizada pelo desenvolvimento do ensino a distância em que estudante e docente ou responsável pela atividade formativa estão em locais e tempos distintos (art. 3º, inciso V).

A partir desta concepção, na UFPel, nos termos da Resolução COCEPE n. 62/2023, a EaD caracteriza-se por ser uma modalidade de educação configurada pela distância física e temporal entre os sujeitos envolvidos, cujos processos de ensino, de aprendizagem e de interação são mediados pelo uso de tecnologias educacionais digitais, o que requer planejamento prévio e detalhado das atividades e dos materiais/conteúdos disponibilizados (art. 1º, parágrafo único).

A metodologia pensada para os componentes curriculares está fundamentada nos princípios da UFPel que regem o uso das tecnologias digitais, conforme a seguir (art. 6º da Resolução COCEPE n. 62/2023):

- visão de conhecimento que está em permanente construção;
- entendimento de que os conteúdos de ensino têm origem em ações de curadoria, criação, cocriação e reuso, devendo ser armazenados em repositórios abertos para uso público;
- entendimento de que as atividades de ensino incluem preocupação com acolhimento e cuidado dos aprendentes, bem como com a disposição permanente para escutas sensíveis, possibilitando, assim, estratégias de aprendizagem que coloquem o estudante como protagonista;

- compreensão de que a aprendizagem ocorre em processos de construção, a partir da ação do sujeito e de interações que lhe sejam significativas (associados à bagagem cognitiva);
- compreensão de que atividades que favorecem a criatividade e de interatividade podem potencializar aprendizagens cooperativas e colaborativas que sejam significativas;
- entendimento de que o desenvolvimento da autonomia e das relações de cooperação e colaboração influencia positivamente na ampliação do processo cognitivo;
- visão de avaliação como parte permanente da formação que objetiva contribuir para que docentes e discentes avaliem os processos e as atividades de ensino e de aprendizagem.

A implementação de disciplinas integralmente a distância no Curso de Comércio Exterior exige metodologias pedagógicas que promovam engajamento, autonomia e aprendizagem significativa, garantindo que os estudantes desenvolvam competências teóricas, práticas e socioemocionais. A aprendizagem baseada em problemas (*Problem-Based Learning – PBL*) se configura como uma estratégia central, pois desafia os estudantes a resolver situações-problema complexas, utilizando recursos digitais para pesquisa, análise e tomada de decisão colaborativa. Estudos indicam que o PBL em ambientes virtuais fortalece habilidades de pensamento crítico, capacidade de síntese e autonomia do discente, promovendo a construção ativa do conhecimento (Hmelo-Silver, 2004; Barrows & Tamblyn, 1980). No contexto do curso, essa metodologia pode ser aplicada na análise de casos reais de logística internacional, simulação de negociações comerciais ou elaboração de estratégias de entrada em novos mercados, desenvolvidas de forma colaborativa em fóruns de discussão, salas de videoconferência e plataformas de coautoria do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFPel, respeitando o marco regulatório do EaD.

A *aprendizagem colaborativa mediada por tecnologias* complementa o PBL ao enfatizar a interação entre pares como mecanismo de construção coletiva do conhecimento. Ferramentas digitais como wikis, blogs acadêmicos, fóruns de debate e videoconferências permitem a realização de projetos integrados, coautoria de relatórios e

discussões temáticas, desenvolvendo habilidades cognitivas e socioemocionais simultaneamente. Johnson, Johnson e Smith (2014) destacam que a aprendizagem colaborativa promove não apenas compreensão conceitual, mas também competências metacognitivas e de resolução de problemas em grupos heterogêneos. Em disciplinas integralmente a distância, essa metodologia pode ser empregada na elaboração conjunta de análises de mercados internacionais, planejamento logístico simulado e estudos de viabilidade econômica, integrando teoria e prática de maneira contextualizada.

A aprendizagem baseada em projetos (*Project-Based Learning – PjBL*) constitui uma metodologia altamente eficaz, na qual os estudantes desenvolvem produtos ou soluções concretas a partir de desafios reais, ao longo de ciclos estruturados de investigação, implementação e reflexão (Thomas, 2000). Em contextos de EaD, o PjBL pode ser operacionalizado por meio de cronogramas digitais, podcasts, reuniões síncronas em plataformas de videoconferência e entregas colaborativas em ambientes virtuais, possibilitando acompanhamento contínuo do desempenho e fornecimento de *feedback* formativo. No Curso de Comércio Exterior, essa metodologia pode ser aplicada na elaboração de planos estratégicos de exportação para empresas simuladas, na realização de análises de risco em cadeias logísticas ou no desenvolvimento de campanhas comerciais internacionais, assegurando a integração entre conhecimento teórico, prática profissional e competências digitais, e promovendo autonomia e engajamento dos estudantes.

A gamificação e o uso de ambientes simulativos configuram-se como estratégias que potencializam a motivação e a experimentação em cenários complexos, respeitando os princípios do *learning by doing*. Simuladores de importação e exportação, jogos de tomada de decisão empresarial e plataformas de *role-playing* online permitem a vivência de situações reais de forma segura, favorecendo a avaliação de riscos, a aplicação de cálculos de custos e tarifas e a tomada de decisões estratégicas. Conforme Deterding *et al.* (2011) e Gee (2007), a gamificação favorece a motivação intrínseca, a retenção de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades práticas, elementos essenciais para a formação em Comércio Exterior. A integração dessas atividades ao AVA da UFPel, aliada ao acompanhamento docente, garante *feedback* contínuo e consolidação do aprendizado.

A utilização de avaliação formativa e portfólios digitais complementa o conjunto de metodologias adotadas em disciplinas EaD, permitindo ao docente acompanhar o progresso individual e coletivo, identificar lacunas de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas específicas. Portfólios digitais possibilitam que os estudantes documentem atividades práticas, projetos e reflexões, tornando visíveis competências desenvolvidas em diferentes dimensões, conforme preconiza o Decreto n. 12.456/2025 e a Portaria MEC n. 378/2025. Essa abordagem promove não apenas a consolidação do conhecimento teórico e prático, mas também o desenvolvimento de habilidades de autogestão, organização e avaliação crítica, elementos indispensáveis à formação integral de profissionais de Comércio Exterior, preparados para atuar em contextos globais dinâmicos e complexos.

O uso de metodologias ativas estabelece uma conexão significativa com a proposta de integralização da extensão, que corresponde a 10,71% da carga horária total do curso. As atividades de extensão configuram-se como um espaço privilegiado para que os estudantes transcendam os limites da sala de aula e se envolvam diretamente com a comunidade, enfrentando desafios reais e contextualizados. Essa aproximação prática promove a consolidação do conhecimento por meio da aplicação concreta de conceitos teóricos, em consonância com a abordagem do *learning by doing*, ao mesmo tempo em que estimula competências essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho colaborativo e responsabilidade social. Além disso, a integração entre ensino e extensão reforça a dimensão formativa do curso, permitindo que os discentes reconheçam o impacto social de suas ações e desenvolvam habilidades que são fundamentais para a atuação profissional no contexto contemporâneo.

Cumprе salientar que os componentes curriculares ofertados integralmente na modalidade a distância devem contemplar, em seus respectivos planos de ensino, a realização de ao menos um encontro presencial ou síncrono no início do semestre letivo, com vistas à introdução dos conteúdos, à ambientação tecnológica e ao fortalecimento do vínculo pedagógico entre docentes e discentes. Encontros adicionais, presenciais ou síncronos, poderão ser agendados de acordo com as necessidades didático-pedagógicas do componente, em consonância com o disposto no art. 5º, incisos I e II, da Resolução n. 62/2023 do COCEPE.

Do mesmo modo, os planos de ensino das disciplinas ofertadas integralmente em EaD deverão explicitar, de forma pormenorizada, o cronograma e a natureza dos encontros síncronos previstos ao longo do semestre, assegurando coerência entre as atividades propostas e os objetivos de aprendizagem. Ademais, conforme o art. 23 do Decreto nº 12.456/2025, as avaliações presenciais deverão ser realizadas de modo periódico, observando os referenciais de qualidade para os cursos de graduação (Brasil, 2025). Tais avaliações deverão ter peso preponderante na composição da nota final de cada unidade curricular e incluir, necessariamente, instrumentos que promovam o desenvolvimento de habilidades discursivas, analíticas e de síntese, de modo que esses elementos representem, no mínimo, um terço da avaliação total.

Um aspecto necessário a ser levantado diz respeito ao acompanhamento de alunos com deficiências e necessidades educativas especiais (PCDs), de forma a garantir um processo de ensino inclusivo visando a proporcionar autonomia a esses discentes. Este acompanhamento ocorre inicialmente com a emissão de um laudo através da Coordenação de Acessibilidade (COACE), que indica potenciais estratégias pedagógicas, além de preferências desses alunos com relação a conteúdos e atividades. Em um segundo momento, em reunião de colegiado, é proposto aos professores a adaptação de tarefas e de materiais didáticos de modo a proporcionar um processo de ensino inclusivo, também sob um suporte extraclasse de monitores ligados à COACE. Deste modo, é possível gerar um processo de aprendizado significativo a esses alunos, além de proporcionar a promoção da inclusão deles junto às atividades realizadas em grupo com seus colegas de classe. Além disso, existe um compartilhamento de Informações entre os docentes de modo a proporcionar uma melhor compreensão sobre o comportamento e as necessidades destes alunos com deficiência e/ou necessidades especiais, no intuito de identificar estratégias que tenham melhor receptividade ou assertividade junto ao discente.

Em linhas gerais, estes são os procedimentos metodológicos, os recursos e os materiais didáticos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem do Curso de Comércio Exterior. Como pode ser observado, tanto o aprendizado presencial quanto o aprendizado em EaD dos componentes curriculares buscarão metodologias ativas e inovadoras, de modo a colocar o aluno como protagonista, participando ativamente de sua jornada educativa. Propõem-se que todos os componentes curriculares possuam em seus planos de ensino um item dispondo expressamente sobre qual metodologia ativa vai

ser utilizada e a respectiva justificativa para o seu uso, explicando de que maneira esta metodologia se articula os objetivos a serem alcançados. O NDE irá realizar reuniões periódicas com objetivo de oportunizar os professores a compartilharem suas experiências na implementação de metodologias ativas e inovadoras em seus respectivos componentes curriculares.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é feita de acordo com o Regimento e com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel (2018). Este define as regras para a determinação do aproveitamento do ensino. Com base nas normas da UFPel, deverão ser realizadas no mínimo duas avaliações por semestre para cada componente. Por outro lado, é importante destacar que o acompanhamento dos alunos deverá ser constante para o saneamento de dúvidas ou a verificação de conhecimentos que se desenvolvem ou se apresentem em sala de aula.

As avaliações, cujos critérios são explicitados a seguir, têm por finalidade medir e acompanhar o crescimento e aprendizado dos alunos, através da coleta de resultados semestrais. Para que haja um acompanhamento real do desempenho, torna-se imprescindível que os coeficientes de aproveitamento dos trabalhos, seminários e demais avaliações sejam obrigatoriamente acrescidos de um parecer ao estudante, feitos de forma verbal ou escrita, com o objetivo de que a avaliação se torne motivadora de um contínuo crescimento.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem papel central na avaliação contínua do PPC, sendo corresponsável pela melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, “realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade” (art. 2º da Resolução COCEPE n. 22/2018) A Universidade Federal de Pelotas também conta com o Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP), que promove reuniões regulares para avaliação dos processos de ensino e aprendizagem na Universidade. Atualmente, o CCSO conta com as professoras Isabel

Teresinha Dutra Soares e Flavia Braga de Azambuja, representantes do Centro no GIP, que colaboram na orientação docente, promovendo o aprimoramento das práticas pedagógicas e a superação de dificuldades de aprendizagem ao longo da formação acadêmica.

Uma vez que o curso está comprometido com a implementação de metodologias ativas e inovadoras, o NDE irá realizar uma reunião no final de cada ciclo letivo para que os docentes apresentem as metodologias implementadas em seus respectivos componentes curriculares. O objetivo é permitir a troca de experiências nesta área, identificar os casos de sucesso e planejar as metodologias a serem adotadas no próximo ciclo letivo.

Os dispositivos formais de avaliação dos estudantes devem ser considerados a partir das diferentes especificidades dos componentes curriculares. Apesar de a aplicação de provas ser o método tradicionalmente mais utilizado, dependendo da característica do componente, os professores poderão adotar outras estratégias que considerem mais adequadas para a avaliação do aluno. Todas as regras envolvendo os tipos de avaliação adotados, datas, pesos e valores deverão ser comunicados ao estudante no início de cada semestre, a partir do plano do componente, publicado no Cobalto e disponibilizado também no e-AULA. Eventuais modificações dos critérios durante o semestre igualmente deverão ser comunicadas aos alunos dentro de um prazo razoável.

A liberdade de cátedra é um dos princípios da educação brasileira, estando expresso no art. 206, inciso III, da Constituição Federal, que diz que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” – dispositivo repetido também no art. 3º, inciso III, da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). O artigo 13º, inciso III da LDB é bastante assertivo quando afirma que os docentes incumbir-se-ão de “**zelar pela aprendizagem dos alunos**” (grifo nosso).

Não cabe ao NDE nem ao Colegiado do Curso imiscuir-se na atividade docente para determinar quais formas ou critérios de avaliação deverão ser aplicados. Estes cabem única ou exclusivamente ao professor responsável pelo componente. Abaixo são listados, **em caráter meramente exemplificativo**, alguns dos instrumentos de avaliação correntemente aplicados no Curso:

- avaliação/trabalho/prova, coletivo ou individual, de cunho teórico, com ou sem consulta, realizado em sala de aula ou em outro momento;
- organização de seminário teórico/prático apresentado pelos estudantes;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais realizados em sala de aula ou em outros momentos;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais com apresentação de relatório em seminário;
- resenha de textos, relatos críticos, artigos e monografias.

O sistema de avaliação segue rigorosamente o Regimento Geral da UFPel, que define, nos artigos 183 a 198, que a verificação da aprendizagem é feita por unidade curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A avaliação é contínua, processual e sistêmica. A frequência às aulas e às demais atividades acadêmicas é obrigatória. Independentemente dos demais resultados alcançados, é considerado reprovado na unidade curricular o aluno que não obtenha a frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e atividades ministradas. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor por meio de registros no Sistema COBALTO. É vedado o abono de faltas, admitindo-se apenas a compensação da ausência às aulas mediante a atribuição de exercícios domiciliares nos termos do regulamento e da legislação em vigor (como serviço militar ou problemas de saúde, com laudo da perícia médica).

As notas de provas e a média final são graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), admitida uma casa decimal. A média aritmética das verificações constitui a nota semestral, considerando aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0 (sete). Considerar-se-á definitivamente reprovado o aluno que obtiver média semestral inferior a 3,0 (três). O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três), com frequência igual ou superior a 75% das aulas, submeter-se-á a um exame final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. E considerar-se-á aprovado o aluno que, após realizar o exame final, obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da divisão por 2 (dois) da soma da nota semestral com a do exame final. É

assegurado ao aluno, desde que devidamente fundamentado, o direito de requerer a revisão de avaliações, até 72 horas após a realização da mesma.

Os componentes curriculares oferecidos integralmente na modalidade EaD devem, em seus planos de ensino, prever formas diversificadas de avaliação. Ademais, conforme o art. 23 do Decreto nº 12.456/2025, as avaliações presenciais deverão ser realizadas de modo periódico, observando os referenciais de qualidade para os cursos de graduação (Brasil, 2025). Tais avaliações deverão ter peso preponderante na composição da nota final de cada unidade curricular e incluir, necessariamente, instrumentos que promovam o desenvolvimento de habilidades discursivas, analíticas e de síntese, de modo que esses elementos representem, no mínimo, um terço da avaliação total.

Ao aluno que não comparecer às provas de aprendizagem é concedida outra oportunidade para realizá-las, desde que venha requerê-las na vigência do módulo e comprove: impedimento legal, motivo de doença atestada por médico e motivo de força maior. É importante destacar que se reserva ao professor o direito de definir quais as atividades de recuperação que serão adotadas, bem como o tempo previsto para a execução das mesmas.

4.3. APOIO AO DISCENTE

A UFPel possui setores voltados ao atendimento discente, com destaque para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Nesse órgão, a Coordenação de Assistência Estudantil gerencia a Casa do Estudante, espaço destinado a estudantes dos cursos da UFPel que não possuem condições de moradia, por serem de outras cidades e/ou de baixa renda. Além desse suporte, a universidade oferece diversas modalidades de auxílio, incluindo *Auxílio Moradia*, *Auxílio Deslocamento*, *Bolsa Permanência* e *Auxílio Eventos*, muitas vezes representando contribuições mensais que favorecem a fixação e mobilidade de estudantes de fora e/ou da cidade de Pelotas que enfrentam dificuldades financeiras. Mais recentemente, a PRAE instituiu a formatura institucional, lançando editais para que os prováveis formandos se inscrevam e participem de uma solenidade aberta ao público, “em uma proposta inclusiva e igualitária que oportuniza aos estudantes a colação de grau custeada pela própria Universidade” (UFPel, 2025b, s/p). Regularmente, são também

publicados Editais de Programas de Assistência Estudantil, contendo recursos voltados à retenção e conclusão dos estudos.

Em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a UFPel, por meio da PRAE, oferece atualmente uma série de programas de auxílio estudantil que abrangem alimentação, transporte, moradia e apoio ao estudo, incluindo deslocamento e pré-escolar. A participação nesses programas depende da inscrição em edital público e da aprovação após análise socioeconômica, sendo que os editais são divulgados no sítio eletrônico da Pró-Reitoria, na seção Editais (https://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenacao_de_ingresso_e_beneficios/editais/). A regulamentação de todos os programas ocorre por meio de Resoluções Normativas aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE), assegurando respaldo institucional e transparência. Para a elegibilidade, é necessário que o discente esteja regularmente matriculado em curso de graduação da UFPel, não tenha concluído outro curso superior, não tenha esgotado o prazo de permanência nos programas de assistência estudantil, conforme definido pela Resolução COCEPE nº 25/21, e possua renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos.

O *Programa Auxílio Alimentação* (PAA), regulado pela Resolução COCEPE n. 21/21 e alterada pela Resolução COCEPE n. 41/22, visa a garantir condições de segurança alimentar e nutricional a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo refeições subsidiadas nos Restaurantes Universitários (RU) da UFPel. O benefício contempla uma ou duas refeições diárias em qualquer unidade do RU, sendo que estudantes residentes na Casa do Estudante e bolsistas avaliados pela PRAE podem usufruir de até quatro refeições diárias, incluindo café da manhã, almoço, jantar e ceia. Em complemento, o *Programa de Auxílio Alimentação para Estudantes com Necessidades Alimentares Restritivas*, instituído pela Resolução COCEPE n. 44/22, destina-se a discentes que, por condições de saúde comprovadas, não podem utilizar as unidades do RU devido a restrições alimentares, sendo o auxílio concedido via depósito mensal em conta corrente, em até três modalidades distintas, conforme análise socioeconômica. Ambos os programas reforçam a política institucional de permanência estudantil, seguindo as diretrizes do PNAES e reafirmando o compromisso da universidade com a equidade no ensino superior.

No âmbito do transporte, o *Programa Auxílio Transporte*, regido pela Resolução COCEPE n. 26/21, oferece auxílio financeiro para custear parte das despesas de deslocamento no transporte coletivo urbano de Pelotas, considerando o perfil socioeconômico do estudante e a frequência de deslocamentos necessários às atividades curriculares. Já o *Programa Auxílio Deslocamento*, regulamentado pela Resolução COCEPE n. 22/21 e alterada pela Resolução COCEPE n. 35/22, destina-se a estudantes residentes fora da zona urbana de Pelotas e do município do Capão do Leão, abrangendo localidades como Colônia Z3, Colônia de Pelotas e demais municípios situados em raio de até 150 km, não podendo ser solicitado concomitantemente com o Auxílio Moradia ou a Moradia Estudantil. Os valores desses auxílios são definidos em edital, de acordo com critérios socioeconômicos, disponibilidade orçamentária e parâmetros estabelecidos pelas Resoluções COCEPE n. 05/2022 e n. 08/2022.

Para estudantes com filhos em idade pré-escolar, o *Programa Auxílio Pré-Escolar*, conforme a Resolução COCEPE n. 24/21, concede valor mensal depositado em conta corrente para custear educação infantil de filhos com idade de até 5 anos e 364 dias que residam com o beneficiário, ajustando-se valor e forma de pagamento conforme disponibilidade orçamentária e critérios socioeconômicos definidos em edital, regulamentados pela Resolução COCEPE n. 04/2022.

Em relação à moradia, o *Programa Auxílio Moradia*, regulado pela Resolução COCEPE n. 23/21 e alterada pela Resolução COCEPE n. 36/22, concede valor mensal para custear aluguel ou pensionato, prioritariamente a estudantes de outros municípios ou estados, não podendo ser solicitado concomitantemente com Auxílio Deslocamento ou Moradia Estudantil. Já o *Programa Moradia Estudantil*, conforme Resolução COCEPE n. 27/21, disponibiliza vagas em residências universitárias, localizadas na Rua 3 de Maio, n. 1212, destinadas a estudantes em situação de necessidade habitacional, sendo a concessão, critérios de seleção e manutenção regulamentados pelas Resoluções COCEPE n. 03/2022, n. 04/2022 e n. 08/2022. Ambos os programas visam a apoiar a permanência acadêmica, garantindo transparência e equidade na distribuição do auxílio.

O *Programa Auxílio Instrumental Odontológico*, normatizado pela Resolução COCEPE n. 08/2015, concede kits com instrumentos essenciais para a prática odontológica aos estudantes de graduação em Odontologia. Desta forma, assegura recursos necessários ao desenvolvimento de atividades práticas e clínicas, em

conformidade com os critérios de distribuição estabelecidos, garantindo equidade e apoio à formação acadêmica.

O *Programa de Acompanhamento Sociopsicopedagógico (PASP)*, instituído pela Resolução COCEPE n. 25/21 e alterada pela Resolução COCEPE n. 34/22, constitui iniciativa voltada ao apoio integral dos estudantes, promovendo bem-estar, desenvolvimento acadêmico e permanência no ensino superior. O PASP identifica e atende necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, emocional ou pedagógica, oferecendo acompanhamento personalizado por meio de orientação psicopedagógica, atendimento psicológico, suporte social e encaminhamentos a serviços especializados quando necessário. Além disso, adota estratégias de acompanhamento contínuo, incluindo reuniões periódicas, elaboração de planos individualizados, monitoramento do progresso acadêmico e social, e ações de prevenção e conscientização sobre saúde mental, habilidades socioemocionais e organização dos estudos. O programa articula-se com demais iniciativas de assistência estudantil, como bolsas, auxílios financeiros, moradia e transporte, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade, garantindo transparência, equidade e respeito à diversidade, pautando-se por princípios éticos e sigilo, consolidando-se como política institucional estratégica da UFPel.

A seleção para todos os programas ocorre mediante seleção pública, por meio de edital específico para cada forma de ingresso – ampla concorrência, cota social ou estudante regular com matrícula anterior ao semestre da primeira solicitação –, sendo divulgados procedimentos, prazos e resultados nos respectivos editais. O aluno deferido deve seguir os procedimentos de cadastro indicados, podendo esclarecer dúvidas junto ao Núcleo de Gestão de Programas (ngp.prae.ufpel@gmail.com), enquanto o aluno indeferido deve observar prazos e limites de recursos definidos em edital, tendo a Comissão de Assuntos e Relações Estudantis como última instância recursiva.

A PRAE conta ainda com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPAD), responsável pelo apoio e orientação emocional aos estudantes com dificuldades pessoais e/ou de aprendizado. O NUPAD também promove encontros de grupos de apoio psicológico e palestras sobre saúde mental, visando a difundir o apoio institucional fornecido.

Existe também uma política de apoio que oportuniza que discentes possam cadastrar seus filhos para que tenham acesso ao restaurante universitário. Há, atualmente, três unidades do Restaurante Universitário: uma localizada no Campus Capão do Leão, outra no Campus Anglo e uma no Campus Centro. Todas servem refeições com cardápio semanal aos estudantes que têm direito ao auxílio-alimentação, disponíveis também aos demais estudantes a preços populares.

Outro setor de destaque ao atendimento estudantil é a Coordenação de Políticas Estudantis, que desenvolve várias iniciativas, principalmente a partir de editais de fomento, voltadas a temas e ações tais como bolsas para a iniciação ao trabalho, editais para a realização de eventos acadêmicos, bolsas de desenvolvimento institucional, além das já mencionadas cerimônias de formaturas institucionais. Existem também editais específicos para fomentar a permanência de estudantes de origem indígena ou quilombola.

A PRE possui também vários canais de atendimento e suporte aos estudantes, tais como a Coordenação de Pedagogia Universitária (CPU) e a Coordenação de Ensino e Currículo (CEC), responsáveis pela interlocução pedagógica entre alunos e professores. A Coordenação de Políticas e Tecnologias para o EaD (CPTED) propicia, para o contexto educativo da UFPel, cursos de curta duração que tem como foco a ambientalização dos estudantes na Plataforma Institucional para o uso de tecnologias educacionais digitais. Além disso, há ressaltar-se o sítio eletrônico <http://atendimento.ufpel.edu.br>, que dá suporte aos estudantes em caso de dúvidas sobre o funcionamento e utilização do ambiente virtual de aprendizagem, no caso, o e-AULA¹².

Em sintonia com os objetivos estratégicos elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Conselho Universitário da UFPel, em julho de 2016, aprovou a Resolução n. 08, que trata da aprovação do Plano Institucional de Acessibilidade, visando a “articular, fomentar e consolidar uma política de acessibilidade e inclusão na UFPel, promovendo adequação frente às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, informação e comunicação, a fim de promover a acessibilidade e a permanência dos alunos, docentes e técnico-administrativos com deficiência na comunidade universitária”.

¹² A Seção 10 abordará de forma detalhada o e-Aula e demais plataformas digitais utilizadas como ambientes virtuais de aprendizagem.

Em março de 2025, o Conselho Universitário da UFPel aprovou uma ampla reestruturação administrativa proposta pela nova Administração Central, empossada em janeiro do mesmo ano. Entre as mudanças mais significativas esteve a unificação das Pró-Reitorias Administrativa e de Planejamento e Desenvolvimento, que passaram a constituir a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Essa fusão possibilitou a liberação de cargos e funções que viabilizaram a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), um marco institucional de grande relevância para a universidade.

Com a criação da PROAFE, a UFPel passou a integrar um grupo restrito de universidades brasileiras – e especialmente raro entre as instituições da região Sul – que possuem, em seu organograma, uma estrutura administrativa dedicada às pautas de equidade, diversidade e inclusão. Trata-se de um momento histórico para uma instituição pública situada em um país ainda profundamente atravessado por desigualdades, preconceitos e violências estruturais. A nova Pró-Reitoria assume, assim, a responsabilidade de desenvolver políticas e estratégias voltadas à promoção de um ambiente universitário mais acolhedor e inclusivo, contemplando grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, indígenas, com deficiência, no espectro autista, com altas habilidades ou superdotação, bem como mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Para a execução dessas políticas, a PROAFE organiza-se em duas coordenações: a Coordenação de Relações Étnico-Raciais, Diversidade e Gênero (CORDIGEN) e a Coordenação de Acessibilidade (COACE), além do Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD). A COACE, por sua vez, abrange três órgãos: a Comissão de Apoio ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (CONAI), a Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e a Seção de Intérpretes de Libras (SI).

A SAEE é responsável por promover ações de acessibilidade e inclusão para estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Suas atividades envolvem tutorias, orientações pedagógicas a docentes e cursos, elaboração de recursos adaptados, divulgação de tecnologias assistivas e outras iniciativas voltadas à eliminação de barreiras no processo de ensino-aprendizagem. Já a Seção de Intérpretes de Libras tem como atribuição prestar serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais para a comunidade surda da UFPel, assegurando a comunicação e o acesso pleno às atividades acadêmicas. O CONAI,

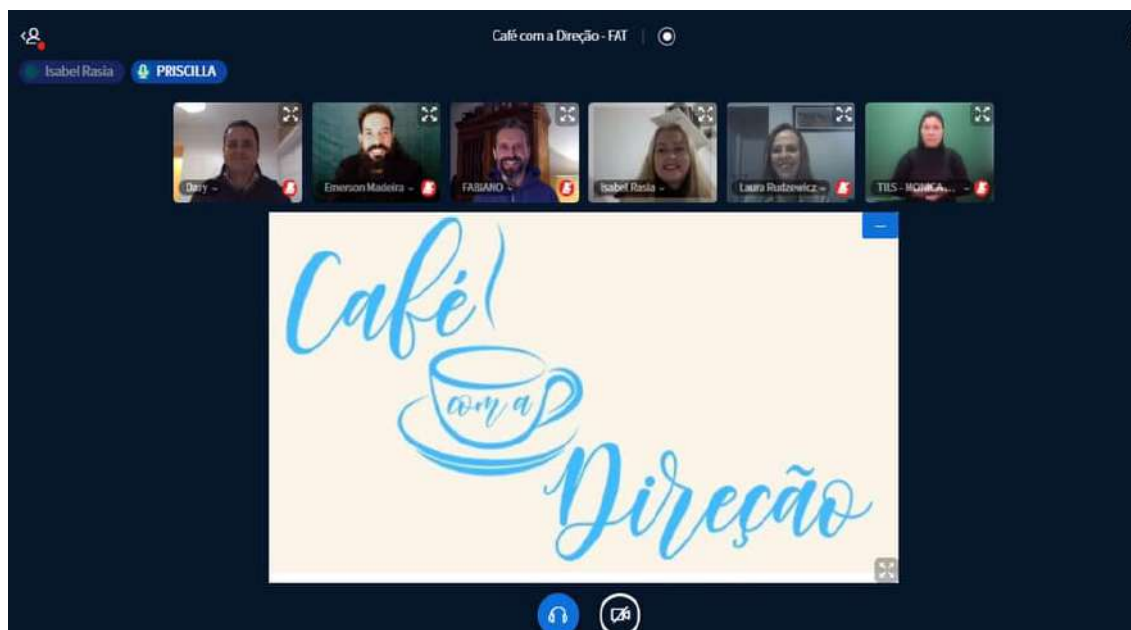
por sua parte, tem a função de assessorar e oferecer suporte técnico e operacional ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, especialmente na formulação e execução de políticas e normas institucionais relacionadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A COACE, como estrutura integradora, assume a responsabilidade de gerenciar e articular as ações de acessibilidade e inclusão na UFPel. Entre suas atribuições estão a identificação da população com deficiência por meio de autodeclaração, a adequação de espaços físicos e prédios universitários, e a oferta de suporte técnico e pedagógico aos cursos e docentes. O núcleo elabora documentos orientadores com recomendações de estratégias didáticas e metodologias alternativas, tanto no campo da aprendizagem quanto na avaliação, além de apoiar projetos de extensão e pesquisa voltados à promoção da acessibilidade. Atua ainda em parceria com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPADI), da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e realiza capacitações para técnicos-administrativos vinculados à COACE.

Além disso, o setor recebe e analisa demandas oriundas do corpo docente, discente e técnico-administrativo, promovendo a aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas e conduzindo processos administrativos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência na universidade. Entre suas atividades destacam-se também a oferta de serviços de tradução e interpretação de Libras em cursos de graduação e pós-graduação, em reuniões institucionais, defesas de teses e dissertações, assegurando que a inclusão seja efetivamente incorporada às práticas cotidianas da vida acadêmica. No âmbito do Curso, o Colegiado buscará estar atento às necessidades específicas dos alunos que demonstrem dificuldades de acompanhamento dos componentes ou problemas de frequência, encaminhando, conforme o caso, ao apoio discente oportunizado pela PRAE/UFPel. Quando os estudantes procurarem pela Coordenação do Curso, esta dará o primeiro atendimento para posterior encaminhamento junto aos setores responsáveis.

O Centro de Ciências Sócio-Organizacionais é reconhecido pela sua relação harmônica entre docentes, técnicos-administrativos e discentes. Há muitas iniciativas promovidas com o intuito de integrar e fornecer apoio aos alunos. O *Café com a Direção*, por exemplo, é uma iniciativa que promove encontros regulares da Direção do CCSO com estudantes de todos os cursos, para ouvir suas demandas e necessidades.

FIGURA 9: CAFÉ COM A DIREÇÃO



Fonte: Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, 2021.

Outra iniciativa promovida pela Direção da unidade é o *Conexão CCSO*, programa que visa a promover palestras, encontros e atividades de extensão voltadas ao desenvolvimento acadêmico, profissional e social dos estudantes. O projeto tem como objetivo principal oferecer aos discentes oportunidades de aproximação com o mundo do trabalho, fomentando a reflexão sobre empreendedorismo, direitos humanos e demais temas transversais de interesse comum a todos os cursos do CCSO. Além de contribuir para a formação integral dos estudantes, o *Conexão CCSO* busca fortalecer a integração entre os diferentes cursos da unidade e ampliar o diálogo entre academia e sociedade, promovendo experiências que extrapolam o currículo formal. Essa iniciativa representa a continuidade e ampliação do antigo *Conexão FAT*, preservando seu caráter de espaço de aprendizado complementar e de interação, mas agora abrangendo de forma mais ampla os cursos do CCSO, o que permite atingir um público mais diversificado e estimular debates interdisciplinares.

FIGURA 10: CONEXÃO CCSO



Fonte: Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, 2021.

Além disso, o projeto *Acolhida CCSO* tem se consolidado como uma referência dentro da UFPel, sendo reconhecido pela sua capacidade de integrar e orientar os estudantes ingressantes desde os primeiros dias de suas trajetórias acadêmicas. Trata-se de um conjunto estruturado de ações voltadas aos calouros dos cursos de graduação, com o objetivo de promovê-los a uma integração plena à vida acadêmica, social e cultural do CCSO. A iniciativa envolve a recepção dos ingressantes pela comunidade do CCSO, composta por docentes, técnicos administrativos e estudantes veteranos, bem como a prestação de informações detalhadas sobre o funcionamento da universidade, seus órgãos, serviços de apoio estudantil e setores administrativos. Entre as atividades promovidas estão o *tour* pelas instalações da UFPel, que permite aos alunos conhecerem laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência, a realização de piqueniques de confraternização e encontros informativos que combinam aspectos culturais e institucionais, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica. A *Acolhida CCSO* ainda se beneficia da parceria com projetos de ensino, pesquisa e extensão, ampliando a oferta de experiências práticas e atividades interdisciplinares, e se inspira em práticas de integração observadas em programas de boas-vindas de universidades brasileiras, que destacam a importância da socialização, do apoio institucional e da construção de vínculos acadêmicos e sociais desde o início do curso. Assim, não apenas orienta os ingressantes

sobre os aspectos administrativos e acadêmicos da universidade, mas também contribui para a formação de uma identidade coletiva, promovendo a coesão entre os diferentes cursos do CCSO e incentivando a participação ativa dos estudantes na vida universitária.

FIGURA 11: ACOLHIDA CCSO



Fonte: Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, 2022.

Outra ação digna de destaque é o evento intitulado *Café com a Coordenação*, realizado no âmbito do projeto de extensão “Comunicação Organizacional e Pública para o Curso de Comércio Exterior”. Esses encontros têm como objetivo criar um espaço de diálogo e prática democrática, onde a Coordenação do Curso de Comércio Exterior se reúne com todos os estudantes para discutir o andamento do curso. Durante essas reuniões, são colhidas dúvidas, sugestões e reclamações, além de serem projetadas iniciativas que visem à melhoria do ambiente acadêmico.

FIGURA 12: CAFÉ COM A COORDENAÇÃO



Fonte: Comércio Exterior, 2024.

Em linhas gerais, estes são os movimentos cotidianos e presentes na Universidade Federal de Pelotas, que buscam oferecer apoio a seus discentes.

5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

5.1. COLEGIADO DO CURSO

As atribuições do Colegiado seguem as definições estabelecidas pelo Estatuto da UFPel, artigos 65 a 67 e pelo Regimento Geral da UFPel, artigos 122 a 126, destacando que o Colegiado é o órgão de coordenação didática, tendo por premissa coordenar e supervisionar o Curso de Comércio Exterior no âmbito do ensino. De acordo com o art. 11º do Regimento do CCSO, o Colegiado é composto por docentes responsáveis por componentes do Curso e representantes discentes.

Os membros do Colegiado devem participar das reuniões, sempre que convocados pelo Coordenador. Nestas oportunidades, são tratados os mais variados temas – pedagógicos, institucionais, administrativos, etc. – que são analisados, debatidos e deliberados. A definição e organização das pautas das reuniões, assim como a condução das mesmas é de responsabilidade do Coordenador do Curso. As pautas também podem ser solicitadas pelos integrantes do Colegiado, pela direção do CCSO ou podem mesmo partir de demandas oriundas da Administração Central da UFPel.

Segundo o Regimento da UFPel, são ainda atribuições do Colegiado do Curso:

- coordenar e supervisionar o Curso;
- receber reclamações e recursos na área do ensino;
- apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
- elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- propor ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes;
- emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;

- assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;
- estabelecer normas para o desempenho de professores orientadores;
- emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
- aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
- aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;
- propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;
- elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A Coordenação do Curso, ligada ao Colegiado do Curso, possui as suas atribuições alinhadas com o estabelecido pelo Regimento Geral da UFPel, artigo 127, sendo responsável por presidir os trabalhos do Colegiado e regular o funcionamento do curso. São atribuições do Coordenador:

- integrar o Conselho Universitário, quando for o caso;
- presidir os trabalhos do Colegiado do Curso;
- responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;
- fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;
- coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
- designar os professores-orientadores;
- receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado do Curso;

- solicitar aos Chefes de Departamento as providências necessárias ao regular funcionamento do Curso;
- cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado do Curso;
- assegurar o regular o funcionamento do Colegiado do Curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- comunicar o Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado.

O Colegiado do Curso possui um regimento interno, aprovado pelo Parecer Normativo COCEPE n. 85, de 27 de outubro de 2022 (Apêndice 2). Conforme essa regulamentação, a composição do Colegiado inclui: (a) o Coordenador do Curso; (b) o Coordenador Adjunto; (c) dois representantes docentes, eleitos em chapa (titular e suplente) por seus pares; (d) um representante discente, também eleito em chapa (titular e suplente) por seus colegas.

Os candidatos aos cargos de Coordenador, Coordenador Adjunto e Representante Docente devem ser professores da Carreira do Magistério Superior da UFPel, integrantes do quadro permanente ativo, que estejam ministrando ou tenham ministrado disciplinas obrigatórias ou optativas do Curso de Comércio Exterior nos últimos três anos, a contar da data de publicação do Edital de Eleição. O mandato para tais cargos é de dois anos, com possibilidade de recondução. Já o representante discente deve ser um aluno regularmente matriculado no curso, eleito para um mandato de um ano, sendo permitida uma única recondução.

De acordo com a Portaria Interna CCSO n. 33, de 19 de setembro de 2025, o Colegiado do Curso de Comércio Exterior é composto por Daniel Lena Marchiori Neto (Coordenador), Luciano Vaz Ferreira (Coordenador Adjunto), Isabel Teresinha Dutra Soares (Representante Docente Titular), Patrícia Schneider Severo (Representante Docente Suplente), Larissa Ferreira Tavares (Representante Docente Titular), Luciano Vaz Ferreira (Representante Docente Suplente), Fillipe de Oliveira Marrero (Representante Discente Titular) e Luisa Macedo Correa (Representante Discente Suplente).

5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE tem caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do Curso, responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico do Curso e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e da consolidação do mesmo. O NDE está de acordo com a Resolução CONAES n. 01 de 17 de junho de 2010 e Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018, que define, no artigo 2º, suas atribuições:

- I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
- II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
- III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
- VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
- VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
- VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;
- IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou credenciamento institucional;
- X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

O relatório referendado de bibliografias, conforme previsto no art. 2º, inciso IX, da Resolução COCEPE 22/2018, foi homologado durante a sétima reunião do NDE do

ano de 2025, como consta no Apêndice 1. É importante destacar que as responsabilidades do NDE do Curso de Comércio Exterior devem ser constantemente revisadas, especialmente em casos de atualização de normativas estabelecidas pela UFPel. Nessas circunstâncias, o NDE precisa se adaptar rapidamente para atender às novas diretrizes. Adicionalmente, quando algum integrante não puder cumprir com suas obrigações no NDE, os membros têm a prerrogativa de votar pela substituição, garantindo a continuidade das atividades. Posteriormente, a presidência do NDE deve comunicar essa decisão ao Colegiado do Curso para que um novo integrante seja designado.

Outro ponto relevante, conforme delineado neste projeto pedagógico, é o compromisso do Curso com a adoção de metodologias ativas e inovadoras de ensino. Nesse sentido, o NDE promoverá uma reunião ao final de cada ciclo letivo para que os docentes apresentem as metodologias aplicadas em seus componentes curriculares. O objetivo é promover a troca de experiências, identificar práticas bem-sucedidas e planejar as metodologias a serem implementadas no ciclo seguinte, buscando aprimorar continuamente o processo de ensino-aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante conta com um regimento interno, aprovado pela Resolução do Colegiado do Curso de Comércio Exterior n. 01, de 27 de setembro de 2022 (Apêndice 3). Segundo essa resolução, o NDE é composto pelo Coordenador do Curso, que exerce a função de presidente, e por quatro docentes vinculados ao curso, eleitos pelo Colegiado. São considerados docentes pertencentes ao curso aqueles integrantes da Carreira do Magistério Superior Federal da UFPel, que fazem parte do quadro permanente ativo e que estejam ministrando ou tenham ministrado, nos últimos três anos, disciplinas obrigatórias ou optativas do Curso de Comércio Exterior. O mandato dos membros do NDE é de três anos, sendo permitida a recondução.

Conforme a Portaria Interna CCSO n. 17, de 04 de setembro de 2024, o Núcleo Docente Estruturante atualmente é composto pelo professor Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), e pelos professores Isabel Teresinha Dutra Soares, Patrícia Schneider Severo, Larissa Ferreira Tavares e Luciano Vaz Ferreira.

5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

A avaliação continuada do curso, do currículo e do corpo docente é realizada ao final de cada semestre pelos alunos, por meio de um instrumento único utilizado por toda a universidade. Esse instrumento é desenvolvido e gerido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA-UFPEL) e disponibilizado de forma anônima aos estudantes através do sistema COBALTO. Além de promover a transparência, a avaliação anônima incentiva uma participação mais honesta e crítica dos estudantes.

Os docentes têm acesso ao *feedback* sobre seu desempenho em cada componente curricular ministrado, semestralmente. Essa avaliação é diretamente ligada à pontuação no Relatório Anual de Atividades Docentes, que influencia na progressão funcional dos professores, gerando uma conexão clara entre o desempenho em sala de aula e o avanço na carreira. Isso estimula os docentes a buscarem um contínuo aprimoramento pedagógico, especialmente ao identificarem áreas de desenvolvimento por meio do *feedback* recebido.

A avaliação não apenas mede o desempenho passado, mas também integra o processo de implementação e aferição dos resultados obtidos, comparando-os com os resultados esperados. Dessa forma, oferece uma visão abrangente sobre a eficácia do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), permitindo identificar se os objetivos estão sendo alcançados ou se há necessidade de intervenções, tais como:

- Qualificação ou capacitação docente continuada;
- Reestruturação dos componentes curriculares para melhor adequação às demandas atuais do mercado;
- Revisão e ampliação da bibliografia utilizada;
- Adoção de novas tecnologias e metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem;
- Desenvolvimento de espaços de diálogo e *workshops* entre docentes e discentes para discutir as melhorias sugeridas.

Essas informações são cruciais para o planejamento e análise contínua em reuniões pedagógicas do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso.

A partir desses encontros, decisões estratégicas podem ser tomadas para a evolução do curso, garantindo sua relevância no contexto acadêmico e profissional.

Além da avaliação realizada pelos estudantes a cada semestre, o curso e seu currículo passam, periodicamente, por uma revisão conduzida a partir de um instrumento específico, elaborado e aplicado pelo NDE. Esse instrumento é destinado a todos os alunos do curso e conta com ampla divulgação, de modo a incentivar a participação discente. A avaliação contempla múltiplas dimensões, como a organização curricular, a qualidade das disciplinas, o desempenho docente, a infraestrutura disponível, os recursos pedagógicos utilizados e a adequação entre os conteúdos ofertados e as demandas do mercado de trabalho (Apêndice 6).

FIGURA 13: DIVULGAÇÃO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DISCENTE



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

A participação estudantil é essencial para que o NDE identifique conquistas já consolidadas e pontos que exigem aprimoramento, fortalecendo, de forma contínua, o projeto pedagógico do curso. Além de subsidiar o planejamento de melhorias, os resultados obtidos qualificam o diálogo entre a comunidade acadêmica e a gestão, promovendo uma cultura de escuta, corresponsabilidade e engajamento coletivo. Os resultados são sistematicamente apresentados e debatidos em reuniões do colegiado, assegurando que as mudanças necessárias sejam implementadas de maneira ágil, eficaz e alinhada às necessidades do curso e de seus estudantes.

Outra importante ferramenta de análise é a pesquisa realizada com egressos. Ao avaliar suas colocações no mundo do trabalho e obter *feedback* sobre a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, o curso pode manter uma análise constante da pertinência de seu currículo. Tal monitoramento não apenas reforça a atualização curricular, mas também fortalece o vínculo com ex-alunos, que podem contribuir para a melhoria contínua da formação acadêmica e para o sucesso profissional dos futuros graduandos.

6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos deve permitir ao Curso conhecer os resultados de sua formação, seja na área acadêmica, na inserção no campo de trabalho ou até na descontinuidade da atuação na área. Uma pesquisa eficiente de acompanhamento fornece informações importantes para direcionar mudanças e ajustes na estrutura curricular, além da análise em relação ao perfil profissional pretendido e atingido pelos egressos.

No Curso de Comércio Exterior, a interlocução com os egressos ocorre de forma permanente, para que eles possam ser chamados para continuar colaborando com o aperfeiçoamento do curso. Suas trajetórias de sucesso também podem servir de inspiração aos alunos que estão concluindo o curso e se preparando para o mundo do trabalho. Periodicamente, serão promovidas palestras e rodas de conversas com a participação dos egressos, com o objetivo de apresentar as perspectivas atuais de inserção profissional e empregabilidade na área.

A UFPel estabeleceu o Portal do Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/egresso/>) e o Portal para Acompanhamento de Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/ifcc/>), suporte comum

para o trato com egressos dos cursos da Universidade. O Portal do Egresso é uma ação da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Tem como propósito acompanhar os profissionais formados pela instituição e, através das informações registradas pelos ex-alunos, identificar o índice de sucesso da instituição com base na inserção de seus egressos no mundo do trabalho. A *Pesquisa do Egresso* proporciona um diagnóstico que auxilia na identificação de potenciais melhorias no Curso.

Ao final de cada semestre, os formandos são cadastrados no Portal e estimulados a fazer depoimentos sobre o Curso e sua contribuição para a trajetória profissional. Cabe também ao Colegiado do Curso atualizar e registrar essas informações a cada semestre, assim como acompanhar as considerações feitas no Portal para fins de avaliação e revisão do PPC.

Prevê-se, ainda, que a Coordenação do Curso realize, de forma periódica, a mensuração do grau de satisfação dos egressos em relação à formação recebida. Esse processo será conduzido por meio de questionário on-line, estruturado com escalas reconhecidas e validadas internacionalmente, além de questões subjetivas, de modo a garantir confiabilidade e comparabilidade dos resultados. Os dados coletados serão transformados em indicadores estratégicos que permitirão acompanhar, ao longo do tempo, a performance do Curso e sua aderência às demandas sociais e do mercado de trabalho.

A proposta é constituir um banco de dados sólido e sistemático que viabilize análises quantitativas e qualitativas sobre diferentes aspectos da trajetória acadêmica e profissional dos egressos. Esse repositório permitirá identificar os pontos fortes do Curso, bem como fragilidades e oportunidades de melhoria, além de reunir críticas e sugestões que subsidiem a tomada de decisão da Coordenação e do NDE no processo de revisão e atualização do Projeto Pedagógico.

Entre os aspectos a serem avaliados, incluem-se: os setores de atuação profissional dos egressos, o perfil das organizações empregadoras, a remuneração média, a realização de cursos de pós-graduação (instituição, área e período de realização), o tipo de cargo ocupado e o nível de responsabilidade assumido. Além disso, busca-se compreender em que medida os egressos se sentiram acolhidos, orientados, bem recebidos e seguros

durante sua permanência no curso de graduação, de modo a avaliar a dimensão formativa também sob a perspectiva do ambiente institucional e do apoio pedagógico.

A aplicação do instrumento de pesquisa será realizada com o apoio do NDE, garantindo que os indicadores estejam alinhados às diretrizes institucionais e às políticas de avaliação da Universidade. Os resultados obtidos serão sistematicamente socializados com a comunidade acadêmica, assegurando transparência e promovendo a cultura de autoavaliação e melhoria contínua.

O Curso formou sua primeira turma em maio de 2025, e a Coordenação prevê o início da pesquisa com egressos a partir do primeiro semestre letivo de 2027, por meio do formulário específico de acompanhamento (Apêndice 7). Essa estratégia permitirá que os dados coletados abranjam um número significativo de profissionais já inseridos no mercado de trabalho, ampliando a relevância e a aplicabilidade das informações geradas para o aprimoramento do Curso.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A Resolução COCEPE n. 94/2025 regulamenta os Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFPel. Em seu art. 1º, define as diretrizes e procedimentos administrativos para a submissão, execução e avaliação dos Programas e Projetos nessas quatro dimensões. O art. 2º ressalta a importância da articulação desses projetos com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os cursos de graduação e/ou pós-graduação, promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Essa resolução introduz a submissão de Projetos Unificados, com cadastro único para ações em Ensino, Pesquisa e/ou Extensão, refletindo a indissociabilidade entre esses âmbitos, ainda que um projeto possa enfatizar uma dessas áreas. Por exemplo, um projeto pode ser voltado principalmente para Pesquisa, mas incluir ações de Ensino e Extensão.

No Curso de Comércio Exterior, os Projetos Unificados coordenados pelo corpo docente seguem essa lógica de integração. A participação discente é constantemente incentivada, visto que os alunos precisam cumprir horas de Formação Complementar,

conforme a seção 3.8 do PPC. Diversas iniciativas têm contado com o apoio financeiro de agências como CNPq, FAPERGS, além de editais próprios da UFPel.

A seguir, apresenta-se a lista de Projetos Unificados do Programa COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior, coordenados pela equipe docente, ativos no ano de 2025:

QUADRO 8: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS DO COMEXLab EM 2024

Título	Ênfase	Coordenador
Ensinando Direito para não juristas	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
COMEX TALK	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Projeto de Permanência e Qualidade Acadêmica do Curso de Comércio Exterior	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Contabilidade, Finanças e Cenários Macroeconômicos em Debate	ENSINO	Patrícia Schneider Severo
Grupo de Estudos sobre Gestão de Crises (GECRIS)	ENSINO	Luciano Vaz Ferreira
Economia Brasileira e Comércio Exterior	ENSINO	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino
Constituição nas Escolas	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Comunicação organizacional e pública para o Curso de Comércio Exterior	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Conectando Fronteiras: popularizando o comércio exterior no Instagram	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
RESPONET - Responsabilidade na Internet	EXTENSÃO	Luciano Vaz Ferreira
Sintonia Global: Podcast do Curso de Comércio Exterior da UFPel	EXTENSÃO	Luciano Vaz Ferreira
Conjuntura de Comércio Exterior	EXTENSÃO	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino
Direitos Humanos e Democracia: uma difícil relação	PESQUISA	Daniel Lena Marchiori Neto
NOVA STRA – Novos Atores Internacionais da Indústria Espacial	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
INFRACIBER – Políticas de Cibersegurança para Infraestruturas Críticas no Brasil	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
INFRACIBER – Políticas de Cibersegurança para infraestruturas críticas no Brasil	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
Defesa Civil: ampliando as capacidades estatais	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior	PESQUISA	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O Curso de Comércio Exterior é lotado no Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) junto aos cursos de Bacharelado em Administração (vespertino e noturno), Bacharelado em Turismo, Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e em Gestão Pública. O CCSO incentiva a formação acadêmica através de ações interdisciplinares, da flexibilidade curricular e da mobilidade acadêmica. Para tanto, promove palestras e eventos conjuntos, tendo em vista que o corpo docente é compartilhado entre os diversos cursos.

A busca por uma maior integração é frequentemente enfatizada pela Direção do Centro e pelos coordenadores. Diversas iniciativas podem ser enumeradas neste sentido, como os já mencionados *Café com a Direção*, *Conexão CCSO* e o projeto *Acolhida CCSO*. Vale ressaltar também que o CCSO conta com um periódico que abarca a pesquisa desenvolvida em todo o centro, a *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT* (ISSN 2316-5812).

Há que se destacar, ainda, a forte interdependência e relação entre os cursos de gestão do CCSO, com compartilhamento de professores, infraestrutura física, tecnológica e recursos. A estrutura de Centro – recentemente adotada pela unidade – facilita a mobilidade, a interdisciplinaridade e a complementaridade de recursos, uma vez que os docentes não estão segmentados em Departamentos.

No que tange à Matriz Curricular do Curso, entendendo que a visão plural contribui para a formação de um agente mais crítico e responsável sobre as práticas organizacionais, os discentes do Curso de Comércio Exterior são incentivados a realizar componentes em outros cursos, na modalidade de matrícula especial, sendo tais créditos passíveis de cômputo como Componentes Optativos e Formação Complementar. Ressalta-se também, como fator de integração, o fato de que componentes obrigatórios/optativos do Curso de Comércio Exterior são também componentes obrigatórios/optativos em outros Cursos.

No âmbito da pós-graduação, o CCSO oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, o Curso de Especialização em Gestão Pública EaD (através do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB), o MBA

Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios e um programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Os egressos do Curso de Comércio Exterior encontram, assim, espaços locais para qualificação em nível de pós-graduação. Enquanto ainda matriculados no Curso, os estudantes têm a oportunidade de participar de eventos promovidos pela Pós-Graduação, partilhar grupos de pesquisa com pós-graduandos e acompanhar defesas de trabalhos de conclusão.

É importante destacar, por fim, que o corpo docente do Curso de Comércio Exterior possui grande experiência com a pós-graduação *stricto sensu*. Grande parte dos professores atua no curso de mestrado oferecido pelo CCSO, bem como de outras unidades acadêmica da UFPel e de outras instituições públicas.

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A tecnologia como suporte ao processo de ensino-aprendizagem é bastante relevante no contexto do Curso de Comércio Exterior. Informações relacionadas à estrutura do Curso, docentes, avisos, documentos, além de informações pertinentes à comunidade em geral, poderão ser acessados através do Portal Institucional da UFPel. O Curso também oferece acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado institucionalmente pela UFPel, que envolve uma plataforma para componentes (<https://e-aula.ufpel.edu.br/>), uma para projetos (<https://e-projeto.ufpel.edu.br/>) e uma ferramenta de videoconferência (<http://webconf.ufpel.edu.br/>).

No Curso de Comércio Exterior, o uso de tecnologias de informação e comunicação é previsto nas unidades curriculares, uma vez que a maioria dos componentes possui quatro créditos teóricos presenciais e um crédito EaD¹³. A carga

¹³ As exceções a essa regra são os seguintes componentes: “Fundamentos de Administração (EaD)”, “Cidadania e Direitos Humanos (EaD)”, “Seminários Avançados em Comércio Exterior I” (EaD), “Seminários Avançados em Comércio Exterior II” (EaD), “Comércio Internacional e Eletrônico (EaD)” e “Empreendedorismo (EaD)” (cinco créditos EaD); “Oficina de Extensão I” e “Oficina de Extensão II” (seis créditos práticos de extensão); e “Língua Brasileira de Sinais I – Libras I” e “Língua Brasileira de Sinais – Libras II” (4 créditos teóricos presenciais). Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização

horária EaD é regulamentada pelo art. 10º § 1º do Decreto n. 12.456/2025, que autoriza a inclusão de carga horária de ensino a distância até o limite de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso. Tanto as atividades a distância quanto o suporte digital aos componentes presenciais são efetivados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal de Pelotas.

Em relação à infraestrutura em tecnologias de informação e comunicação, os alunos, técnicos professores têm à disposição computadores em sala de aula com equipamentos *datashow*; redes de internet sem fio nas salas de aula e espaços comuns do CCSO; salas de estudo com computadores na biblioteca e em laboratórios de informática. Destaca-se, ainda, o acesso facilitado à biblioteca digital da UFPel por meio do sistema *Pergamum* (<https://pergamum.ufpel.edu.br/>), que permite aos estudantes consultar o acervo físico e digital, realizar empréstimos e renovações de livros, bem como acessar os periódicos da CAPES (também disponíveis no *website* da UFPel).

Pelo *Pergamum*, os alunos também têm acesso à plataforma digital *Minha Biblioteca*, que disponibiliza quase sete mil títulos técnicos, científicos e profissionais, abrangendo todas as áreas do conhecimento. O acervo reúne obras das principais editoras acadêmicas do país, como Grupo A, Grupo Editorial Nacional, Atlas, Manole e Saraiva, além de 21 selos editoriais associados. A plataforma oferece funcionalidades que enriquecem a experiência do usuário, como a possibilidade de acesso simultâneo aos conteúdos, realização de realces e anotações, organização personalizada de obras favoritas e consulta a partir de qualquer dispositivo conectado à internet. Um diferencial relevante é a constante atualização do catálogo, com a incorporação automática de novos títulos e edições revisadas, assegurando acesso a informações atuais e pertinentes para o processo de aprendizagem.

Além disso, o *Pergamum* possibilita o acesso ao repositório institucional *Guaiaca*, espaço digital destinado a reunir, preservar, organizar e dar visibilidade à produção acadêmica, científica, técnica, artística e cultural da UFPel. Funcionando como uma verdadeira biblioteca virtual, o *Guaiaca* disponibiliza, em acesso aberto, diferentes tipos de materiais produzidos pela comunidade acadêmica — como livros, artigos, trabalhos

de extensão e outras produções —, garantindo consulta integral e gratuita, 24 horas por dia, sete dias por semana.

O relacionamento com os discentes do Curso (componentes, notas, mensagens, presença, entre outros atributos) é mediado através da plataforma institucional Cobalto (<https://cobalto.ufpel.edu.br/>). Deste modo, os discentes podem ter acesso às informações relacionadas ao seu dia a dia na instituição, permitindo também a comunicação e documentação de mensagens com os professores e entre os próprios discentes. Essa plataforma permite a gestão educacional, além de possibilitar o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Outra tecnologia institucional a ser destacada é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI – <https://sei.ufpel.edu.br/>), permitindo que os processos relacionados a discentes, docentes e técnicos administrativos possam ser tramitados digitalmente de maneira ágil e transparente, além de estarem vinculados a órgãos superiores da UFPel.

Após anos de experiências bem-sucedidas no ensino a distância, conduzidas pelo Núcleo de Apoio a Tecnologias Educacionais (NATE) e pela Coordenação de Programas de Educação a Distância (CPED), em 2021 esses órgãos foram extintos e reestruturados, dando origem ao Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), inicialmente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. A criação do NUPED atendeu à necessidade de institucionalizar a modalidade na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sobretudo em razão da adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Desde sua implantação, o núcleo desempenhou papel fundamental na ampliação da oferta de cursos de graduação e especialização, na produção de materiais educacionais, na formação de docentes e no suporte técnico e pedagógico às atividades vinculadas à EaD.

Em 2025, uma nova reestruturação administrativa na UFPel levou à criação da Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED), vinculada à Vice-Reitoria, incorporando em sua estrutura o Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED). Essa mudança evidenciou a elevação do status institucional da área, bem como o fortalecimento da integração entre a graduação e a pós-graduação. A CPTED passou a ser responsável pelo planejamento, pela gestão e pelo acompanhamento das ações relacionadas à Educação a Distância, assumindo a formulação e a implementação de políticas, diretrizes e normas destinadas a assegurar a qualidade, a inovação e a

expansão da oferta de cursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão da CPTED consiste em desenvolver, fomentar e consolidar políticas e práticas inovadoras em educação a distância e em tecnologias aplicadas ao ensino, com o propósito de democratizar o acesso ao conhecimento, promover a qualidade da formação acadêmica e ampliar a inclusão digital. Nesse sentido, a coordenação atua tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, coordenando projetos e ações vinculados ao Sistema UAB, apoiando a elaboração de materiais didáticos digitais, promovendo programas de formação em tecnologias educacionais e estimulando o uso pedagógico de ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle. Além disso, desempenha papel relevante no incentivo à pesquisa e à inovação em práticas educacionais mediadas por tecnologia, fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades da CPTED estão orientadas por princípios que consolidam sua relevância acadêmica e social. Entre eles, destacam-se o compromisso com o acesso democrático à educação, a busca pela qualidade acadêmica e pela inovação, a valorização da inclusão e da acessibilidade, o estímulo à colaboração interinstitucional e a promoção da sustentabilidade e da ética no uso das tecnologias. Tais fundamentos expressam a concepção de uma educação a distância comprometida não apenas com a expansão quantitativa da oferta, mas também com a excelência e a responsabilidade social no uso de recursos tecnológicos.

Dessa forma, a trajetória que vai do NATE até o NUPED, até a consolidação da CPTED revela não apenas a institucionalização da EaD na UFPel, mas também a sua transformação em uma dimensão estratégica para a universidade. Ao alinhar missão, atribuições e princípios, a coordenação reafirma o papel da educação a distância como vetor de inovação pedagógica, democratização do ensino superior e integração entre diferentes níveis e modalidades de formação acadêmica.

A estrutura do CPTED é composta pela Seção de Apoio Tecnológico (SATE) e pelo Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED). A SATE tem o compromisso de prestar apoio e oferecer formação para a utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na cocriação de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Busca desenvolver métodos ativos e eficazes para os processos de ensino, aprendizagem e avaliação, fortalecendo a prática docente em suas diversas dimensões.

Entre suas atribuições estão o incentivo ao uso de tecnologias educacionais, a preparação de materiais didáticos, a produção de Recursos Educacionais Abertos (REAs) e a formação de docentes para o uso dessas ferramentas.

O NUPED, por sua vez, é responsável pela proposição e implementação de políticas institucionais, metodologias pedagógicas e suporte tecnológico para o uso de TDICs na Universidade. Atua como referência em acessibilidade, inclusão e práticas em educação mediada por plataformas digitais.

Em sua estrutura, conta com a Seção de Políticas Institucionais para EaD (SPIEAD), responsável pela formulação de políticas para a educação a distância e pelo apoio à implementação de metodologias pedagógicas. Essa seção atua de forma colaborativa com a SATE e com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Seção Unidade Universidade Aberta do Brasil (UUAB), por fim, é encarregada do atendimento administrativo e pedagógico aos cursos e atividades vinculados ao programa, oferecendo suporte às ações educacionais desenvolvidas nesse âmbito.

Ressalta-se que a estrutura do CPTED presta todo o suporte a discentes e docentes, elaborando, em parceria com os docentes, materiais didáticos de apoio, apresentações, cursos e treinamentos, oferecendo tutoriais que orientam discentes e docentes a tirarem o melhor proveito possível dos recursos oferecidos, a fim de facilitar o ensino, a pesquisa e a extensão.

O CPTED tem desenvolvido diversos guias¹⁴ para apoiar os docentes no planejamento de estratégias de ensino e aprendizagem por meio das TICs. Entre esses materiais, destaca-se o Kit Docente, que reúne recursos voltados à produção de conteúdos pedagógicos de qualidade para ambientes virtuais de aprendizagem e para ações de Educação a Distância (EaD). O kit oferece orientações práticas sobre a criação de videoaulas, podcasts e recursos acessíveis, incentivando o uso pedagógico das tecnologias digitais na docência. Entre os conteúdos disponíveis estão os *Princípios Pedagógicos para Uso de Tecnologias Digitais*, o *Manual de Acessibilidade*, o *Manual de Videoaulas* e o *Manual de Podcasts*.

¹⁴ Todos os materiais podem ser acessados gratuitamente no sítio eletrônico: <https://wp.ufpel.edu.br/cpted/kit-docente/>.

9.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ADOTADOS PARA O USO DAS TICs NO CURSO E ACESSIBILIDADE

A Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED) elaborou sete princípios pedagógicos orientados ao uso de tecnologias digitais no ensino (Felcher *et al*, 2025), que servem de referência para a prática pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior. O primeiro desses princípios, denominado ***Conhecimento como obra aberta***, estabelece que o conhecimento, no âmbito da Educação a Distância, deve ser compreendido como dinâmico, revisável e constantemente reconstruído em colaboração entre docentes e discentes. A efetivação desse princípio ocorre por meio de práticas que favorecem a reflexão crítica, o diálogo e a adaptação a novas perspectivas, tais como a criação coletiva de wikis temáticos, a realização de debates virtuais e fóruns de discussão, a produção de pesquisas publicadas em blogs ou repositórios digitais, o uso de ferramentas interativas e de plataformas de cocriação, além da proposição de atividades que articulem teoria e resolução de problemas reais. Inclui-se ainda a produção de materiais didáticos pelos próprios estudantes, como vídeos, podcasts e apresentações interativas, bem como o desenvolvimento de investigações coletivas que visem à resolução de problemas complexos.

O segundo princípio, ***Criação e reuso de conteúdo***, enfatiza o valor da adaptabilidade e da recriação de materiais digitais como estratégia para enriquecer a aprendizagem de forma colaborativa. Nesse escopo, destacam-se práticas como a curadoria de conteúdos digitais realizada pelos estudantes, a adaptação de materiais em diferentes contextos, o uso de plataformas colaborativas para compartilhamento e recriação de conteúdos, a publicação em blogs, repositórios e redes acadêmicas, a integração de Recursos Educacionais Abertos (REAs), a participação em fóruns e grupos de estudo on-line, a análise de estudos de caso que demandem adaptação de materiais, bem como a promoção de *workshops* voltados à criação, reuso e curadoria de recursos digitais.

O terceiro princípio, relacionado ao ***Acolhimento e cuidado***, parte do entendimento de que um ambiente educacional acolhedor favorece a motivação, fortalece o engajamento e contribui para o desenvolvimento integral do estudante. Entre as práticas que materializam esse princípio, incluem-se o acompanhamento contínuo das dúvidas e

necessidades individuais, a disponibilização de fóruns e salas de bate-papo on-line, a promoção de mentorias entre estudantes ingressantes e veteranos, a organização de currículos flexíveis que conciliem atividades síncronas e assíncronas, além da realização de projetos em grupo, estudos de caso, videoconferências e atividades colaborativas em plataformas digitais. Esse princípio também prevê a divulgação de recursos de apoio acadêmico e psicológico, bem como a oferta de atividades extracurriculares, webinars e eventos virtuais destinados a promover a integração discente.

O quarto princípio, intitulado *Aprendizagem significativa*, defende que a aprendizagem adquire maior relevância quando os conteúdos se conectam às experiências de vida dos estudantes, favorecendo sua compreensão e aplicação prática. Para tanto, privilegia-se o uso de metodologias ativas, como sala de aula invertida e projetos de investigação aplicada, a seleção de conteúdos pertinentes ao contexto socioprofissional dos alunos, o desenvolvimento de projetos em grupo, atividades práticas, estudos de caso e simulações. O uso de tecnologias interativas desempenha papel relevante ao enriquecer a experiência formativa, ao passo que a proposição de tarefas desafiadoras, que dialogam com a realidade, contribui para o fortalecimento de competências cognitivas e socioemocionais. Nesse processo, as avaliações formativas são empregadas para incentivar a autorreflexão e a consolidação da aprendizagem.

O quinto princípio, *Criatividade e interatividade*, enfatiza o papel dos recursos digitais interativos como catalisadores da colaboração, da criatividade e da construção coletiva do conhecimento. Sua aplicação pode ser observada em projetos colaborativos on-line voltados à criação de conteúdos e soluções, no uso de plataformas interativas e de tecnologias criativas, em *workshops* de inovação, em atividades desafiadoras relacionadas a problemas do mundo real, em estudos de caso e simulações, bem como na cocriação de materiais didáticos interativos e na exploração de tecnologias emergentes para o desenvolvimento e compartilhamento de conteúdos digitais.

O sexto princípio, denominado *Autonomia e cooperação*, associa a formação da autonomia discente à promoção de práticas colaborativas. Nesse contexto, estimulam-se projetos autônomos em que os estudantes definam os temas, os métodos e as etapas de trabalho, bem como o uso de ferramentas digitais para gestão de tempo e recursos. São igualmente incentivados ambientes colaborativos que promovam o trabalho em equipe, a curadoria de conteúdos digitais pelos próprios discentes, metodologias ativas que

estimulem a participação e cooperação, *feedback* contínuo e reflexões constantes, escrita colaborativa em wikis e blogs, além de tutorias e mentorias personalizadas que fortaleçam a aprendizagem.

Por fim, o sétimo princípio, centrado na *Avaliação*, compreende esse processo como contínuo, formativo e reflexivo, cujo objetivo não se limita à mensuração de desempenho, mas se estende à promoção da aprendizagem. Nesse sentido, propõem-se avaliações formativas com *feedback* detalhado, atividades de autoavaliação e coavaliação, *feedback* reflexivo e construtivo, uso de critérios claros e transparentes com participação discente, diversidade de formas avaliativas e atividades contextualizadas em situações reais, além do emprego de ferramentas digitais que favoreçam práticas avaliativas contínuas e interativas.

FIGURA 14: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ORIENTADOS AO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO



Fonte: Felcher *et al.*, 2025.

Além dos sete princípios pedagógicos formulados, destaca-se a acessibilidade educacional como elemento estruturante na implementação das práticas de EaD no Curso de Comércio Exterior, em consonância com as diretrizes da Coordenação (Ávila *et al.*, 2025). A acessibilidade garante que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam acessar, compreender e interagir com os conteúdos de modo eficaz e autônomo, assegurando a igualdade de oportunidades, promovendo uma experiência de aprendizagem equitativa e atendendo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

Nesse escopo, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) fundamenta-se nos princípios do *Design Universal para a Aprendizagem* (DUA), que preconiza a criação de ambientes inclusivos e acessíveis por meio da diversificação de formas de apresentação dos conteúdos (texto, áudio, vídeo, imagens), de expressão e ação (escrita, fala, desenho, produções audiovisuais) e de engajamento (atividades variadas, níveis progressivos de desafio e *feedbacks* diversificados). Quando aplicado à educação digital, o DUA possibilita a estruturação de cursos flexíveis, personalizados e inclusivos, voltados à promoção da igualdade de oportunidades.

Dessa forma, o planejamento das estratégias de ensino-aprendizagem em EaD contempla as necessidades de estudantes com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, prevendo uma estrutura clara, linguagem objetiva, formatação acessível, uso de recursos multimídia adaptados (como imagens com descrição alternativa, vídeos legendados e áudios transcritos), atividades flexíveis e mecanismos de acessibilidade disponíveis na plataforma, tais como ajustes de fonte e contraste.

A integração dos princípios pedagógicos propostos pela CPTED às diretrizes de acessibilidade educacional configura um modelo de educação digital de alta qualidade, inclusiva, flexível e colaborativa, que promove a participação ativa dos estudantes, estimula aprendizagens significativas, desenvolve competências cognitivas e socioemocionais e consolida um ambiente motivador, interativo e adaptável às diversas necessidades formativas contemporâneas.

O uso das TICs no Curso de Comércio Exterior fundamenta-se nos **Referenciais de Qualidade para Cursos de Graduação com Oferta a Distância** (Brasil, 2025), que estabelecem o princípio segundo o qual a tecnologia deve ser concebida como meio, e não como fim em si mesma. Essa diretriz epistemológica e pedagógica desloca o foco da

técnica para a educação, compreendida como processo social e cultural mediado por sujeitos históricos. Assim, a tecnologia adquire sentido apenas quando integrada a um projeto formativo que privilegie a autonomia intelectual, a interatividade e o protagonismo discente, sem jamais prescindir da mediação humana, elemento constitutivo da relação pedagógica.

A concepção pedagógica do Curso articula-se, portanto, a uma visão crítica e humanizadora da tecnologia, reconhecendo que a qualidade da formação depende da interação dialógica entre pessoas, conteúdos e meios, em processos colaborativos que estimulem a reflexão, a criatividade e a produção de conhecimento socialmente relevante. Nesse horizonte, a mediação docente constitui-se como núcleo da prática educativa, reafirmando a centralidade do professor enquanto agente de orientação, acompanhamento e devolutiva formativa contínua. Essa dimensão é reforçada pelos *Referenciais de Qualidade*, que salientam o papel do educador na identificação das potencialidades e fragilidades do estudante, assegurando trajetórias de aprendizagem personalizadas e coerentes com os princípios da avaliação formativa.

O emprego das TICs, assim, não se limita à instrumentalização das práticas pedagógicas, mas integra uma estratégia formativa que articula tempos e espaços de aprendizagem – síncronos e assíncronos – em um ecossistema formativo integrado. A interação entre atividades presenciais, discussões mediadas por tecnologias e espaços colaborativos de produção de conhecimento favorece a constituição de comunidades de aprendizagem. Tais comunidades fortalecem o sentimento de pertencimento institucional e o engajamento estudantil, dimensões fundamentais da permanência e do sucesso acadêmico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), concebido como espaço de convergência pedagógica, sustenta essa proposta ao reunir recursos interativos – fóruns, videoconferências, chats, bibliotecas digitais, laboratórios virtuais e ferramentas de avaliação entre pares – que promovem a aprendizagem flexível, contextualizada e compatível com distintos ritmos e estilos cognitivos. Essa arquitetura digital é permanentemente orientada por princípios de acompanhamento e colaboração, superando a lógica transmissiva e instrumental que, muitas vezes, limita o potencial das TICs no ensino superior.

A incorporação de tecnologias emergentes, como a realidade aumentada, a realidade virtual e o *learning analytics*, amplia o espectro formativo ao favorecer a visualização de fenômenos complexos, o engajamento ativo e a análise de trajetórias de aprendizagem. Todavia, a integração desses recursos subordina-se a uma perspectiva ética e pedagógica que reconhece no docente o *locus* do julgamento reflexivo e avaliativo, evitando a delegação da função educativa a sistemas automatizados.

A política institucional de TICs ancora-se, ainda, no princípio da acessibilidade universal e da inclusão digital, compreendidas como dimensões indissociáveis da qualidade social da educação. Nessa direção, o Curso adota práticas que asseguram a oferta de materiais em múltiplos formatos (texto, áudio, vídeo e outros), o uso de plataformas compatíveis com tecnologias assistivas e a realização de ações de capacitação digital voltadas à autonomia discente e à apropriação crítica dos ambientes virtuais.

Tais medidas coadunam-se à concepção de educação como direito público e bem comum, conforme delineado nos *Referenciais de Qualidade*, que defendem a mediação tecnológica como instrumento de democratização do acesso, de superação de barreiras geográficas e socioeconômicas e de ampliação das oportunidades formativas. Em conformidade com a normatização do Ministério da Educação, assegura-se que os estudantes dos componentes mediados por TICs tenham os mesmos direitos e garantias acadêmicas dos discentes dos cursos presenciais, incluindo o acesso à assistência estudantil, aos serviços de apoio psicológico e pedagógico, à iniciação científica, à extensão e à representação institucional.

No campo da avaliação, o Curso mantém o compromisso com a combinação de instrumentos diversificados, devolutivos qualitativos e avaliações presenciais obrigatórias, estas com peso majoritário na composição da nota final, em consonância com o disposto nos *Referenciais de Qualidade*. As avaliações são concebidas como práticas formativas que privilegiam o exercício da análise e da síntese, promovendo o desenvolvimento de competências discursivas e cognitivas superiores.

Em síntese, os princípios pedagógicos que orientam o uso das TICs e as diretrizes de acessibilidade neste Curso expressam um projeto educativo comprometido com a formação integral, a equidade e a responsabilidade social. A tecnologia, integrada criticamente ao projeto pedagógico, constitui-se em vetor de inovação e democratização

do conhecimento, reafirmando a missão pública da UFPel na promoção de uma educação superior de qualidade social, inclusiva e humanizadora.

9.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, CORPO DOCENTE, MEDIADORES PEDAGÓGICOS E TUTORES

A constituição de uma **Equipe Multidisciplinar** representa um elemento estruturante da modalidade EaD, sendo responsável tanto pela elaboração quanto pela validação dos materiais didáticos utilizados nos conteúdos curriculares e nas disciplinas ofertadas. Tal equipe não se restringe à atuação dos professores responsáveis por cada componente, mas envolve a integração de profissionais de distintas áreas técnicas e educacionais, entre os quais se incluem web designers, designers gráficos, designers instrucionais, revisores de texto, especialistas em produção audiovisual e outros colaboradores necessários ao pleno desenvolvimento dos materiais. No Curso de Comércio Exterior, essa função é exercida pela equipe da Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED), que atua em estreita articulação com o corpo docente do curso.

A Universidade Federal de Pelotas instituiu, por meio da Portaria n. 2.172, de 17 de outubro de 2022, uma comissão específica para a seleção de seus integrantes. O processo de elaboração dos materiais didáticos inicia-se com a proposição realizada pelo professor da disciplina, cabendo à Equipe Multidisciplinar a oferta de suporte técnico especializado e a posterior validação do conteúdo. Essa dinâmica de trabalho coletivo permite que a equipe, composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, exerça atribuições voltadas à concepção, produção e disseminação de metodologias, recursos e tecnologias aplicadas à EaD, sempre ancoradas em um plano de ação previamente estruturado. A atuação dessa instância assegura a conformidade dos conteúdos com as diretrizes estabelecidas no PPC, garantindo-lhes abrangência, profundidade e coerência teórica, ao mesmo tempo em que se observa a acessibilidade metodológica e instrumental, a adequação da bibliografia às demandas formativas e a adoção de uma linguagem clara, inclusiva e acessível, acompanhada de recursos inovadores que favoreçam a aprendizagem.

A composição da Equipe Multidisciplinar foi inicialmente formalizada pela Portaria n. 01/2023 da Pró-Reitoria de Ensino da UFPel, contemplando servidores técnico-administrativos, docentes e bolsistas. Posteriormente, sua constituição atual foi regulamentada pela Portaria de Pessoal n. 4479, de 12 de junho de 2025, que designou a professora Carla Denize Ott Felcher como coordenadora, além de integrar servidores docentes, técnico-administrativos e bolsistas vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e à CPTED. É importante destacar que a Portaria da Equipe Multidisciplinar é periodicamente revisada, a fim de refletir eventuais alterações em sua composição e assegurar a atualização contínua de seus membros conforme as demandas institucionais.

Como desdobramento de suas atribuições, essa equipe elaborou um Plano de Ação que reconhece a EaD como estratégia central para o ensino superior contemporâneo, cuja relevância foi intensificada a partir das mudanças impostas pela pandemia de COVID-19. O documento enfatiza a função da EaD na ampliação do acesso ao ensino superior, tornando a universidade mais inclusiva e atraente, especialmente para estudantes que, por motivos pessoais ou profissionais, não dispõem de disponibilidade integral para frequentar cursos presenciais. Entre as ações projetadas para os anos de 2023 e 2024, destacam-se a ampliação da infraestrutura de acesso a equipamentos voltados aos alunos matriculados em disciplinas ofertadas nessa modalidade, o estímulo à criação de novos cursos de EaD dentro e fora do escopo da UAB a oferta de cursos massivos abertos on-line (MOOC) com carga horária de 20 horas, a implementação de um painel de indicadores acadêmicos com foco na evasão nos cursos a distância e a realização de uma avaliação institucional específica para os componentes EaD inseridos em cursos de graduação tanto presenciais quanto a distância. Essas medidas evidenciam o esforço institucional da UFPel em fortalecer e consolidar a modalidade EaD, ampliando seu alcance, relevância e impacto na formação acadêmica.

A configuração do corpo docente no âmbito da EaD também se apresenta como aspecto fundamental. Nos termos do Decreto n. 12.456/2025 e da Portaria do Ministério da Educação n. 506/2025, admite-se a diferenciação entre a função do **professor regente** e a do **professor conteudista**. O professor regente é responsável pelo planejamento e pela coordenação do desenho instrucional e do percurso de aprendizagem da unidade curricular, assumindo ainda os aspectos pedagógicos e administrativos relacionados à disciplina, o planejamento e a organização das avaliações. Já o professor conteudista é

incumbido da produção e da seleção dos materiais didáticos, de modo a alinhá-los ao PPC, bem como da validação dos conteúdos e metodologias em articulação com o corpo docente, garantindo padrões de qualidade e acessibilidade. No entanto, conforme o disposto no art. 18, § 4º, do Decreto n.12.456/2025, **no Curso de Comércio Exterior as atribuições do professor conteudista são integralmente assumidas pelo professor regente**, assegurando o cumprimento das responsabilidades previstas sem prejuízo à qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto de destaque refere-se à possibilidade de atuação de **mediadores pedagógicos e tutores** no apoio ao corpo docente, também prevista no Decreto n. 12.456/2025 e na Portaria n. 506/2025. Os mediadores pedagógicos exercem funções de apoio direto ao professor regente, auxiliando no esclarecimento de dúvidas, na mediação com os estudantes, no planejamento e avaliação, no acompanhamento das atividades presenciais e a distância, bem como na formação continuada e nos atendimentos realizados nos polos de EaD. Os tutores, por sua vez, podem assumir funções de caráter predominantemente administrativo. No entanto, considerando as especificidades institucionais, a proporção entre docentes e discentes, o porte reduzido das turmas (com menos de 70 estudantes) e o regime de dedicação exclusiva em tempo integral (40 horas) assumido pelos professores, **no Curso de Comércio Exterior as atividades de mediação e tutoria são desempenhadas integralmente pelo próprio corpo docente**.

Para que esse trabalho alcance os resultados esperados, torna-se imprescindível que os professores desenvolvam e mobilizem um conjunto diversificado de competências. Entre elas destacam-se o domínio de informática básica e da plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o conhecimento aprofundado sobre o componente ministrado, a capacidade de comunicação eficaz, competências comportamentais de organização e planejamento, além de habilidades pedagógicas e socioafetivas. A mediação e a tutoria docente devem contemplar práticas como o acompanhamento do progresso dos estudantes, o auxílio no acesso aos materiais e na realização das atividades, a condução pedagógica e intelectual do processo de ensino, incentivando a pesquisa, formulando perguntas, relacionando comentários, coordenando discussões e sintetizando os pontos centrais de cada temática, de modo a estimular a construção autônoma do conhecimento. Também se espera do docente um papel social ativo, que se materializa no contato regular com os discentes, na oferta de *feedback* ágil e no incentivo ao senso de

pertencimento e de comunidade. Além disso, cabe ao professor auxiliar na interpretação de materiais visuais e multimídia, desempenhando papel fundamental no nivelamento de estudantes em componentes básicos e em sua introdução às tecnologias digitais aplicadas à aprendizagem.

Com vistas a sustentar e ampliar essas práticas, a UFPel, por intermédio do CPTED, promove ações contínuas de formação voltadas a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo em EaD, tanto docentes quanto discentes. O objetivo é o desenvolvimento de competências digitais que garantam a acessibilidade, a usabilidade e a qualidade dos recursos disponibilizados pelas plataformas digitais, assegurando um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo, eficaz e alinhado às demandas contemporâneas da educação superior.

10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E DEMAIS PLATAFORMAS

A implementação da educação a distância no Curso de Comércio Exterior emerge como expressão concreta de uma política institucional que articula tecnologia, pedagogia e gestão acadêmica. Sua finalidade central consiste em assegurar não apenas a oferta de ensino superior de qualidade, mas também a promoção da inclusão, da acessibilidade e da equidade, em consonância com os preceitos normativos estabelecidos pelo Decreto n. 12.456/2025 e pela Portaria n. 506/2025 do Ministério da Educação. É operacionalizada por meio de um conjunto complexo e articulado de plataformas digitais que congregam Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), sistemas de gestão acadêmica, ferramentas de interação síncrona por videoconferência e repositórios digitais de acervos bibliográficos e materiais didáticos. Todos concebidos e organizados de acordo com o PPC e sujeitos a atualização contínua, integração permanente e monitoramento pedagógico, de modo a garantir que os processos de ensino e aprendizagem transcendem a mera disponibilização de conteúdos. Deste modo, incorpora práticas colaborativas, estratégias avaliativas diversificadas, recursos tecnológicos inovadores e mecanismos de mediação que asseguram tanto a construção do conhecimento quanto a consolidação da identidade institucional da UFPel.

Dentro desse panorama, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, derivados do conceito internacional de *Learning Management System* (LMS), configuram-se como instrumentos estratégicos capazes de articular a comunicação entre docentes, estudantes e mediadores pedagógicos. Organiza e disponibiliza conteúdos de maneira sistemática e estruturada, acompanhar o progresso acadêmico de forma contínua e fomentar atividades colaborativas que promovem o engajamento dos estudantes. De outro modo, constituem o núcleo operacional da educação a distância, no qual se materializam os princípios pedagógicos, tecnológicos e administrativos que orientam a formação superior contemporânea. Entre esses sistemas, destaca-se o *Moodle (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment)*, cuja flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de configuração rápida de conteúdos e atividades permitem sua utilização tanto em cursos integralmente a distância quanto como suporte a componentes presenciais, garantindo que práticas pedagógicas diversificadas, avaliativas, interativas e inclusivas sejam implementadas de forma consistente e alinhada aos objetivos formativos, às diretrizes institucionais e às exigências da educação superior contemporânea.

A adoção do sistema **e-AULA**, em 2020, representou um marco significativo na política institucional de EaD da UFPel. Não apenas por integrar-se ao sistema acadêmico-administrativo Cobalto, consolidando uma gestão acadêmica articulada e eficiente, mas também por ampliar significativamente o espaço de armazenamento, a capacidade de interação, a flexibilidade de configuração de cursos e a integração com outras ferramentas digitais. Desta forma, supera as limitações do AVA previamente utilizado e permitindo que experiências pedagógicas complexas, diversificadas e alinhadas às demandas contemporâneas fossem implementadas de forma consistente. De fato, conforme a própria Universidade, o e-AULA “apresenta algumas facilidades e vantagens como: login integrado (mesmo usuário e senha do Cobalto), migração automatizada dos professores e dos alunos diretamente do Cobalto, integração com o sistema de webconferência da UFPel, entre outras que estão sendo desenvolvidas” (UFPel, 2025a, s/p), revelando a capacidade do sistema de articular aspectos administrativos, pedagógicos e tecnológicos em um ambiente único, integrado e eficiente.

A condução das atividades acadêmicas na modalidade a distância observa rigorosamente as diretrizes da Resolução COCEPE 27/2017, que estabelece indicadores de qualidade para projetos, programas e atividades de EaD na UFPel. Esta Resolução

assegura que todos os componentes curriculares, inclusive aqueles ofertados parcialmente a distância, contemplem de forma articulada conteúdos, recursos, interações, presença e avaliação, ao mesmo tempo em que incorporem plenamente os princípios de acessibilidade e inclusão, incluindo o uso de tecnologias assistivas, de modo a promover equidade, participação efetiva e apropriação crítica do conhecimento. O detalhamento dessas atividades, formalizado nos planos de ensino, permite registro, acompanhamento e monitoramento contínuo, assegurando que cada componente seja executado de forma organizada, estruturada e plenamente alinhada aos objetivos formativos do curso, garantindo consistência entre intenção pedagógica e prática efetiva.

Para orientar os docentes na utilização do ambiente digital, a CPTED elaborou o *Guia Docente para Uso da Plataforma e-AULA*¹⁵, que fornece instruções detalhadas sobre operacionalização, configuração e acompanhamento das disciplinas, esclarecendo dúvidas, propondo boas práticas pedagógicas e técnicas, e permitindo a incorporação de ferramentas complementares previamente acordadas com os estudantes.

FIGURA 15: ETAPAS DA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS EAD

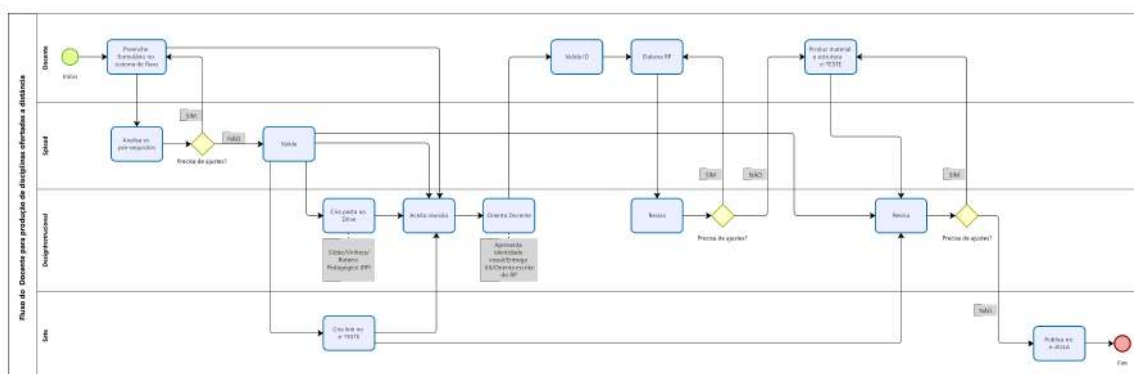


Fonte: CPTED, 2025.

¹⁵ Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/nuped/files/2021/11/Guia-Docente.pdf>.

Nesse contexto, a construção de uma disciplina no e-AULA segue um fluxo estruturado pela Equipe Multidisciplinar, composta por docentes e integrantes da CPTED. Está organizado em cinco etapas integradas e sequenciais: inicialmente, o docente solicita formalmente apoio institucional; em seguida, a equipe propõe identidade visual para os materiais didáticos e para o ambiente virtual, garantindo padronização institucional, alinhamento pedagógico e qualidade estética, ocasião em que é entregue ao docente o Kit Docente, composto por manuais e pelo Roteiro Pedagógico; na terceira etapa, o docente elabora, em colaboração com a equipe, o Roteiro Pedagógico, documento que organiza objetivos de aprendizagem, unidades, conteúdos, tarefas e critérios de avaliação, permitindo à CPTED compreender a concepção pedagógica adotada e propor sugestões fundamentadas, respeitando a autonomia docente; subsequentemente, são produzidos os materiais didáticos e estruturado o ambiente virtual, contando com orientação contínua da CPTED em aspectos pedagógicos, técnicos e de acessibilidade; finalmente, cria-se uma versão experimental da disciplina no e-TESTE, validada pela equipe e pelo docente, antes de sua migração definitiva para o e-AULA, assegurando que o conteúdo seja plenamente funcional, acessível e de elevada qualidade pedagógica.

FIGURA 16: FLUXO DO DOCENTE PARA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS OFERTADAS A DISTÂNCIA



Fonte: CPTED, 2025.

Os materiais didáticos disponíveis no e-AULA são planejados para atender integralmente às exigências legais e pedagógicas do ensino superior. Contempla múltiplos formatos, incluindo textos, slides, vídeos e podcasts, sendo continuamente

atualizados para incorporar novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras, de modo a garantir que a carga horária prevista, as competências acadêmicas e os objetivos de aprendizagem sejam plenamente atingidos. Nesse sentido, a CPTED fornece manuais específicos que orientam docentes na produção de vídeos e podcasts, detalhando desde a elaboração do roteiro até a gravação, edição e publicação, sugerindo ferramentas gratuitas e apresentando cuidados técnicos e pedagógicos que asseguram qualidade, interatividade e inclusão, promovendo experiências de aprendizagem envolventes, dinâmicas e efetivamente participativas.

O e-AULA encontra-se ainda integrado à plataforma *Conferência Web (Webconf)*, desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que fornece infraestrutura digital segura, estável e gratuita para aulas síncronas. A plataforma disponibiliza recursos como compartilhamento de tela, chat, enquetes, salas paralelas e gravação de atividades, favorecendo metodologias colaborativas, flexíveis e dinâmicas, aproximando a experiência da EaD da vivência presencial e permitindo que os estudantes revisitem os conteúdos conforme suas necessidades. Nesse processo, a CPTED disponibiliza manuais detalhados com orientações sobre boas práticas pedagógicas, estratégias de interatividade e medidas para assegurar acessibilidade, garantindo que o ensino síncrono seja mediado de forma eficaz, articulada e integrada ao processo formativo.

Complementarmente, a UFPel desenvolveu o **e-PROJETO** (<https://e-projeto.ufpel.edu.br/>), plataforma baseada em *Moodle* que articula ensino, pesquisa e extensão, especialmente voltada à criação de cursos de extensão e projetos de ensino, mantendo integração com o sistema Cobalto de maneira análoga à realizada com o e-AULA. Esta ferramenta amplia significativamente o escopo e a abrangência da EaD na Universidade, consolidando práticas educativas mediadas por tecnologias digitais e promovendo experiências de aprendizagem integradas, inovadoras e plenamente alinhadas aos princípios pedagógicos e estratégicos da instituição. Isto revela o compromisso institucional com a formação de profissionais críticos, competentes e aptos a atuar de maneira eficaz em contextos complexos e diversificados.

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O quadro docente do Curso de Comércio Exterior é composto por 12 professores, dos quais 11 estão vinculados ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) e 1 ao Centro de Letras e Comunicação (CLC). Do total, 11 possuem título de Doutor e 1 é Mestre, evidenciando a elevada qualificação acadêmica do corpo docente. A equipe apresenta uma formação multidisciplinar, abrangendo áreas como Administração, Direito, Educação Ambiental, Economia Aplicada, Relações Internacionais, Educação e Agronomia, o que contribui para uma abordagem abrangente e integrada dos conteúdos do curso. A seguir, apresenta-se a tabela com os docentes, suas respectivas áreas de atuação e a posição que ocupam na Carreira do Magistério Superior Federal.

TABELA 5: DOCENTES DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

DOCENTE	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CLASSE
Alisson Eduardo Maehler	Doutor em Administração	UFRGS	ASSOCIADO
Daniel Lena Marchiori Neto	Doutor em Direito	UFSC	ADJUNTO
Fabiano Milano Fritzen	Mestre em Educação Ambiental	FURG	ADJUNTO
Francine Pinto da Silva Joseph	Doutora em Ciências Sociais	Unisinos	ADJUNTO
Isabel Teresinha Dutra Soares	Doutora em Administração	UFSM	ADJUNTO
Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino	Doutora em Economia Aplicada	UFPeI	ASSISTENTE
Larissa Ferreira Tavares	Doutora em Administração	UFSC	ADJUNTO
Luciano Vaz Ferreira	Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais	UFRGS	ADJUNTO
Mayara Bataglin Raugust	Doutora em Educação	UFRGS	ADJUNTO
Pamela Amado Tristão	Doutora em Administração	UFSM	ADJUNTO
Patrícia Schneider Severo	Doutora em Agronomia	UFPeI	ADJUNTO
Rosana da Rosa Portella Tondolo	Doutora em Administração	Unisinos	ADJUNTO

O Curso conta ainda com os seguintes servidores técnico-administrativos em educação:

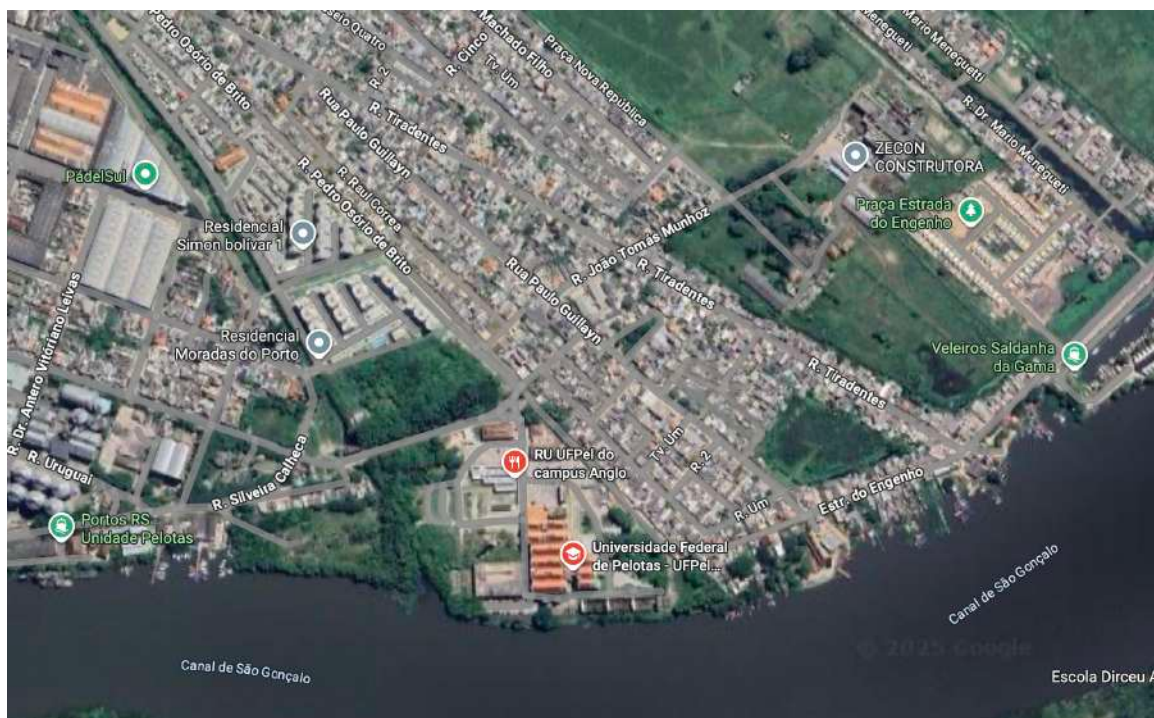
- a) **André Barbosa da Cruz:** Graduação em Direito (UFPel), Mestre em Direito e Justiça Social (FURG), Assistente em Administração;
- b) **Christian Manetti Geisler:** Graduação em Matemática (UFPel), Auxiliar Administrativo;
- c) **Henrique Grutzmann Furtado:** Graduando em Educação Física (UFPel), Assistente em Administração;
- d) **Rogério Duarte Barcelos:** Graduado em Processos Gerenciais (UFPel), Servente de Limpeza;
- e) **Sidney Daniel Batista:** Graduado em Turismo (UFVJM), Mestre em Geografia (UFMG), Doutor em Estudos do Lazer (UFMG), Tecnólogo em Turismo;
- f) **William Gamino Guths:** Graduado em Engenharia Industrial Madeireira (UFPel), Assistente em Administração;
- g) **Yuri Serafim da Silva:** Graduação em Direito (UFPel), Auxiliar Administrativo.

III - INFRAESTRUTURA

1. A CONFIGURAÇÃO MULTICAMPI DA UFPel

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) apresenta uma configuração multicampi, distribuindo suas unidades acadêmicas e administrativas em diferentes regiões da cidade de Pelotas e em áreas adjacentes, refletindo tanto sua expansão institucional quanto a diversidade de cursos, projetos e programas que abriga. Essa estrutura espacial contribui para a presença da universidade em distintos contextos urbanos, históricos e culturais, fortalecendo sua função como instituição pública voltada ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação. A distribuição dos campi articula patrimônio histórico, inovação científica, compromisso social e preservação ambiental, reafirmando a missão da universidade como espaço público voltado à formação crítica, à produção de conhecimento e à transformação da realidade local e nacional. É importante destacar a UFPel implementa políticas de sustentabilidade e acessibilidade em todos os campi, incluindo sistemas de coleta seletiva, reutilização de água de chuva e rampas e elevadores acessíveis.

FIGURA 17: MAPA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Google Maps, 2025.

O *Campus Anglo*, situado na região central de Pelotas, ocupa o prédio histórico do antigo Frigorífico Anglo, um marco da arquitetura industrial do início do século XX e importante patrimônio cultural da cidade. A edificação passou por processos de restauração e requalificação, preservando características originais da arquitetura industrial, enquanto recebeu adaptações para atender às necessidades acadêmicas, administrativas e pedagógicas. O campus representa um exemplo de reaproveitamento de patrimônio urbano, integrando memória, cultura e educação, e se tornou um dos mais significativos da UFPel, articulando dimensão histórica, simbólica e acadêmica. O campus oferece espaços como cafeteria, restaurante universitário com custos reduzidos, biblioteca com salas de estudo individuais e em grupo, bicicletário, auditórios, salas de reunião, áreas verdes, estacionamento fechado, segurança e acessibilidade, possuindo vista para o Canal São Gonçalo. O acesso ao 4º andar se dá por duas escadas (interna e externa) e dois elevadores, com portas corta-fogo, extintores e iluminação de emergência. Recentemente, foram instaladas escadas metálicas externas de emergência, obtendo licenciamento ambiental (UFPel, 2019). O campus também abriga espaços de incubação e inovação, conectando estudantes a projetos de empreendedorismo e pesquisa aplicada (UFPel, 2023c).

FIGURA 18: FACHADA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

FIGURA 19: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

O Campus *Capão do Leão*, a aproximadamente 15 km do centro de Pelotas, concentra atividades ligadas às ciências agrárias, ambientais e biológicas, dispondo de extensas áreas experimentais, laboratórios e campos de pesquisa. Nesse campus se encontram faculdades como Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, além de unidades voltadas à preservação ambiental, manejo de recursos naturais e biotecnologia. O campus possui também estufas, viveiros e fazendas experimentais que possibilitam práticas de pesquisa de campo em larga escala.

O *Campus das Ciências Humanas e Sociais* (Campus II), situado na Rua Almirante Barroso, integra cursos de humanidades, artes e ciências sociais, reunindo faculdades como Educação, Ciências Sociais e Filosofia. Esse espaço possibilita intensa articulação entre formação acadêmica e debates sobre cultura, política, educação e sociedade, fortalecendo a dimensão interdisciplinar e crítica da universidade.

O *Campus das Ciências da Saúde*, vinculado ao Hospital Escola da UFPel, concentra cursos e atividades nas áreas de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia e Psicologia, incluindo programas de residência e pós-graduação, promovendo a articulação entre ensino e prática profissional integrada ao Sistema Único

de Saúde (SUS). Além disso, o hospital escola realiza atendimentos à comunidade externa, contribuindo para ações extensionistas e estágios práticos supervisionados.

O *Campus Cotada*, próximo ao Porto de Pelotas, abriga cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Computação e Música, configurando-se como polo multidisciplinar em que ciência, tecnologia e artes dialogam intensamente. Além desses campi, a UFPel conta com unidades espalhadas pela cidade, como o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas e o Conservatório de Música, que, mesmo não constituindo grandes campi isolados, possuem relevância histórica e acadêmica, integrando-se à dinâmica urbana e reforçando a identidade plural da universidade.

A UFPel mantém ainda uma rede de transporte institucional, que interliga seus diferentes campi, garantindo a mobilidade de estudantes, docentes e servidores entre as unidades acadêmicas e administrativas. A frota de ônibus universitários realiza trajetos regulares e gratuitos entre os campi centrais (Anglo, Cotada e Ciências Humanas) e o Campus Capão do Leão, promovendo integração, acessibilidade, equidade e sustentabilidade, ao reduzir a necessidade do uso de transporte individual e fortalecer a conexão entre os diferentes espaços da universidade.

2. BIBLIOTECA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A infraestrutura de apoio à pesquisa e ao estudo no Curso de Comércio Exterior é significativamente fortalecida pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (SisBi/UFPel), do qual a Biblioteca do Campus Anglo se constitui em unidade estratégica. O SisBi é composto pela Coordenação de Bibliotecas, seis bibliotecas (Biblioteca Campus Porto, Biblioteca do Campus Capão do Leão, Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca de Medicina e Biblioteca do Direito), além de secretaria administrativa, setor de aquisição, Repositório Institucional Guaiaca, Núcleo de Apoio aos Periódicos (NAP), Comitê de Automação, Comissão de Acessibilidade e Inclusão e Comissão de Comunicação e Marketing. A rede de bibliotecas é totalmente integrada, permitindo que a comunidade acadêmica realize empréstimos e consultas em qualquer unidade, contando inclusive com transporte institucional de apoio quando necessário.

FIGURA 20: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

FIGURA 21: ACERVO FÍSICO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPeI, 2025.

FIGURA 22: COMPUTADORES PARA PESQUISA DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPeI, 2025.

FIGURA 23: GABINETES DE ESTUDO EM GRUPO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPeI, 2025.

FIGURA 24: ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPeI, 2025.

A Biblioteca do Campus Anglo oferece salas de estudo individuais e em grupo, espaços de convivência acadêmica e acesso à internet via Wi-Fi, constituindo um recurso essencial para os discentes do Curso de Comércio Exterior. A biblioteca integra o sistema *Pergamum*, que possibilita consulta ao acervo físico e digital, reserva de obras, renovação de empréstimos e emissão de documentos administrativos, como declaração de nada consta e ficha catalográfica para trabalhos acadêmicos. Por meio do Pergamum, os usuários têm acesso não apenas ao acervo das bibliotecas da UFPel, mas também ao *Repositório Institucional Guaiaca* e ao *Portal de Periódicos da CAPES*, bem como a bases de dados nacionais e internacionais, como Springer (2008), Atheneu, EBSCO, e a plataforma digital *Minha Biblioteca* para e-books. Além disso, a biblioteca disponibiliza guias temáticos, tutoriais em vídeo e consultoria personalizada para pesquisa acadêmica e científica.

FIGURA 25: SALA ADAPTADA PARA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

O SisBi oferece serviços de consulta local, empréstimo domiciliar, reservas e renovações online, treinamentos para usuários, visitas guiadas, emissão de ficha catalográfica, empréstimo de tablets e acesso a recursos de acessibilidade. Os serviços administrativos podem ser acessados via Cobalto, incluindo registro de fotos para crachá institucional, pagamento de multas e acesso às normas técnicas. Os usuários cadastrados no Pergamum podem retirar até oito itens em todo o Sistema de Bibliotecas, respeitando o limite de três itens por biblioteca, com prazo padrão de sete dias. Obras de consulta local podem ser retiradas uma hora antes do término do expediente, exclusivamente nos finais de semana, devendo ser devolvidas até às 8h30 do primeiro dia útil subsequente. Cada usuário pode retirar até dois itens de consulta local. A reserva de obras é realizada exclusivamente pela internet, aplicando-se apenas quando não há exemplares disponíveis, com prazo de 24 horas, após o qual a obra passa para o próximo da fila. A renovação também pode ser feita online até três vezes. O SisBi aplica penalidades em caso de atraso ou não devolução, sendo a multa cobrada R\$ 1,00 por dia de atraso para cada item emprestado, incluindo finais de semana e feriados; para obras de consulta local, o mesmo

valor é cobrado por hora de atraso. O empréstimo de tablets permite que usuários cadastrados no Pergamum solicitem equipamentos em qualquer balcão das bibliotecas, devendo utilizá-los exclusivamente nas dependências da biblioteca, com tempo máximo de três horas.

Em termos de acessibilidade, as bibliotecas oferecem salas adaptadas para alunos com deficiência, incluindo computadores com scanner falado para deficientes visuais e disléxicos, permitindo estudo individual ou acompanhado por tutor. Essas salas podem ser utilizadas de forma autônoma por alunos PCD, garantindo plena acessibilidade.

3. O CCSO E A INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA DO CURSO

O Curso está vinculado ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), composto pela Direção, Direção Adjunta, Conselho, Câmaras de Ensino e Extensão e de Pesquisa e Inovação, secretarias acadêmica e administrativa, além dos colegiados de graduação e pós-graduação. O Centro oferece cinco cursos de graduação (Administração, Turismo, Gestão Pública, Processos Gerenciais e Comércio Exterior), três cursos de especialização (Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Gestão Pública EaD e MBA Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios) e um curso de mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

No 4º andar do Bloco B do Campus Anglo, onde se situa o curso, encontram-se diversas salas e estruturas dedicadas ao apoio acadêmico e administrativo. Estão à disposição dos alunos e docentes a sala da Comissão de Ensino e Extensão, a sala da Comissão de Pesquisa e Inovação, o gabinete da direção do CCSO e a sala de secretaria da unidade. A infraestrutura inclui ainda a sala de professores, composta por salas individuais para orientação e uma copa compartilhada, destinada ao uso de todos os docentes do 4º andar, a sala dos coordenadores de graduação, utilizada pelos coordenadores dos cursos de graduação do CCSO, com secretaria anexa contando com cinco servidores técnico-administrativos, e duas salas de pesquisa e pós-graduação, de uso exclusivo e administradas pelo CCSO. Também fazem parte da estrutura a sala da Empresa Júnior do Curso de Administração – Emad Jr., a sala dos coordenadores de pós-graduação do Centro, equipada com computadores individuais e sala anexa para reuniões

com mesa e cadeiras, além do laboratório de informática do 4º andar, com computadores conectados à internet rápida, sendo possível, mediante reserva feita pelos docentes, a utilização de quatro laboratórios de informática do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec).

FIGURA 26: SALA DE USO COMPARTILHADO DOS PROFESSORES



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

FIGURA 27: SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

FIGURA 28: AUDITÓRIO NO 4º ANDAR DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

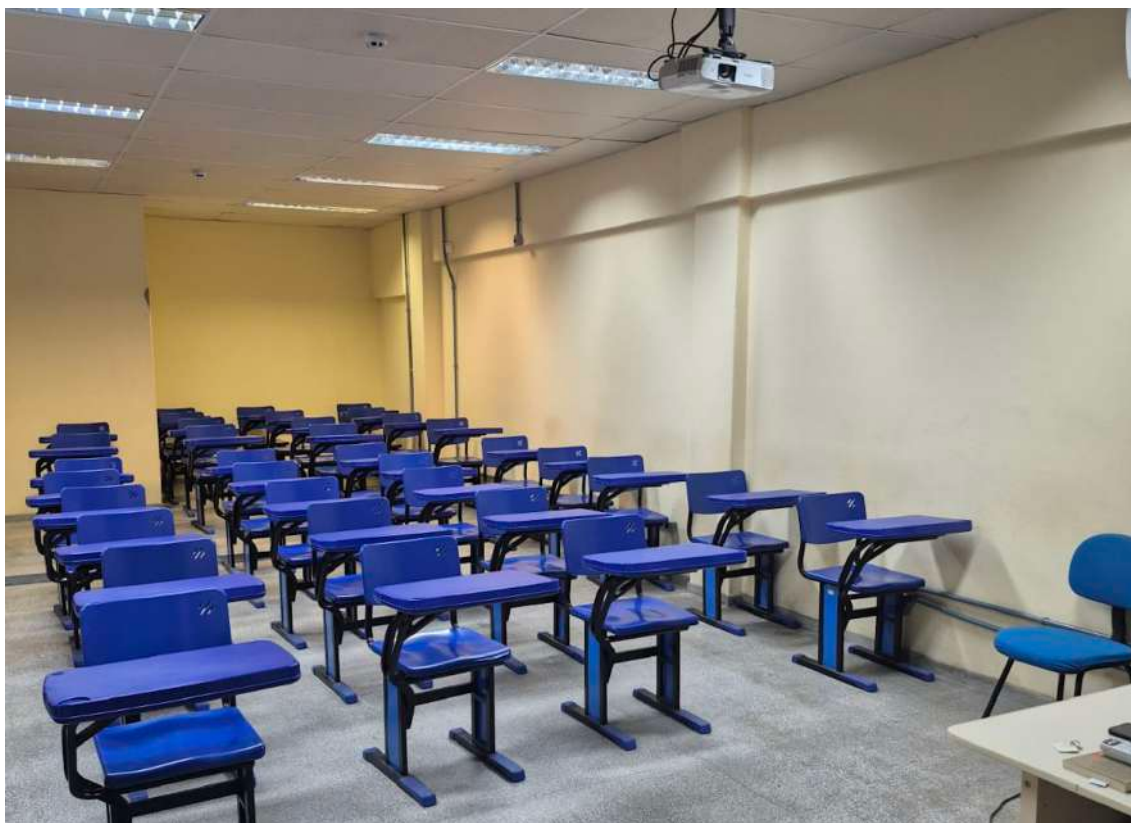
O CCSO dispõe também de dois laboratórios especializados, equipados com computadores e notebooks conectados à internet, com acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, provido pela instituição, além de outros recursos, como scanner, impressora, máquinas fotográficas, filmadora e livros. O *Laboratório de Estudos Históricos, Educacionais e Socioculturais do Turismo* (LABETUR) tem por objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que abordem os diferentes campos do fenômeno turístico, do lazer e da hospitalidade, a partir de perspectivas histórica, social, cultural e educacional. O *Laboratório de Planejamento e Gestão do Turismo* (LAPGETUR), por sua vez, busca promover o conhecimento aplicado em planejamento e gestão do turismo, oferecendo oportunidades de aprimoramento teórico-prático aos discentes e docentes, alinhadas aos valores de ética e responsabilidade socioambiental. As atividades desses laboratórios abrangem temáticas como desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, gestão ambiental no turismo, cadeias produtivas, redes de cooperação e *clusters*, além de formulação estratégica e marketing no setor turístico.

FIGURA 29: LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CCSO



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

FIGURA 30: SALA DE AULA 427



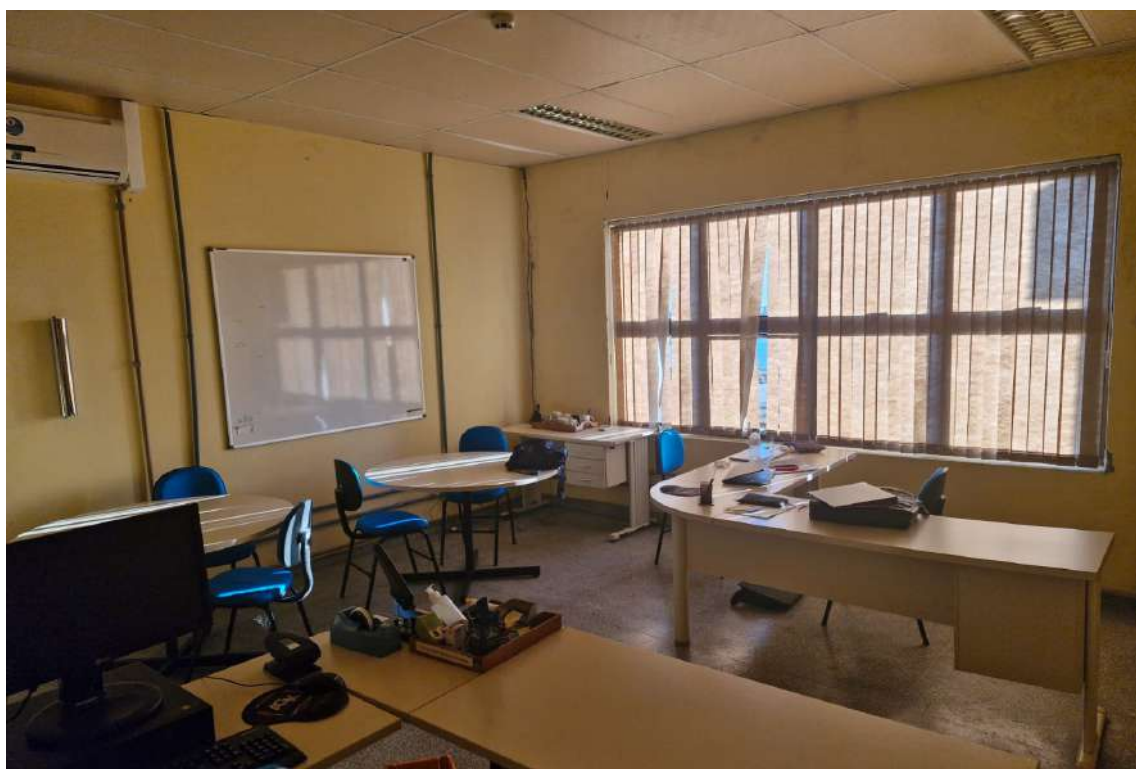
Fonte: Comércio Exterior, 2025.

Recentemente, todas as salas do CCSO foram climatizadas com ar condicionado do tipo split. As salas são padrão com 50 lugares, todas equipadas com computadores desktops e data show, bem como acesso à rede wi-fi do campus. Estão à disposição dois auditórios com aproximadamente 90 lugares cada, duas salas para 70 alunos, banheiros masculino e feminino (sendo dois exclusivos para servidores) e copa anexa à reitoria. A comunidade do CCSO dispõe, ainda, de espaço de convivência com mesas e cadeiras em madeira. O Curso de Comércio Exterior utiliza ainda duas salas de aula específicas: a sala 415, destinada à turma de ingressantes, e a sala 427, destinada à turma de formandos. Além disso, o CCSO conta com recursos de videoconferência e gravação de aulas para ensino remoto e híbrido, integrando tecnologias digitais ao ensino presencial.

4. O COMEXLAB – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM COMÉRCIO EXTERIOR

O Curso de Comércio Exterior também conta com o COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior, um espaço dedicado ao desenvolvimento teórico e prático dos alunos. Institucionalmente vinculado ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, o COMEXLab foi criado para fornecer suporte acadêmico e profissional às atividades do curso, promovendo uma imersão mais profunda nas dinâmicas do comércio exterior.

FIGURA 31: COMEXLab



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

O laboratório, localizado na sala 438, no 4º andar do Campus Anglo, oferece um ambiente amplo e funcional, equipado com computador, impressora, mesa de trabalho, cadeiras ergonômicas, ar condicionado e acesso à internet de alta velocidade. Além disso, o COMEXLab serve como um ponto de encontro para discussões, reuniões e o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino, envolvendo tanto os estudantes quanto os professores. Essa infraestrutura possibilita a realização de

simulações e atividades práticas, preparando os alunos para os desafios do mercado global de maneira mais eficaz e dinâmica.

5. ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED

Para o desenvolvimento dos componentes curriculares que contemplam créditos na modalidade EaD, o Curso de Comércio Exterior conta com o suporte técnico, pedagógico e estrutural da Coordenação de Políticas e Tecnologias para EaD (CPTED). Como mencionado anteriormente, a CPTED constitui-se no órgão central da Universidade Federal de Pelotas responsável pelo planejamento, gestão, fomento e acompanhamento das ações vinculadas à Educação a Distância, atuando de forma articulada com as unidades acadêmicas e administrativas da instituição.

FIGURA 32: ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED



Fonte: CPTED, 2025.

Sua atuação se pauta na formulação e implementação de políticas, diretrizes e normas institucionais voltadas à consolidação da EaD como dimensão estratégica da política educacional da UFPel, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A CPTED tem como princípios orientadores a garantia da qualidade acadêmica, o incentivo à inovação pedagógica e a ampliação do acesso à formação superior por meio de práticas educacionais mediadas por tecnologias digitais.

A estrutura organizacional da CPTED inclui o Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), instância responsável pela proposição e execução das políticas de EaD e pela oferta de suporte pedagógico e tecnológico a docentes, técnicos-administrativos e discentes. O NUPED desempenha papel estratégico na integração entre o ensino presencial e o ensino a distância, promovendo o uso qualificado de tecnologias educacionais, metodologias ativas e processos formativos continuados que fortalecem a cultura digital no âmbito universitário.

Além das ações de assessoramento e capacitação, o NUPED dispõe de uma infraestrutura específica destinada à produção de conteúdos educacionais digitais. Destaca-se, nesse contexto, o Estúdio de Gravação, localizado na Sala 319 do Campus Anglo, concebido como espaço institucional para o desenvolvimento de materiais audiovisuais – tais como videoaulas, *podcasts*, gravações de áudio e vídeo, e outros produtos voltados à mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem. O uso do estúdio é franqueado à comunidade acadêmica do Curso de Comércio Exterior mediante agendamento prévio, realizado por meio do sistema de *tickets* da UFPel (<http://atendimento.ufpel.edu.br/>), o que garante transparência, acessibilidade e democratização do uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Comércio Exterior insere-se em um ambiente acadêmico singular, em que a riqueza histórica e cultural da cidade de Pelotas se entrelaça com a inovação tecnológica e o dinamismo intelectual da Universidade Federal de Pelotas. Essa confluência de tradição e modernidade conforma uma infraestrutura concebida para estimular a reflexão crítica, o intercâmbio de saberes e a produção de conhecimento socialmente relevante.

As salas de aula, confortáveis e bem equipadas, constituem espaços privilegiados de mediação entre teoria e prática – lugares onde o aprendizado se constrói de forma dialógica e colaborativa, permitindo que o conhecimento se renove continuamente por meio da experiência compartilhada. A biblioteca universitária, com seu acervo físico e digital diversificado, atua como um verdadeiro núcleo de sustentação da formação autônoma, crítica e interdisciplinar dos estudantes.

De modo plenamente integrado à estrutura institucional da UFPel, o curso usufrui de uma ampla rede de recursos e políticas públicas que expressam o compromisso da Universidade com a democratização do ensino superior e a promoção da cidadania estudantil. Entre essas ações destacam-se o Restaurante Universitário, a Casa do Estudante, o sistema de transporte institucional, além de programas voltados à assistência, à permanência, ao ensino, à pesquisa e à extensão – todos fundamentais para garantir condições equitativas de acesso e de desenvolvimento acadêmico.

A densidade acadêmica do curso reflete-se, ainda, em seu corpo docente, composto integralmente por servidores públicos efetivos. Essa característica confere estabilidade institucional e pedagógica, assegurando a continuidade de um projeto formativo sustentado pelo rigor científico, pela qualidade do ensino e pela responsabilidade social. Em sua dimensão mais profunda, o Curso de Comércio Exterior da UFPel transcende a formação meramente técnica, orientando-se pela construção de sujeitos intelectualmente autônomos, criticamente engajados e capazes de compreender a complexidade das dinâmicas econômicas globais – contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável, autônomo e soberano do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. O. B. de. AMBONI, N. **Gestão de Cursos de Administração**. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
- AVILA, Christiano Martino Otero Avila; SILVA, Rosaura Espírito Santo da; FELCHER, Carla Denize Ott; BOLZAN, Larissa Medianeira. **Acessibilidade: Manual de Produção**. Pelotas: UFPel, 2025.
- BARAKAT, Livia Lopes (Org). **Trajetórias de Internacionalização das Empresas Brasileiras**. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2018.
- BARROWS, H. S.; TAMBLYN, R. M. **Problem-based learning: an approach to medical education**. New York: Springer, 1980.
- BERBEL, Neusi, A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: **Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 32, n.1, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2005.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 12.456, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**. Brasília: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Despacho do MEC, de 24 de Dezembro de 2020. **Homologa o Parecer CNE/CES n. 498/2020, da Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que trata da proposta de prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, consoante Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo n. 23000.000601/2020-60**. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Documento MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 4 ed. Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Portaria MEC 378, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025. **Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC 506, de 10 de julho de 2025. **Regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. **Revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema das modalidades de ensino (semipresencial/a distância)**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a distância**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: CNE, 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE, 2004.

BRASIL. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências**. Brasília: CONAES, 2010.

BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**. Brasília: MEC, 2018.

COLLOR, N. **Metodologias ativas**: o que são, quais as mais famosas e como aplicar. Disponível em: <https://bloga.grupoa.com.br/category/metodologias-ativas/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

DETERDING, S.; DIXON, D.; KHALED, R.; NACKERUD, L. From game design elements to gamefulness: defining "gamification". In: **Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: Envisioning Future Media Environments**, 2011. p. 9–15.

FELCHER, Carla Denize Ott; AVILA, Christiano Martino Otero Avila; BOLZAN, Larissa Medianeira; SILVA, Rosaura Espírito Santo da. **Princípios pedagógicos para uso de tecnologias digitais** [recurso eletrônico]. Pelotas: UFPel / CPTED, 2025. 60 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GEE, J. P. **What video games have to teach us about learning and literacy**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HENRIQUES, M. S. A comunicação da Universidade em três dimensões institucionais. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e Universidade: Reflexões Críticas**. Curitiba: Apris, 2019.

HMELO-SILVER, C. E. Problem-based learning: what and how do students learn? **Educational Psychology Review**, v. 16, n. 3, p. 235–266, 2004.

IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em 05 de junho de 2022.

INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília: INEP, 2015.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; SMITH, K. A. Cooperative learning: improving university instruction by basing practice on validated theory. **Journal on Excellence in College Teaching**, v. 25, n. 3–4, p. 85–118, 2014.

LIMEIRA, Míriam Silvestre. O cineclube e a educação emancipatória. **Universitas Humanas**, vol. 12, n. 1-2, p. 91-97, jan./dez. 2015.

MAFTUM, Mariluci Alves; CAMPOS, João Batista. Capacitação pedagógica na modalidade de Educação a Distância: desafio para ativar processos de mudança na formação de profissionais de saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 13, n. 1, p.132–139, 2008.

MEYERS, C.; JONES, T. B. **Promoting active learning**. San Francisco: Jossey Bass, 1993.

MOGRA, Imran. Role Play in Teacher Education: is there still a place for it. **Teacher Education Advancement Network Journal**, vol. 4, n. 3, p. 4-15, 2012.

PORTO de Pelotas ultrapassa 1 milhão de toneladas movimentadas em 2019. **Notícias do governo do Estado do RS**, 08 jan. 2020. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/porto-de-pelotas-ultrapassa-1-milhao-de-toneladas-movimentadas-em-2019>. Acesso em 09 de maio de 2022.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas.** Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em 20 agosto de 2021.

THOMAS, J. W. **A review of research on project-based learning**. San Rafael, CA: Autodesk Foundation, 2000.

UFPEL. Anglo ganha primeiro licenciamento ambiental. **Coordenação de Comunicação Social – CCS/UFPeL**, Pelotas, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2019/06/05/anglo-ganha-primeiro-licenciamento-ambiental/>. Acesso em 03 de outubro de 2025.

UFPEL. Documento PRE/CEC, de março de 2019. **Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPeL – Pelotas**, 2019.

UFPEL. Documento PREC, de 02 de maio de 2019. **Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2019.

UFPEL. **Estatuto da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 1969.

UFPEL. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE**. Programas de auxílio estudantil. Disponível em:
https://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenacao_de_ingresso_e_beneficios/programas-de-auxilio-estudantil/. Acesso em: 4 out. 2025b.

UFPEL. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. **Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel** – Pelotas, 2006.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. **Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel** – Pelotas, 2009.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 08, de 12 de fevereiro de 2015. **Dispõe sobre Programa de Auxílio Instrumental Odontológico da UFPel** – Pelotas, 2015.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. **Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010** – Pelotas, 2014.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 21, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Auxílio Alimentação da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. **Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 22, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Auxílio Deslocamento da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 23, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Auxílio Moradia da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 24, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Auxílio Pré-Escolar da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 25, de 22 de dezembro de 2021. **Regulamenta as ações de acompanhamento de rendimento acadêmico e permanência nos Programas Auxílio Estudantil da PRAE, prioritariamente à estudantes bolsistas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 26, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Auxílio Transporte da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. **Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância** – Pelotas, 2017.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 27, de 22 de dezembro de 2021. **Aprova o Programa de Moradia Estudantil da UFPEL** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018. **Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 30, de 03 de fevereiro de 2022. **Dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e dá outras providências** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 34, de 19 de maio de 2022. **Altera o Art. 6º da Resolução n. 25/2021** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 35, de 19 de maio de 2022. **Altera o Art. 9º da Resolução n. 22/2021** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 36, de 19 de maio de 2022. **Altera o Art. 9º da Resolução n. 23/2021** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 41, de 14 de julho de 2022. **Altera o Art. 9º da Res. nº 21/2021** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 44, de 02 de setembro de 2022. **Aprova o Programa de Auxílio Alimentação para Estudantes com Necessidades Alimentares Restritivas da UFPEL** – Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 62, de 30 de novembro de 2023. **Dispõe sobre o regulamento da oferta de componentes curriculares com carga horária parcial ou integral na modalidade de Educação a Distância (EaD) em cursos presenciais de graduação na UFPEL** – Pelotas, 2023a.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 87, de 14 de novembro de 2024. **Dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por discentes regularmente matriculados nos cursos da UFPEL** – Pelotas, 2024.

UFPEL. Resolução COCEPE n. 94, de 26 de junho de 2025. **Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2025.

UFPEL. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. **Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2016.

UFPEL. Resolução CONSUN n. 102, de 09 de maio de 2023. **Aprova o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (2023-2026)** – Pelotas, 2023b.

UFPEL. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. **Resolve criar “ad referendum” o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo** – Pelotas, 2021.

UFPEL. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel** – Pelotas, 2021.

UFPEL. **UFPel Digital**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ufpeldigital/e-aula/>. Acesso em 02 outubro de 2025a.

UFPEL. UFPel inaugura espaço de inovação voltado à área de bioprodutos, com apoio da Inova e recursos da Fapergs. **Inova UFPel**, 08 dez. 2023c. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/inova/2023/12/08/ufpel-inaugura-espaco-de-inovacao-voltado-a-area-de-bioprodutos-com-apoio-da-inova-e-recursos-da-fapergs/>. Acesso em 3 de outubro de 2025.

VALENTE, José Armando. A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias de digitais de informação e comunicação. **Revista Unifeso – Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, p.141–166, 2014.

Apêndice 1 – Relatório referendado de bibliografias



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

Aos seis dias do mês de novembro do corrente ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, de forma remota, realizou-se a sexta reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A reunião ocorreu sob a presidência do Prof. Daniel Lena Marchiori Neto, com a participação dos professores Isabel Teresinha Dutra Soares, Patrícia Schneider Severo e Luciano Vaz Ferreira. **PAUTA ÚNICA: Relatório de referendo das bibliografias da proposta do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC).** O presidente do NDE abriu a reunião ressaltando a necessidade de revisar o Relatório Referendado de Bibliografias, anteriormente aprovado, a fim de incorporar o parecer da Pró-Reitoria de Ensino ao processo em andamento de aprovação do novo PPC. Especificamente, as recomendações envolveram a atualização da caracterização da disciplina “Língua Brasileira de Sinais I – Libras I” e a inclusão da disciplina “Língua Brasileira de Sinais II – Libras II” como componente optativo, o que demandou a consequente revisão das bibliografias correspondentes. Informou que cada unidade curricular conta com um conjunto de três obras de referência básica e cinco obras de bibliografia complementar, disponíveis tanto no formato físico quanto digital, sendo o formato digital o predominante. Destacou a importância do Sistema de Bibliotecas da UFPEL no apoio ao aprendizado, oferecendo acesso a um vasto acervo de obras, recursos e ferramentas que auxiliam o desenvolvimento acadêmico. Todo o material está disponível no repositório eletrônico <https://pergamum.ufpel.edu.br>, permitindo acesso remoto e contínuo aos estudantes. A UFPEL conta com sete bibliotecas setoriais distribuídas em seus campi: Biblioteca de Medicina (BIBMED), Biblioteca de Direito (BIBDIR), Biblioteca de Educação Física (BIBEF), Biblioteca de Ciências Sociais (BIBCS), Biblioteca do Campus Anglo (BIBCA) e Biblioteca do Campus Capão do Leão (BIBCL). Os estudantes do curso podem reservar livros em qualquer uma dessas unidades, contando ainda com transporte gratuito entre os campi, facilitando a circulação e o acesso ao material físico. O presidente destacou, também, a plataforma digital “Minha Biblioteca”, que disponibiliza acesso a quase sete mil títulos técnicos, científicos e profissionais, abrangendo todas as áreas do conhecimento. A plataforma reúne obras das principais editoras acadêmicas do país, incluindo Grupo A, Grupo Editorial Nacional, Atlas, Manole e Saraiva, além de 21 selos editoriais associados. Os usuários podem acessar conteúdos simultaneamente, realizar realces e anotações, organizar obras favoritas de forma personalizada e consultar os textos de qualquer dispositivo conectado à internet. Um diferencial relevante da plataforma é a atualização constante do acervo, com a incorporação automática de novos títulos e edições atualizadas, garantindo acesso a informações recentes e relevantes para os estudos. Além disso, o repositório institucional “Guaiaca” foi destacado como espaço digital criado para reunir, preservar, organizar e dar visibilidade à produção acadêmica, científica, técnica, artística e cultural da UFPEL. Funciona como biblioteca virtual, oferecendo acesso aberto a diferentes tipos de materiais produzidos pela comunidade acadêmica, incluindo livros, artigos, trabalhos de extensão e demais produções, garantindo disponibilidade 24 horas por dia, sete dias por semana, para consulta em texto integral. Considerando todos os componentes curriculares, tanto obrigatórios quanto optativos, **o acervo total do curso de Comércio Exterior soma 181 títulos, sendo 18 em formato físico e 163 em formato digital.** As obras físicas

encontram-se disponíveis em quantidade adequada ao número de vagas do curso, garantindo acesso a todos os estudantes. As obras digitais estão integradas às plataformas “Minha Biblioteca” e “Guaiaça”, proporcionando acesso contínuo, ilimitado e flexível aos conteúdos. Essa combinação de formatos atende às diferentes preferências e necessidades dos estudantes, conciliando tradição e inovação, além de facilitar o estudo e a pesquisa acadêmica. O relator apresentou análise detalhada sobre a bibliografia, destacando que o conjunto de obras é amplo, diversificado e interdisciplinar, contemplando áreas essenciais à formação em comércio exterior, como economia, administração, direito, contabilidade, logística, marketing, metodologia científica, relações internacionais, direitos humanos, diversidade cultural e sustentabilidade. Ressaltou que essa diversidade reflete a natureza multifacetada da formação no curso, que exige articulação entre saberes técnicos, jurídicos, políticos e sociais, permitindo uma visão integrada do campo de estudo. Quanto à atualidade das obras, a maioria possui edições recentes, publicadas entre 2018 e 2025, incorporando debates contemporâneos, como comércio digital, ESG, governança corporativa, inovação, geopolítica pós-pandemia e tendências internacionais. Ao mesmo tempo, o acervo mantém clássicos fundamentais, como Bobbio e Comparato em direitos humanos, Krugman e Mankiw em economia e Chiavenato em administração, equilibrando tradição acadêmica consolidada com atualização bibliográfica. A pertinência das obras também foi destacada: os títulos escolhidos estão em sintonia com os conteúdos exigidos pela área, incluindo manuais de comércio exterior, logística internacional, finanças corporativas, economia internacional, direito internacional e marketing global. A bibliografia também contempla obras específicas ao contexto brasileiro e latino-americano, como as de Cerro, Gonçalves e Doratioto, garantindo relevância regional. Do ponto de vista acadêmico, o acervo inclui obras metodológicas (Andrade, Lakatos, Michel, Flick), que orientam a produção científica e a prática investigativa dos estudantes, além de referências voltadas à extensão e à formação cidadã (Paulo Freire, Pinsky, Santos e Chauí), atendendo às diretrizes do MEC e à curricularização da extensão. Merece destaque, ainda, a presença de títulos voltados à diversidade e aos direitos humanos, abrangendo ações afirmativas, relações étnico-raciais, meio ambiente e sustentabilidade, Libras e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, alinhando-se às exigências legais e aos princípios da educação inclusiva e da educação em direitos humanos. **Após análise detalhada, os membros presentes aprovaram por unanimidade o parecer do presidente do NDE, ratificando a lista de bibliografias dos componentes curriculares do novo PPC (Doc. SEI 3442613) como atual, pertinente, adequada e suficiente para atender às demandas do curso.** Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LENA MARCHIORI NETO, Professor do Magistério Superior**, em 06/11/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABEL TERESINHA DUTRA SOARES, Professor do Magistério Superior**, em 06/11/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO VAZ FERREIRA, Professor do Magistério Superior**, em 06/11/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SCHNEIDER SEVERO**,
Professor do Magistério Superior, em 06/11/2025, às 17:47, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de
novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **3442607** e o código CRC **56A428BB**.

Referência: Processo nº 23110.007141/2025-78

SEI nº 3442607

	TÍTULO	QUANTIDADE
1.	ABDALLA, Márcio Moutinho; CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga (org.). Administração estratégica: da teoria à prática no Brasil . São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597021325.	RECURSO ONLINE
2.	ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público . 27. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553625239.	RECURSO ONLINE
3.	ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores . Curitiba: Appris, 2016. 268 p. ISBN 9788547302894.	9 EXEMPLARES
4.	ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10ª. São Paulo: Atlas, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522478392.	RECURSO ONLINE
5.	APOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico . 2. São Paulo: Atlas, 2011. 1 recurso online. ISBN 9788522466153.	RECURSO ONLINE
6.	APPLEYARD, Dennis R; FIELD JR, Alfred J; COBB, Steven L. Economia internacional . 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788563308641.	RECURSO ONLINE
7.	ASSAF NETO, Alexandre. Estruturas e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro . 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2020, recurso online ISBN 9788597024852.	RECURSO ONLINE
8.	ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 8. São Paulo: Atlas, 2020. 1 recurso online. ISBN 9788597026184.	RECURSO ONLINE
9.	ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 15. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559773244.	RECURSO ONLINE
10.	AYRES, Robert U; AYRES, Edward H. Cruzando a fronteira da energia: dos combustíveis fósseis para um futuro de energia limpa . Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701809.	RECURSO ONLINE
11.	AZEVEDO, Vanessa Lúcia Santos de et al. Política social . 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595026193.	RECURSO ONLINE

12.	BARKER, Richard. Introdução à contabilidade . São Paulo Saraiva 2008 1 recurso online ISBN 9788502182042.	RECURSO ONLINE
13.	BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SOENDERGAARD, Niels. Organizações e instituições internacionais . São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555411270.	RECURSO ONLINE
14.	BASTOS, Elísio Augusto Velloso; MERLIN, Lise Tupiassu; CICHOVSKI, Patricia Blagitz. Constitucionalismo e direitos fundamentais . 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2014. 1 recurso online (0 p. ISBN 978-85-309-5754-4.	RECURSO ONLINE
15.	BATISTA, Bruno. A logística no e-commerce brasileiro: do clique à entrega: análise e perspectivas do setor de transporte no comércio digital . 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 1 recurso online. ISBN 9788550821504.	RECURSO ONLINE
16.	BERTERO, Carlos Osmar. Ensino e pesquisa em administração . São Paulo: Cengage Learning, 2006. 1 recurso online. (Debates em administração). ISBN 9788522108398.	RECURSO ONLINE
17.	BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo . 3. Porto Alegre: Bookman, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788582605189.	RECURSO ONLINE
18.	BITTAR, Eduardo C. B. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786553620179.	RECURSO ONLINE
19.	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 1 recurso online (290 p. ISBN 9788535293272.	RECURSO ONLINE
20.	BORBA, Gustavo Tavares. Comissão de valores mobiliários . 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788530992064.	RECURSO ONLINE
21.	CAMARGOS, Marcos Antônio de. Matemática financeira aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos . São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788502207615.	RECURSO ONLINE
22.	CAMBI, Eduardo; PORTO, Letícia De Andrade; FACHIN, Melina Girardi. Constituição e direitos humanos: tutela dos grupos vulneráveis . 1. ed. São Paulo: Almedina, 2022. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786556275840.	RECURSO ONLINE

23.	CAMLOFFSKI, Rodrigo. Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas . São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788522486571.	RECURSO ONLINE
24.	CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. Comércio internacional e legislação aduaneira . 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (965 p. ISBN 9788553624379.	RECURSO ONLINE
25.	CAPOVILLA, Fernando César <i>et al.</i> (ed.). Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos . São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v. ISBN 9788531415401 - v.1 / 9788531415418 - v.2 / 9788531416453 - v.3.	12 EXEMPLARES
26.	CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional . 5. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788547213763.	RECURSO ONLINE
27.	CATEORA, Philip R; GILLY, Marcy C; GRAHAM, John L. Marketing internacional . 15. Porto Alegre: AMGH, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788580551464.	RECURSO ONLINE
28.	CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. Negócios internacionais: estratégias, gestão e novas realidades . São Paulo: Person Prentice Hall, 2010. 522 p. ISBN 9788576053798.	5 EXEMPLARES
29.	CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América latina velhos e novos paradigmas: de 1930 aos nossos dias . 3. São Paulo Saraiva 2009 1 recurso online (RIS). ISBN 9788502210301.	RECURSO ONLINE
30.	CHAUI, Marilena. Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas . 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2024. 1 recurso online. ISBN 9786559284566.	RECURSO ONLINE
31.	CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática . 6. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559773305.	RECURSO ONLINE
32.	CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 5. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597028089.	RECURSO ONLINE
33.	CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos de administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade . 2. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597027549.	RECURSO ONLINE

34.	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão financeira : uma abordagem introdutória. 4. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559772902.	RECURSO ONLINE
35.	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração : uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 5. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597027525.	RECURSO ONLINE
36.	CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing : criando valor para clientes. 3. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502183605.	RECURSO ONLINE
37.	CIGNACCO, Bruno Roque. Fundamentos de comércio internacional para pequenas e médias empresas . São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502111813.	RECURSO ONLINE
38.	COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 12. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788553607884.	RECURSO ONLINE
39.	CORREIA, Henrique Luiz. Administração de cadeias de suprimentos e logística : integração na era da indústria 4.0. 2. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597023022.	RECURSO ONLINE
40.	CORREIA, Pedro de Pizarat. Manual de geopolítica e geoestratégia . São Paulo: Grupo Almedina, 2018. 1 recurso online. (Arte da guerra). ISBN 9789724421001.	RECURSO ONLINE
41.	CORTIÑAS LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. Comércio exterior competitivo . 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008. 568 p. ISBN 9788571294844.	1 EXEMPLAR
42.	COVA, Carlos José Guimarães; COVA, Carlos José Guimarães (org.). Finanças e mercados de capitais : mercados fractais : a nova fronteira das finanças. São Paulo:, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786555582284.	RECURSO ONLINE
43.	CREPALDI, Sílvio Aparecido. Curso básico de contabilidade . 7. São Paulo: Atlas, 2013, recurso online. ISBN 9788522481057.	RECURSO ONLINE
44.	CZINKOTA, Michael R; RONKAINEN, Ilkka A. Marketing internacional . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522108886.	RECURSO ONLINE
45.	DAMAS, Roberto Dumas. China x eua : como a economia global e a geopolítica se comportarão no pós-pandemia. 1.	RECURSO ONLINE

	ed. São Paulo: Saint Paul, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786586407198.	
46.	DAMAS, Roberto Dumas. Crises econômicas internacionais . São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547212575.	RECURSO ONLINE
47.	DAMAS, Roberto Dumas. Crônicas econômicas em um novo tabuleiro geopolítico . 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786586407457.	RECURSO ONLINE
48.	DAVID, Pierre A. Logística internacional: gestão de operações de comércio internacional . 2. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788522124244.	RECURSO ONLINE
49.	DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar (Org.). Comércio exterior: teoria e gestão . 3. São Paulo Atlas 2013 1 recurso online ISBN 9788522484447.	RECURSO ONLINE
50.	DIAS, Reinaldo. Políticas públicas princípios, propósitos e processos. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522484478.	RECURSO ONLINE
51.	DORATIOTO, Francisco <i>et al.</i> História das relações internacionais do Brasil . 2. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. 1 recurso online. (Temas essenciais em RI ; 5). ISBN 9788571441293.	RECURSO ONLINE
52.	DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 9. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786559774531.	RECURSO ONLINE
53.	DORNELAS, José. Empreendedorismo . 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021. 1 recurso online (240 p. ISBN 9786587052083.	RECURSO ONLINE
54.	DUSCHITZ, Caroline; FARIAS, Claudio; CARVALHO, Gustavo Meneghetti de. Marketing aplicado . Porto Alegre: Bookman, 2015. 1 recurso online. (Tekne). ISBN 9788582602782.	RECURSO ONLINE
55.	EITEMAN, David K; STONEHILL, Arthur I; MOFFETT, Michael H. Administração financeira internacional . 12. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701892.	RECURSO ONLINE
56.	EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA-USP. Contabilidade introdutória . 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2019, recurso online ISBN 9788597021011.	RECURSO ONLINE

57.	ESTEVEZ, Daniel. A herança africana no brasil . 1. ed. São Paulo: Nemo, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788582861011.	RECURSO ONLINE
58.	FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia . 6. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788502636552.	RECURSO ONLINE
59.	FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à análise de política externa . São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502132870.	RECURSO ONLINE
60.	FILHO, Nelson Casarotto. Análise de investimentos . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (352 p. ISBN 9788597023299.	RECURSO ONLINE
61.	FILHO, Waldir Macieira da Costa; LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência . 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553612109.	RECURSO ONLINE
62.	FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes . Porto Alegre: Penso, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788565848138.	RECURSO ONLINE
63.	FRAPORTI, Simone; GIACOMELLI, Giancarlo; FONSECA, Joaquim José Rodrigues da. Logística internacional . Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595023598.	RECURSO ONLINE
64.	FREIRE, Paulo. Conscientização . São Paulo: Cortez, 2023. 1 recurso online. ISBN 978655554069.	RECURSO ONLINE
65.	FUSER, Igor. Energia e relações internacionais . São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. (Relações internacionais ; 2). ISBN 9788502200500.	RECURSO ONLINE
66.	GAGLIANO, Giuseppe. Guerra econômica e competição no mundo contemporâneo . Pelotas: Ed. UFPel, 2018. 157 p. ISBN 978-85-517-0023-5. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4191 . Acesso em: 6 out. 2020.	RECURSO ONLINE
67.	GALVÃO, Thiago Gehre. Política internacional contemporânea . None: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411706.	RECURSO ONLINE

68.	GARBIN, Isabela. Direitos humanos e relações internacionais . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786555411386.	RECURSO ONLINE
69.	GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.	7 EXEMPLARES
70.	GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez : sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola, 2012. 186 p. (Série Estratégias de ensino ; 35). ISBN 9788579340505.	6 EXEMPLARES
71.	GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 775 p. ISBN 9788576053323.	11 EXEMPLARES
72.	GÓES, Alexandre Morand <i>et al.</i> Língua brasileira de sinais - Libras : uma introdução. São Carlos: UFScar, 2011. 173 p. (Coleção UAB-UFSCar - Pedagogia). Disponível em: http://hdl.handle.net/123456789/2734 . Acesso em: 22 maio 2025.	RECURSO ONLINE
73.	GOLDEMBERG, José. Tudo o que você precisa saber sobre energia . Porto Alegre: Bookman, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788582606254.	RECURSO ONLINE
74.	GONÇALVES, Reinaldo. Economia política internacional . fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. 2. Rio de Janeiro GEN Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788595156210.	RECURSO ONLINE
75.	GREWAL, Dhruv. Marketing . 4. Porto Alegre: AMGH, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788580555516.	RECURSO ONLINE
76.	GUEDES, Ana Lucia. Negócios internacionais . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522108282.	RECURSO ONLINE
77.	GUERRA, Sidney. Curso de direitos humanos . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786553628496.	RECURSO ONLINE
78.	GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação conciliação e negociação. 6. São Paulo Saraiva Jur 2022 1 recurso online ISBN 9786553620568.	RECURSO ONLINE
79.	GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia . São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X.	2 EXEMPLARES

80.	GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil . 2. ed. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo ; Ed. 34, 2004. 155 p. ISBN 8573263180.	3 EXEMPLARES
81.	GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. Introdução à economia . 2. São Paulo: GEN Atlas, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788595152205.	RECURSO ONLINE
82.	HANSANTI, Songporn. International Finance in Emerging Markets: Issues, Welfare Economics Analyses and Policy Implications . 1st ed. 2008. XII, 226 p (Contributions to Economics, 1431-1933). recurso online. ISBN 9783790820447.	RECURSO ONLINE
83.	HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Cândido. Empreendedorismo: plano de negócios em 40 lições . 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788571440494.	RECURSO ONLINE
84.	HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José. Auditoria de demonstrações contábeis testes, casos práticos e exercícios . São Paulo Atlas 2004 1 recurso online ISBN 9788522472659.	RECURSO ONLINE
85.	HITT, Michael A; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização: conceitos . 4. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788522127986.	RECURSO ONLINE
86.	HOLANDA, Thiago Costa et al. Sistemática das operações de logística internacional . Porto Alegre: SAGAH, 2020. 1 recurso online. ISBN 9786556900896.	RECURSO ONLINE
87.	KEANE, John. A mais breve história da democracia . Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788550818603.	RECURSO ONLINE
88.	KLEINDORFER, Paul R; WIND, Yoram [Jerry]; GUNTHER, Robert E. O desafio das redes: estratégia, lucro e risco em um mundo interligado . 1. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701212.	RECURSO ONLINE
89.	KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados . Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555202458.	RECURSO ONLINE
90.	KRUGMAN, Paul. Introdução à economia . 6. Rio de Janeiro GEN Atlas 2023 1 recurso online ISBN 9788595159679.	RECURSO ONLINE

91.	LACERDA, Antônio Corrêa de. Economia brasileira . 6. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788547231798.	RECURSO ONLINE
92.	LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos : constituição, racismo e relações internacionais. 1. ed. Barueri: Manole, 2005. 1 recurso online (354 p. ISBN 9788520443170.	RECURSO ONLINE
93.	LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing . 2. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597020151.	RECURSO ONLINE
94.	LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. História das relações internacionais . São Paulo: Contexto, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555412147.	RECURSO ONLINE
95.	LEWICKI, Roy J; SAUNDERS, David M; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação . 5. Porto Alegre: AMGH, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788580553864.	RECURSO ONLINE
96.	LIMA, Luiz Murilo Strube. Ifrs: entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade . São Paulo: Atlas, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788522481644.	RECURSO ONLINE
97.	LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de comércio exterior e negócios internacionais . São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547218485.	RECURSO ONLINE
98.	LOBÃO, Júlio. A regulação dos mercados de capitais . 1. ed. São Paulo: Almedina, 2018. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789896942045.	RECURSO ONLINE
99.	LODI, Ana Claudia Balieiro <i>et al.</i> (org.). Letramento e minorias . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 160 p. ISBN 9788587063649.	2 EXEMPLARES
100.	LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	15 EXEMPLARES
101.	LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. Dicionário de história da África: séculos VII a XVI . São Paulo: Autêntica, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788551302200.	RECURSO ONLINE
102.	LUDOVICO, Nelson. Como preparar uma empresa para o comércio exterior . 2. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788547230340.	RECURSO ONLINE

103.	LUDOVICO, Nelson. Logística internacional: um enfoque em comércio exterior . 4. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547228453.	RECURSO ONLINE
104.	LUDOVICO, Nelson. Mercados e negócios internacionais . São Paulo: Saraiva, 2007. 1 recurso online. ISBN 9788502138841.	RECURSO ONLINE
105.	MAÇÃES, Manuel Alberto Ramos. Estratégias e processos de internacionalização , v. 6. 1. ed. São Paulo: Actual, 2017. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789896942298.	RECURSO ONLINE
106.	MACKENZIE, Iain. Política . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 1 recurso online (556 p. ISBN 9788536325811.	RECURSO ONLINE
107.	MAGALHÃES, Marcos Felipe. Estratégias para o desenvolvimento sustentável: ASG + P (ambiente, sociedade, governança, pessoas). 2. São Paulo: Atlas, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786559774159.	RECURSO ONLINE
108.	MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 16. São Paulo: Atlas, 2020. 1 recurso online. ISBN 9788597023640.	RECURSO ONLINE
109.	MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia . 4. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788522127924.	RECURSO ONLINE
110.	MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 9. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788597026580.	RECURSO ONLINE
111.	MARIANO, Jefferson; CARMOS, Edgar. Economia internacional . 3. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547215149.	RECURSO ONLINE
112.	MARTINS, Eliseu. Análise avançada das demonstrações contábeis uma abordagem crítica . 3. Rio de Janeiro: Atlas, 2020, recurso online ISBN 9788597025941.	RECURSO ONLINE
113.	MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas . 3. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788597009088.	RECURSO ONLINE
114.	MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 8. São Paulo: Atlas, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522475872.	RECURSO ONLINE

115.	MEDEIROS, Aline Lucia Nogueira <i>et al.</i> Geografia política . Porto Alegre: SAGAH, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786556902456.	RECURSO ONLINE
116.	MELO, Débora S. S; SCALABRIN, Felipe. Ciência política e teoria geral do estado . 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017. 1 recurso online (154 p. ISBN 9788595021891.	RECURSO ONLINE
117.	MELO, Pedro Lucas de Resende; ANDREASSI, Tales. Franquias brasileiras: estratégia, empreendedorismo, inovação e internacionalização . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788522112685.	RECURSO ONLINE
118.	MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais . 3. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 978-85-970-0359-8.	RECURSO ONLINE
119.	MICHELON, Francisca Ferreira et al. Guia de integralização da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas . Pelotas: PREC/UFPel, 2019. 43p. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6829 . Acesso em: 1 jun. 2023.	RECURSO ONLINE
120.	MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil . São Paulo: Autêntica, 2022. 1 recurso online. (Ensaio). ISBN 9786559281428.	RECURSO ONLINE
121.	MINERVINI, Nicola. O exportador: construindo o seu projeto de internacionalização . 7. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788562937200.	RECURSO ONLINE
122.	MINGONE, Rafael. Capitalização de pequenas e médias empresas: como crescer com o mercado de capitais . São Paulo: Trevisan, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788599519912.	RECURSO ONLINE
123.	MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil . 1. ed. Birigui: Boreal, 2013. 268 p. ISBN 9788599286449.	2 EXEMPLARES
124.	MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais . São Paulo: Autêntica, 2010. 1 recurso online. ISBN 9788582178157.	RECURSO ONLINE
125.	MOLERO, Leonel; MELLO, Eduardo. Derivativos: negociação e precificação . 2. São	RECURSO ONLINE

	Paulo: Saint Paul, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786586407150.	
126.	MOREIRA, Adriano. Ciência política . 6. São Paulo: Grupo Almedina, 2014. 1 recurso online. ISBN 9789724058146.	RECURSO ONLINE
127.	MOTTA, Andrea Limani Boisson. Curso introdutório de direito internacional do comércio . São Paulo Manole 2010 1 recurso online ISBN 9788520446454.	RECURSO ONLINE
128.	MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. Teoria geral da administração . 4. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555583885.	RECURSO ONLINE
129.	MUSSE, Ricardo <i>et al.</i> (org.). China contemporânea: seis interpretações . São Paulo: Autêntica, 2021. 1 recurso online. (Ensaio). ISBN 9786559280490.	RECURSO ONLINE
130.	NARUHIKO, Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr., Sérgio. Economia brasileira contemporânea . 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. 1 recurso online. ISBN 9786559776450.	RECURSO ONLINE
131.	NETO, Alexandre Assaf. Investimentos no mercado financeiro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597022575.	RECURSO ONLINE
132.	NETO, Antônio José de Mattos; NETO, Homero Lamarão; SANTANA, Raimundo Rodrigues. Direitos humanos e democracia inclusiva . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788502175792.	RECURSO ONLINE
133.	NOSÉ JUNIOR, Amadeu. Marketing internacional: uma estratégia empresarial . São Paulo: Cengage Learning, 2004. 1 recurso online. ISBN 9788522108268.	RECURSO ONLINE
134.	NYEGRAY, João Alfredo. Negócios Internacionais . São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.	RECURSO ONLINE
135.	OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas . 6. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788597021301.	RECURSO ONLINE
136.	PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. Manual de contabilidade internacional: IFRS, US Gaap, BR Gaap: teoria e prática . São Paulo: Cengage Learning, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788522126545.	RECURSO ONLINE

137.	PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à contabilidade com abordagem para não contadores . 2. São Paulo: Cengage Learning, 2016, recurso online ISBN 9788522123971.	RECURSO ONLINE
138.	PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.	10 EXEMPLARES
139.	PEREIRA, Sergio. Munde-se: reposicionando seu negócio através das vendas internacionais . Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786555208276.	RECURSO ONLINE
140.	PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597021752.	RECURSO ONLINE
141.	PINSKY, Jaime. Cidadania e educação . 10. São Paulo: Contexto, 1998. 1 recurso online. ISBN 9788572448475.	RECURSO ONLINE
142.	PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788553626410.	RECURSO ONLINE
143.	POCOCK, John. Cidadania, historiografia e res publica . 1. ed. São Paulo: Almedina, 2013. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789724053332.	RECURSO ONLINE
144.	QUADROS, Ronice M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788536316581.	RECURSO ONLINE
145.	QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. ISBN 9788536303086.	8 EXEMPLARES
146.	RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado . 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (664 p. ISBN 9788553624478.	RECURSO ONLINE
147.	RAMOS, Danielly. Introdução às relações internacionais . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555414561.	RECURSO ONLINE
148.	REIS, Lineu Belico dos; FADIGAS, Eliane A. F. Amaral; CARVALHO, Cláudio Elias. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável . 3. Barueri:	RECURSO ONLINE

	Manole, 2019. 1 recurso online. (Ambiental). ISBN 9788520456828.	
149.	ROJAS, Pablo. Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional . Porto Alegre: Bookman, 2014. 1 recurso online. (Tekne). ISBN 9788582601945.	RECURSO ONLINE
150.	ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo F; CARLOS, Viviane Moschini (org.). Meio ambiente e sustentabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788540701977.	RECURSO ONLINE
151.	ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências . 7. São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788522493067.	RECURSO ONLINE
152.	ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . 21. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online. ISBN 9788597008081.	RECURSO ONLINE
153.	SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos . 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010. 286 p. ISBN 9788576057994.	6 EXEMPLARES
154.	SANSONE, Lívio. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil . Salvador: Rio de Janeiro : Pallas, 2007. 335 p. ISBN 9788534703628.	3 EXEMPLARES
155.	SANTOS, Antonio Carlos A. dos; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro M. Integração econômica regional regional . São Paulo: Saraiva, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788502204799.	RECURSO ONLINE
156.	SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento . 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788524922435.	RECURSO ONLINE
157.	SANTOS, Pedro Antônio dos. Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório . São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522494156.	RECURSO ONLINE
158.	SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan. Economia do meio ambiente e da energia: fundamentos teóricos e aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788521635673.	RECURSO ONLINE

159.	SARFATI, Gilberto. Manual de negociação . São Paulo Saraiva 2010 1 recurso online ISBN 9788502119352.	RECURSO ONLINE
160.	SCHWAB, Patricia Ines; FONSECA, Joaquim José Rodrigues da; SILVA, Roberta Machado Dias da. Logística aduaneira . 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595025684.	RECURSO ONLINE
161.	SEGRE, German (Org). Manual prático de comércio exterior . 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597017397.	RECURSO ONLINE
162.	SEGRE, German. Manual prático de comércio exterior . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788597017397.	RECURSO ONLINE
163.	SILVA, Dayane A. de Souza <i>et al.</i> Planejamento e viabilidade das operações de exportação e importação . Porto Alegre SAGAH 2020 1 recurso online (Administração). ISBN 9786556900797.	RECURSO ONLINE
164.	SILVA, José Ultemar da; SILVA, José Ultemar da (org.). Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior . São Paulo: 2020. 1 recurso online. ISBN 9786555582123.	RECURSO ONLINE
165.	SILVA, Ricardo da Silva e <i>et al.</i> Empreendedorismo social . Porto Alegre: SAGAH, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788533500204.	RECURSO ONLINE
166.	SKLIAR, Carlos (org). A surdez: um olhar sobre as diferenças . 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 190 p. ISBN 9788587063175.	1 EXEMPLAR
167.	SMIL, Vladav. Energia e civilização: uma história . Porto Alegre: Bookman, 2024. 1 recurso online. ISBN 9788582606407.	RECURSO ONLINE
168.	SOENDERGAARD, Niels. Economia política global . None: Contexto, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555410907.	RECURSO ONLINE
169.	SOFIATO, Cássia Geciauskas <i>et al.</i> Língua brasileira de sinais - Libras: aspectos linguísticos e históricos . São Carlos: UFScar, 2012. 93 p. (Coleção UAB-UFScar - Educação Musical). Disponível em: http://hdl.handle.net/123456789/2740 . Acesso em: 22 maio 2025.	RECURSO ONLINE
170.	SOUSA, José Meireles de. Empreender em mercados internacionais: um guia para internacionalizar sua	RECURSO ONLINE

	empresa. São Paulo: Saraiva Uni, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788502228283.	
171.	TANSEY, Stephen D; JACKSON, Nigel. Política . São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online. (Homem, cultura e sociedade). ISBN 978-85-02-63836-5.	RECURSO ONLINE
172.	TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e inovação: direito no empreendedorismo 2a ed. 2. ed. Barueri: Manole, 2020. 1 recurso online (0 p. ISBN 9788520461976.	RECURSO ONLINE
173.	TERRA, Cristina. Finanças internacionais: macroeconomia aberta: teoria, aplicações e políticas . São Paulo: GEN Atlas, 2013. 1 recurso online. ISBN 9788595152502.	RECURSO ONLINE
174.	TOSI, Armando José. Matemática financeira com utilização da HP-12C . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 208 p. ISBN 9788522455799.	3 EXEMPLARES
175.	TURCHI, Sandra R. Estratégia de marketing digital e e-commerce . 2. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788597015409.	RECURSO ONLINE
176.	VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Introdução à economia . São Paulo: Saraiva, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788502146075.	RECURSO ONLINE
177.	VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MASCARENHAS, André Ofenhejm (org.). Empreendedorismo . São Paulo, 2012. 1 recurso online. ISBN 9786555582093.	RECURSO ONLINE
178.	VAZQUEZ, José Lopes. Comércio exterior brasileiro . 11. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788522498680.	RECURSO ONLINE
179.	VICECONTI, Paulo. Introdução à economia . 12. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502210615.	RECURSO ONLINE
180.	WITTMANN, Luisa Tombini. Ensino (d)e história indígena . São Paulo: Autêntica, 2015. 1 recurso online. ISBN 9788582174265.	RECURSO ONLINE
181.	YERGIN, Daniel. O novo mapa: energia, clima e o conflito entre nações . Porto Alegre: Bookman, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788582606018.	RECURSO ONLINE

Apêndice 2 – Regimento Interno do Curso de Comércio Exterior

17/11/2022 19.49

SEI/UFPEl - 1939543 - Parecer Normativo COCEPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

PARECER NORMATIVO Nº 85, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

**Aprova o Regimento Interno do Curso
de Comércio Exterior - COMEX**

**O Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão -
COCEPE - da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS,**

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº
23110.037599/2022-17 e

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião de 27 de outubro de
2022, constante da Ata nº 24/2022;

DECIDE:

EMITIR PARECER NORMATIVO aprovando o Regimento Interno do
Curso de Comércio Exterior - COMEX, como segue:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

https://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2186137&infra_sistema=... 1/6

CAPÍTULO ÚNICO
DA FINALIDADE

Art. 1º O Colegiado do Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências SócioOrganizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) é órgão normativo, deliberativo, executivo e consultivo que tem por finalidade superintender o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação no âmbito do Curso de Comércio Exterior da UFPEL.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Colegiado do Curso de Comércio Exterior é composto por:

- I – Coordenador do Curso;
- II – Coordenador Adjunto;
- III – Representação dos Docentes, eleita por seus pares;
- IV – Representação dos Discentes, eleita por seus pares.

Art. 3º O Coordenador do Curso será também o Coordenador do Colegiado, sendo assessorado pelo Coordenador Adjunto, ambos com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pelos membros do Colegiado em votação uninominal e secreta, convocada e organizada por uma Comissão Eleitoral nomeada pelo Colegiado, homologados pelo Conselho do Centro e nomeados pelo Reitor.

§ 1º - Os candidatos aos cargos de Coordenador e Coordenador Adjunto devem ser docentes responsáveis por disciplinas do Curso.

§ 2º - Considera-se docentes responsáveis por disciplinas do Curso os professores da Carreira do Magistério Superior Federal da UFPEL, integrantes do quadro permanente ativo, que estejam ministrando ou tenham ministrado componentes curriculares obrigatórios ou optativos do Curso de Comércio Exterior há no máximo 3 (três) anos da data de publicação do Edital de Eleição para a Coordenação do Curso.

Art. 4º O Coordenador do Curso será substituído na Coordenação do Colegiado, em suas ausências e impedimentos, pelo Coordenador Adjunto e, no impedimento de ambos, pelo integrante mais antigo na Carreira do Magistério Superior Federal na UFPEL dentre os membros do Colegiado.

Art. 5º A representação dos Docentes será composta por 2 (dois) representantes eleitos por seus pares, na forma de chapa (titular e suplente), com mandato de dois (2) anos, permitida a recondução, em votação secreta, convocada e organizada por uma Comissão Eleitoral nomeada pelo Colegiado.

§ 1º Os representantes referidos no caput deste artigo devem ser docentes responsáveis por disciplinas do Curso.

§ 2º Considera-se docentes responsáveis por disciplina do Curso os professores da Carreira do Magistério Superior Federal da UFPel, integrantes do quadro permanenteativo, que estejam ministrando ou tenham ministrado componentes curriculares obrigatórios ou optativos do Curso de Comércio Exterior há no máximo 3 (três) anos da data de publicação do Edital de Eleição para a Representação Docente no Colegiado. Art. 6º A representação dos Discentes será composta por 1 (um) representante eleito por seus pares, na forma de chapa (titular e suplente), com mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução, em votação secreta, convocada e organizada por uma Comissão Eleitoral nomeada pelo Colegiado.

Parágrafo único - Os representantes referidos no caput deste artigo devem ser alunos regularmente matriculados no Curso.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Art. 7º São atribuições do Colegiado do Curso de Comércio Exterior:

- I – Elaborar, avaliar, atualizar e aprovar o projeto pedagógico do Curso;
- II – Aprovar os Planos de Ensino das disciplinas do Curso;
- III – Aprovar a lista de ofertas das disciplinas do Curso para cada período letivo;
- IV – Indicar ao Conselho do Centro do CCSO a nominata que irá compor o Núcleo Docente Estruturante;
- V – Planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de Ensino;
- VI – Deliberar sobre solicitações de aproveitamento de disciplinas, transferências, reopções, reingressos e ingressos de portadores de diploma;
- VII – Manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse do Curso, assegurando que sua realização se dê em observância às normas pertinentes;
- VIII – Decidir questões referentes à matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como das representações e recursos relativos à matéria didática, obedecida a legislação vigente;

IX – Estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do Curso;

X – Criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade;

XI – Coordenar e executar os procedimentos de avaliação do Curso;

XII – Aprovar seu Regimento Interno e posteriores alterações, submetendo-os para apreciação do Conselho do Centro do CCSO; XIII – Aprovar resoluções internas no âmbito do Curso;

XIV – Aprovar enunciados contendo parâmetros para as decisões da Coordenação do Curso, delegando-lhe poderes para deliberação definitiva, evitando a repetição de matéria para deliberação;

XV – Instituir Comissões Eleitorais e homologar os Editais de eleições para a Coordenação e Coordenação Adjunta do Curso, bem como para as representações Docente e Discente no Colegiado;

XVI – Outras atribuições que venham a ser definidas pela legislação;

XVII – Propor, motivadamente, pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Coordenador e/ou do Coordenador-Adjunto.

XVIII- Reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez a cada 2 (dois) meses, e em sessões extraordinárias, mediante convocação do Coordenador ou por solicitação de dois terços dos seus membros, com registro de presença e ata.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a maioria absoluta dos membros do Colegiado, que deliberará por maioria simples de votos dos presentes.

§ 2º Em caso de empate, o Coordenador do Curso terá o voto de desempate.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 8º Compete ao Coordenador do Curso:

I – Coordenar e representar o Curso;

II – Coordenar o Colegiado do Curso, convocando e presidindo suas reuniões;

III – Supervisionar as atividades acadêmicas do Curso;

IV – Cumprir e fazer cumprir, no âmbito do Curso, as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, as deliberações dos Colegiados Superiores da Universidade, do Regimento Interno do CCSO, do Regimento Interno do Curso, Deliberações e Enunciados do Colegiado do Curso, sem prejuízo das demais normas vigentes sobre matéria de sua competência;

- V – Supervisionar as atividades do Coordenador Adjunto;
- VI – Submeter para apreciação do Colegiado os Planos de Ensino das disciplinas;
- VII – Encaminhar ao Diretor a lista de oferta de disciplinas aprovadas pelo Colegiado;
- VIII - Expedir portarias internas, ordens de serviços, avisos e instruções dentro do seu âmbito de competência;
- IX - Definir e registrar os horários das disciplinas em conjunto com os demais Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do CCSO, para evitar a sobreposição de horários e atividades docentes.
- Parágrafo único** - Das decisões do Coordenador caberá recurso ao Colegiado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR ADJUNTO

- Art. 9º** Compete ao Coordenador Adjunto:
- I – Auxiliar o Coordenador e substituí-lo em suas ausências e impedimentos;
- II – Desempenhar as funções que forem delegadas pelo Coordenador ou determinadas pelo Colegiado.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O presente Regimento poderá ser modificado por proposta aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do Colegiado, desde que aprovado em sessão extraordinária especialmente convocada para esse fim, com posterior aprovação final do Conselho do Centro do CCSO e do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão - COCEPE.

Art. 11. Casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 12. O presente Regimento entra em vigor após sua aprovação pelo COCEPE e sua publicação pela Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores da UFPel.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois

Prof.^a Dr.^a Ursula Rosa da Silva
Presidenta do COCEPE



Documento assinado eletronicamente por **URSULA ROSA DA SILVA, Presidente**, em 11/11/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1939543** e o código CRC **8774FB17**.

Apêndice 3 – Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Comércio Exterior



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIO-ORGANIZACIONAIS
COLEGIADO DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 01/2022, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Comércio Exterior.

O COORDENADOR DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12º inciso XIII e art. 13º inciso I do Regimento do Centro de Ciências Socio-Organizacionais - Resolução CONSUN 62, de 27 de outubro de 2021,

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 01, de 27 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23110.036970/2022-15,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, a Resolução 01, de 27 de Setembro de 2022, que aprova o Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DA FINALIDADE

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) tem caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do curso, sendo responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e na consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O NDE é composto pelo Coordenador do Curso, como seu presidente, e mais 4 (quatro) docentes pertencentes ao Curso eleitos pelo Colegiado.

§ 1º Os membros do NDE serão eleitos pelo Colegiado do Curso, com um mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução, em votação secreta convocada e organizada por uma Comissão Eleitoral nomeada pelo Colegiado.

§ 2º Considera-se docentes pertencentes ao Curso os professores da Carreira do Magistério Superior Federal da UFPel, integrantes do quadro permanente-ativo, que estejam ministrando ou tenham ministrado componentes curriculares obrigatórios ou optativos do Curso de Comércio Exterior há no máximo três (3) anos da data de publicação do Edital de Eleição para o Núcleo Docente Estruturante.

Art. 3º A composição do NDE deverá obedecer às seguintes proporções:

I – Ter pelo menos 80% de seus membros com título de doutor;

II – Ter pelo menos 80% de seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Art. 4º O Coordenador do Curso será substituído na Presidência do NDE, em suas ausências e impedimentos, pelo Coordenador Adjunto e, no impedimento de ambos, pelo integrante mais antigo na Carreira do Magistério Superior Federal na UFPel dentre os membros do NDE.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NDE

Art. 5º São atribuições do NDE:

- I – Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, a reestruturação e a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
- II – Promover melhorias no currículo do Curso, tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem a sua efetividade;
- III – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e para a melhora geral da qualidade do Curso, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- IV – Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
- V – Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações relacionadas;
- VI – Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e das demais normas institucionais aplicáveis;
- VII – Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
- VIII – Encaminhar à Direção do CCSO as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC;
- IX – Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas *in loco* para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou credenciamento institucional;
- X – Acompanhar e apoiar os processos de Avaliação e a relação do Curso.
- XI – Criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE

Art. 6º Compete ao Presidente do NDE:

- I – Convocar e presidir as reuniões;

II – Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

III – Encaminhar as deliberações do NDE;

IV – Expedir portarias internas, ordens de serviços, avisos e instruções dentro do seu âmbito de competência;

Parágrafo único. Das decisões do Presidente caberá recurso ao Colegiado no prazo de cinco (5) dias úteis.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 7º O NDE deverá reunir-se ordinariamente pelo menos duas vezes por semestre e, em sessões extraordinárias, mediante convocação do Presidente ou por solicitação de dois terços dos seus membros, com registro de presença e ata.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a maioria absoluta dos membros do Colegiado, que deliberará por maioria simples de votos dos presentes.

§ 2º Em caso de empate, o Presidente do NDE terá o voto de desempate.

§ 3º É permitida a participação de membros da comunidade acadêmica nas reuniões a que se refere o *caput* deste artigo na condição de ouvintes.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º O presente Regimento poderá ser modificado por proposta aprovada por, no mínimo, dois terços (2/3) da totalidade dos membros do Colegiado do Curso, desde que aprovado em sessão extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Art. 9º Casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 10º O presente Regimento entra em vigor após sua aprovação e publicação pelo Colegiado do Curso.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LENA MARCHIORI NETO, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2022, às 22:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1879757** e o código CRC **EC30AF06**.

Referência: Processo nº 23110.037600/2022-03

SEI nº 1879757

Apêndice 4 – Regimento Interno do COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIO-ORGANIZACIONAIS**

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova o Regimento Interno do
COMEXLab - Laboratório de Estudos e
Práticas em Comércio Exterior.

**A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas
pelo art. 9º inciso IV do Regimento do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais - Resolução
CONSUN 62, de 27 de Outubro de 2021,

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº. 11, de 16 de Novembro de
2023,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº. 23110.043581/2023-27,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, a Resolução 01, de 27 de Novembro de 2023, que
aprova o Regimento Interno do COMEXLab - Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio
Exterior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

REGIMENTO DO COMEXLab - LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM COMÉRCIO EXTERIOR

Art. 1º – O Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior (COMEXLab) é um órgão vinculado
ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Art. 2º – O Laboratório tem como objetivo principal o desenvolvimento de um ambiente de aprendizado teórico e prático aplicado às atividades relacionadas ao comércio exterior, promovendo a pesquisa e análise de casos reais, desenvolvendo habilidades práticas em importação, exportação e logística, bem como realizando estudos diagnósticos relacionados à internacionalização, com o propósito de facilitar a compreensão das regulamentações e normas no comércio internacional.

Parágrafo único - O COMEXLab atuará sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º – A Equipe de Trabalho do COMEXLab é composta por:

- I – Coordenador;
- II – Coordenador Adjunto;
- III – Pesquisadores Titulares;
- IV – Pesquisadores Associados;
- V – Assistentes de Pesquisa.

§1º – O Coordenador e o Coordenador Adjunto devem ser Pesquisadores Titulares e docentes do Curso de Comércio Exterior, indicados pelo Colegiado deste Curso, aprovados pelo Conselho do CCSO, com um mandato de 4 (quatro) anos, podendo haver recondução.

§ 2º – Consideram-se docentes do Curso de Comércio Exterior os professores da Carreira do Magistério Superior Federal da UFPel, integrantes do quadro permanente ativo, que estejam ministrando ou tenham ministrado componentes curriculares obrigatórios ou optativos do Curso de Comércio Exterior há no máximo 3 (três) anos da data de indicação pelo Colegiado do Curso de Comércio Exterior.

§ 3º – Pesquisadores Titulares são professores da Carreira do Magistério Superior da UFPel, do quadro permanente ativo ou inativo, atuantes na área de comércio exterior, indicados pelo Colegiado do Curso de Comércio Exterior e aprovados pelo Conselho do CCSO.

§ 4º – Pesquisadores Associados são professores e/ou pesquisadores de outras instituições de ensino superior e/ou de pesquisa científica e tecnológica, bem como profissionais liberais com titulação mínima de Mestrado, atuantes na área de comércio exterior, indicados pelo Colegiado do Curso de Comércio Exterior e aprovados pelo Conselho do CCSO.

§ 5º – Assistentes de Pesquisa são alunos de graduação ou pós-graduação da UFPel ou de outras instituições que atuem em projetos de ensino, pesquisa e extensão sob supervisão de um Pesquisador Titular.

§ 6º – As cargas horárias dos docentes do Magistério Superior da UFPel dedicadas ao COMEXLab são aprovadas pelo setor responsável da Unidade em que esteja vinculado.

Art. 4º - Compete ao Coordenador do COMEXLab:

- I – Coordenar as atividades da Equipe de Trabalho e administrar os recursos disponíveis;
- II – Representar o COMEXLab institucionalmente e relatar atividades;
- III – Encaminhar para apreciação do Colegiado do Curso de Comércio Exterior nominata para integrar o quadro de Pesquisadores Titulares e Associados;
- IV – Encaminhar ao órgão competente proposta de atualização e/ou revisão deste Regimento.

Art. 5º – Compete ao Coordenador Adjunto do COMEXLab:

- I – Auxiliar o Coordenador e substituí-lo em suas ausências e impedimentos;
- II – Desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo Coordenador.

Art. 6º – Compete aos Pesquisadores Titulares e Associados:

- I – Auxiliar o Coordenador e o Coordenador Adjunto do COMEXLab em decisões relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II – Apoiar a coordenação das atividades de pesquisa, ensino e extensão junto à Equipe de Trabalho.

Art. 7º – Compete à Equipe de Trabalho do COMEXLab:

- I – Trabalhar pelo alcance dos objetivos do COMEXLab;
- II – Conceber projetos, montar equipes e buscar meios de suplementação de recursos;
- III – Buscar a sustentabilidade do COMEXLab, zelar pelo seu patrimônio e segurança;

IV – Sugerir ao Coordenador nominata para integrar o quadro de Pesquisadores Titulares e Associados;

V – Mencionar o COMEXLab em publicações relacionadas a atividades desenvolvidas no âmbito do Laboratório.

Art. 8º – O COMEXLab contará com instalações providas e mantidas pela Direção do CCSO suficientes para o alcance de seus objetivos e proporcionais as suas demandas e trabalhos.

Art. 9º – Os recursos do COMEXLab são aqueles repassados pela Direção do CCSO ou outras instâncias da UFPel, ou alocados através de Convênios, Projetos ou Doações.

Art. 10º – Os materiais permanentes do COMEXLab serão registrados como acervo do CCSO.

Art. 11º – Estas normas entrarão em vigor a partir da data de sua homologação pelo Conselho Universitário da UFPel.

Art. 12º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do COMEXLab, conjuntamente com a Direção do CCSO.



Documento assinado eletronicamente por **ISABEL CRISTINA ROSA BARROS RASIA**, Diretora, Centro de Ciências Socio-Organizacionais, em 27/11/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2439718 e o código CRC 75401DA2.

Apêndice 5 – Plano de Ação da Coordenação do Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal de Pelotas (2024-2026)



PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (2024-2026)

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto
(Coordenador)

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira
(Coordenador-Adjunto)

Setembro de 2024

1. Apresentação

O **Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)** tem como missão formar profissionais capacitados para atuar no cenário global, promovendo o desenvolvimento econômico e a integração comercial do Brasil no mercado internacional.

Localizado em uma região estratégica do Rio Grande do Sul, próxima a importantes polos logísticos e portuários, o curso busca aliar teoria e prática, preparando os estudantes para os desafios do comércio internacional, negociações aduaneiras, logística global e políticas econômicas externas.

No período de **2024 a 2026**, a coordenação do curso será conduzida pelos professores Daniel Lena Marchiori Neto (Coordenador) e Luciano Vaz Ferreira (Coordenador-Adjunto). Este documento apresenta o **plano de ação da gestão**, com os valores, propostas e mecanismos de avaliação que nortearão as atividades administrativas, pedagógicas e de extensão.

2. Valores

A coordenação do curso pauta-se por três princípios fundamentais:

2.1. Transparência

- Garantir ampla divulgação das decisões e ações da coordenação.
- Utilizar meios digitais (site, redes sociais, e-mail institucional) para comunicação com discentes e docentes.
- Assegurar que processos administrativos sejam claros e acessíveis.

2.2. Eficiência

- Otimizar recursos e processos, priorizando soluções digitais para agilizar demandas.
- Implementar sistemas eletrônicos para protocolos e atendimentos.

- Promover gestão ágil e resolutiva.

2.3. Excelência

- Fortalecer o tripé **ensino-pesquisa-extensão**, incentivando projetos com impacto acadêmico e profissional.
- Fomentar parcerias com empresas, órgãos governamentais e instituições internacionais.
- Estimular a participação em eventos, feiras e missões comerciais.

3. Propostas

3.1. Propostas para a Atuação Administrativa

- Representar o curso nos **Conselhos Acadêmicos da UFPel**, garantindo voz ativa nas decisões institucionais.
- Organizar a oferta de disciplinas de forma **dialogada**, considerando as necessidades discentes.
- Manter atualizados o **site do curso** (wp.ufpel.edu.br/comex) e as **redes sociais** (@comexufpel) para divulgação de informações.
- Realizar **seminários de avaliação gerencial** do curso, com participação de alunos e professores.

3.2. Propostas para o Ensino

- Promover **reuniões pedagógicas periódicas** para debater metodologias de ensino e avaliação.
- Revisar o **Projeto Pedagógico do Curso (PPC)**, alinhando-o às demandas do mundo do trabalho e às diretrizes do Ministério da Educação (MEC).
- Divulgar e incentivar programas de **intercâmbio e mobilidade acadêmica**, com parcerias em universidades estrangeiras.

3.3. Propostas para a Pesquisa

- Consolidar **grupos de pesquisa** em temas como:
 - **Análise de Conjuntura em Comércio Exterior**
 - **Gestão de Crises**

- Publicar um **Anuário de Comércio Exterior**, com artigos de docentes e discentes.

3.4. Propostas para a Extensão

- Participar ativamente da **Mostra de Cursos** da UFPel, bem como outras iniciativas institucionais;
- Estimular os docentes a publicarem editais de voluntários para projetos de extensão, a fim de tornar republicano o processo de integralização de horas de extensão.
- Fortalecer o COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior.

4. Mecanismos de Avaliação

- Aplicação de **formulário de autoavaliação**;
- Reuniões de **avaliação coletiva** com alunos e professores, através da ação Café com a Coordenação.
- Divulgação de **relatórios anuais** com metas alcançadas e desafios.

Documento assinado digitalmente
 **DANIEL LENA MARCHIORI NETO**
 Data: 12/05/2025 20:44:49-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Daniel Lena Marchiori Neto

Coordenador do Curso de Comércio Exterior – UFPel

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANO VAZ FERREIRA**
 Data: 12/05/2025 21:01:56-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Luciano Vaz Ferreira

Coordenador Adjunto do Curso de Comércio Exterior – UFPel

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL CRISTINA ROSA BARROS RASIA**
 Data: 13/05/2025 15:41:05-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Isabel Cristina Rosa Barros Rasia

Diretora do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais

Apêndice 6 – Formulário de Avaliação Discente

Formulário de Avaliação do Curso de Comércio Exterior da UFPel

O formulário de avaliação do curso de Comércio Exterior da UFPel é uma oportunidade para que os alunos reflitam sobre sua experiência acadêmica, avaliando desde a estrutura curricular e a qualidade das disciplinas até a infraestrutura e a relevância do conteúdo para a formação profissional. Ao responder ao formulário, os discentes contribuem ativamente para a melhoria contínua do curso, identificando pontos positivos e aspectos que demandam ajustes, como a adequação às demandas do mundo do trabalho, a integração entre teoria e prática e o suporte oferecido pela instituição. Essa participação não só fortalece o diálogo entre estudantes e coordenadores, mas também garante que o curso se mantenha alinhado às necessidades da área, formando profissionais cada vez mais capacitados.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. PERFIL DO ESTUDANTE

1. 1.1 Ano de ingresso no curso *

Marcar apenas uma oval.

☐ 2023

☐ 2024

☐ 2025

2. 1.2 Idade *

Marcar apenas uma oval.

☐ 18 - 25 anos

☐ 26 - 35 anos

☐ 36 - 40 anos

☐ Acima de 40 anos

3. **1.3 Situação profissional atual ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não trabalho
- ☐ Servidor público concursado
- ☐ Empregado com carteira assinada
- ☐ Autônomo
- ☐ Estagiário
- ☐ Aposentado

4. **1.4 Experiência acadêmica anterior ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comércio Exterior da UFPel é meu primeiro curso superior
- ☐ Já iniciei outra graduação (sem concluir)
- ☐ Já sou formado em outra graduação

5. **1.5 Local de residência antes de ingressar no curso ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pelotas e região (cidades vizinhas)
- ☐ Outras regiões do RS
- ☐ Outros Estados

6. **1.6 Idiomas adicionais ao português que você se considera fluente:** *(marque todos que aplicar)*

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Inglês
☐ Espanhol
☐ Francês
☐ Italiano
☐ Outro: _____

7. **1.7 Principal interesse de atuação profissional ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Setor público
☐ Setor privado
☐ Terceiro Setor/ONGs
☐ Empreender (abrir meu negócio)
☐ Ainda não decidi

2. MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DO CURSO

8. **2.1 Escolhi Comércio Exterior por ser um curso tecnólogo de curta duração (2 anos)**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

9. **2.2 Escolhi o curso por ser noturno ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Neutro
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

10. **2.3 Escolhi o curso por ser totalmente presencial ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Neutro
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

11. **2.4 Outros fatores relevantes para a escolha: (marque todos que aplicar)**

Marque todas que se aplicam.

- ☐ O Curso de Comércio Exterior foi minha primeira opção
- ☐ Nota de corte baixa no ENEM/vestibular
- ☐ Benefícios assistenciais da UFPel
- ☐ Pretendo transferir para outro curso posteriormente
- ☐ Outro: _____

3. DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

12. **3.1 O currículo do curso é atrativo e alinhado às necessidades do mundo do trabalho**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

13. **3.2 As disciplinas, metodologias e atividades acadêmicas estimulam a relação entre teoria e prática**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

14. **3.3 As disciplinas, metodologias e atividades acadêmicas contribuem para a formação de um profissional ético**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

15. **3.4 As disciplinas, metodologias e atividades acadêmicas promovem reflexão, convivência e respeito à diversidade**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

16. **3.5 O currículo do curso contempla conteúdos de educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

17. **3.6 O currículo do curso contempla conteúdos sobre inovação e empreendedorismo**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

18. **3.7 As disciplinas estimulam pensamento crítico e argumentação para resolver problemas sociais abordados no curso**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

19. **3.8 A estrutura do curso facilita realização de estágios não-obrigatórios em empresas e órgãos públicos**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

20. **3.9 A estrutura do curso facilita a realização de intercâmbios com outras instituições**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

21. **3.10 O curso incentiva a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

22. **3.11 A regulamentação das atividades complementares tem carga horária, diversidade e aproveitamento adequados**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

23. **3.12 A obrigatoriedade da realização de atividades curriculares de extensão por meio de projetos individuais de docentes é adequada em termos carga horária e formato**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

24. **3.13 O Curso organiza eventos, como palestras, para complementar a formação acadêmica dos alunos**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

25. **3.14 O curso oferece oportunidades de visitas técnicas que contribuem para a formação acadêmica**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

26. **3.15 O Projeto Pedagógico do Curso está correto em não exigir Trabalho de Conclusão de Curso (TCC ou Monografia)**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Neutro
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo totalmente

27. **3.16 O Projeto Pedagógico do Curso está correto em não incluir Estágio Obrigatório como requisito para conclusão da graduação**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Neutro
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

Pular para a pergunta 28

4. DIMENSÃO 2 – DOCENTES

28. **4.1 Qual o seu nível de conhecimento sobre as atividades realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Comércio Exterior?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum conhecimento
- ☐ Pouco conhecimento
- ☐ Conhecimento moderado
- ☐ Bom conhecimento
- ☐ Conhecimento amplo

29. **4.2 Você já teve ou conhece a oportunidade de participar como representante discente no Colegiado do Curso de Comércio Exterior?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, já participei
- ☐ Sim, conheço a oportunidade, mas nunca participei
- ☐ Não tenho certeza se existe essa possibilidade
- ☐ Acredito que não exista essa oportunidade
- ☐ Nunca ouvi falar sobre isso

30. **4.3 Como você avalia o atendimento da Coordenação do Curso? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Regular
☐ Ruim
☐ Péssimo

31. **4.4 A Coordenação do Curso orienta as demandas dos alunos de forma satisfatória**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

32. **4.5 Os procedimentos realizados pela Coordenação do Curso são ágeis, adequados e objetivos?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

33. **4.6 Como você avalia o site do Curso em termos de organização, clareza e informações disponíveis?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Regular
☐ Ruim
☐ Péssimo

34. **4.7 Os professores apresentam e seguem o Plano de Ensino no início do semestre?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

35. **4.8 Os professores demonstram preparo e conduzem aulas interessantes e engajadoras?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

36. **4.9 Como você avalia a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como estratégia de ensino por parte dos professores?** *(exemplos: trabalhos ou provas realizadas no ambiente e-Aula, aulas realizadas de forma síncrona)*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Regular
☐ Ruim
☐ Péssimo

37. **4.10 Os professores disponibilizam referências bibliográficas adequadas para o desenvolvimento das disciplinas?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

38. **4.11 As avaliações aplicadas são compatíveis com os conteúdos e temas trabalhados em aula?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

5. DIMENSÃO 4 - INFRAESTRUTURA

39. **5.1 Em que medida a estrutura física das salas de aula (janelas, portas, paredes, pintura, teto, mesas, cadeiras, luminárias, ar-condicionado, projetor, monitor) atende às necessidades dos estudantes com segurança e adequação?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

40. **5.2 Em que medida a estrutura física interna da UFPel (sinalização, corredores, elevadores, escadas, banheiros, bebedouros, áreas de convivência, biblioteca, prédios e restaurante universitário) atende às necessidades dos estudantes com segurança e adequação?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

41. **5.3 Em que medida a UFPel disponibiliza computadores em quantidade e qualidade suficientes para o acesso dos estudantes?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

42. **5.4 Em que medida a estrutura física externa da UFPel (paradas de ônibus, estacionamento, calçadas, sinalização, áreas de convivência) atende às necessidades dos estudantes com segurança e adequação?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

43. **5.5 Em que medida os ônibus de apoio fornecidos pela UFPel atendem às necessidades dos estudantes em termos de disponibilidade, horários e segurança?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

44. **5.6 Em que medida a Casa do Estudante Universitário (CEU) atende às necessidades dos residentes em termos de estrutura, segurança e conforto?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

45. **5.7 Em que medida o Restaurante Universitário (RU) atende às necessidades dos estudantes em termos de qualidade da alimentação, horários de funcionamento e tempo de espera nas filas?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

46. **5.8 Em que medida a biblioteca do seu campus disponibiliza um acervo bibliográfico (físico e virtual) suficiente para atender às demandas acadêmicas?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

47. **5.9 Em que medida a Universidade Federal de Pelotas disponibiliza auxílios financeiros para a permanência de estudantes?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
☐ Parcialmente inadequado
☐ Neutro
☐ Parcialmente adequado
☐ Totalmente adequado

48. **5.10 Em que medida o e-AULA e o Cobalto funcionam conforme o previsto, facilitando a comunicação entre alunos, funcionários e a instituição?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente inadequado
- ☐ Parcialmente inadequado
- ☐ Neutro
- ☐ Parcialmente adequado
- ☐ Totalmente adequado

AVALIAÇÃO QUALITATIVA

49. Qual aspecto do Curso de Comércio Exterior da UFPel você mais valoriza?

50. Quais os desafios ou dificuldades você enfrenta no curso?

51. Existe algo que você considera ausente no curso e que seria importante para sua formação como analista de Comércio Exterior?

52. Há algum outro comentário ou observação sobre o Curso que você gostaria de compartilhar?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice 7 – Formulário de Acompanhamento de Egressos

Acompanhamento de Egresso - Curso de Comércio Exterior

A Coordenação do Curso de Comércio Exterior da UFPel tem a honra de convidá-lo a participar do questionário de **Acompanhamento de Egressos**, uma iniciativa importante para conhecer a trajetória profissional dos nossos formandos e avaliar a qualidade do nosso curso.

Este questionário foi desenvolvido para entender como está sua inserção no mercado de trabalho, identificar quais conhecimentos adquiridos na graduação foram mais relevantes para sua carreira e coletar sugestões que possam contribuir para o aprimoramento contínuo do curso. Sua opinião é fundamental para que possamos oferecer uma formação cada vez mais alinhada às demandas do comércio exterior.

O questionário é **rápido, confidencial e totalmente anônimo**, garantindo que suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de melhoria da graduação.

Agradecemos imensamente pela sua colaboração. Sua participação faz a diferença para o crescimento do nosso curso e para o sucesso das próximas turmas de Comércio Exterior da UFPel.

* Indica uma pergunta obrigatória

Atuação profissional

1. Você está exercendo atividade profissional atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim, na área de minha formação acadêmica
- ☐ sim, mas fora da área de minha formação acadêmica
- ☐ não

2. Em qual setor você trabalha atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ setor público
- ☐ setor privado (empresa, organização, instituição, etc)
- ☐ autônomo

Dados profissionais

3. Qual a sua faixa de remuneração? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ até 2 salários mínimos
- ☐ de 2 a 5 salários mínimos
- ☐ de 5 a 10 salários mínimos
- ☐ acima de 10 salários mínimos

4. Em qual região do país você está atuando profissionalmente hoje? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ norte
- ☐ sul
- ☐ sudeste
- ☐ nordeste
- ☐ centro-oeste
- ☐ estou fora do país
- ☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

5. Qual o tamanho da cidade onde você trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ menos de 10.000 habitantes
- ☐ entre 10.000 e 50.000 habitantes
- ☐ entre 50.000 e 100.000 habitantes
- ☐ entre 100.000 e 300.000 habitantes
- ☐ entre 300.000 e 500.000 habitantes
- ☐ acima de 500.000 habitantes
- ☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

6. Qual o seu nível de satisfação profissional atual, no aspecto financeiro? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ alto
☐ médio
☐ baixo
☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

7. Qual seu nível de satisfação profissional atual, no aspecto social? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ alto
☐ médio
☐ baixo
☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

8. Quanto tempo houve entre a formatura e o início de sua atividade profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ início imediato
☐ de 6 meses a 1 ano
☐ de 1 a 2 anos
☐ de 2 a 4 anos
☐ mais de 4 anos
☐ não iniciei

Relação profissional com a formação acadêmica

9. Durante sua formação acadêmica, você foi preparado para enfrentar o mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ muito
☐ razoavelmente
☐ neutro
☐ pouco
☐ muito pouco

10. As disciplinas profissionalizantes contribuíram para seu desempenho profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ muito
☐ razoavelmente
☐ neutro
☐ pouco
☐ muito pouco
☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

11. O curso, como um todo, colaborou para seu desenvolvimento cultural e pessoal? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ muito
☐ razoavelmente
☐ neutro
☐ pouco
☐ muito pouco
☐ a pergunta não se aplica a minha situação atual

12. De forma geral, qual conceito você atribui aos professores do curso que concluiu? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ ótimo
☐ bom
☐ regular
☐ ruim
☐ péssimo

13. Qual conceito você atribui ao curso que concluiu? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ ótimo
☐ bom
☐ regular
☐ ruim
☐ péssimo

14. Você escolheria novamente o Curso de Comércio Exterior da UFPel para realizar seu curso de graduação?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ com certeza
☐ provavelmente
☐ neutro
☐ talvez não
☐ certamente não

15. Como é, em sua visão, a perspectiva profissional na sua área? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ ótima
☐ boa
☐ razoável
☐ ruim
☐ muito ruim

16. Você tem intenção de realizar cursos de pós-graduação nos próximos anos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ já realizei/estou realizando
☐ sim
☐ não
☐ não tenho opinião a respeito

17. Se tiver intenção, qual curso de pós-graduação seria? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ especialização
☐ mestrado
☐ doutorado
☐ cursos de aperfeiçoamento
☐ não se aplica

18. Atualmente, qual área você julga mais promissora profissionalmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comércio Internacional e Negociações Globais
- ☐ Inteligência de Mercado e Análise Econômica
- ☐ Marketing Internacional e Vendas Globais
- ☐ Gestão Empresarial e Estratégica
- ☐ Tecnologia e Inovação no Comércio Exterior
- ☐ Setor Público e Organismos Internacionais
- ☐ Sustentabilidade e Comércio Responsável
- ☐ Outro: _____

19. Que tipo de ações você acredita que poderiam melhorar seus rendimentos financeiros futuros?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ marketing
- ☐ administração de empresa
- ☐ administração de recursos humanos
- ☐ atuação dos conselhos e órgãos de classe
- ☐ ações governamentais
- ☐ mudança de estado
- ☐ outras
- ☐ não tenho opinião a respeito

20. Que tipo de ações você acredita que poderiam melhorar sua atuação profissional futura?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ melhores livros e revistas na área
- ☐ ensino a distância
- ☐ facilidade de acesso a cursos
- ☐ outras
- ☐ não tenho opinião a respeito

21. Comentários e/ou sugestões (no máximo 400 caracteres)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários